



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PAULO ELSON FERNANDES GADELHA

TERRITÓRIOS NÔMADES: UMA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PELOS AMBULANTES DA FEIRA DA
PARANGABA EM FORTALEZA

FORTALEZA

2022

PAULO ELSON FERNANDES GADELHA

**TERRITÓRIOS NÔMADES: UMA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PELOS AMBULANTES DA FEIRA DA
PARANGABA EM FORTALEZA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre (M.Sc.) em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. José Almir Farias Filho

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- G12t Gadelha, Paulo Elson Fernandes.
Territórios nômades : Uma avaliação da política de apropriação do espaço público pelos ambulantes da feira da Parangaba em Fortaleza / Paulo Elson Fernandes Gadelha. – 2022.
118 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. José Almir Farias Filho.
1. Políticas Públicas – Avaliação. 2. Comércio Ambulante. 3. Espaço Público – Apropriação. 4. Feira da Parangaba. I. Título.

CDD 320.6

PAULO ELSON FERNANDES GADELHA

TERRITÓRIOS NÔMADES: UMA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE APROPRIAÇÃO
DO ESPAÇO PÚBLICO PELOS AMBULANTES DA FEIRA DA PARANGABA EM
FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Mestrado
Profissional em Avaliação de Políticas
Públicas da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre (M.Sc.) em Avaliação de
Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. José Almir Farias Filho

Aprovada em: 22/02/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Almir Farias Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC/MAPP

Profª. Dra. Roselane Gomes Bezerra (Membro Interno)
Universidade Federal do Ceará – UFC/MAPP

Profª. Dra. Zilsa Maria Pinto Santiago (Membro Externo)
Universidade Federal do Ceará – UFC/PPGAUD

FORTALEZA
2022

Dedico a minha família e amigos que de alguma forma acreditaram em mim durante esses anos. A Isis, filha amada que me inspira sempre.

AGRADECIMENTOS

Um longo caminho foi percorrido para o desenvolvimento deste trabalho...

Desse modo, é chegado o momento de agradecer aquelas pessoas que foram importantes na conquista de mais este desafio.

Primeiramente a Deus, pela minha vida e pela glória de poder finalizar mais esta tão sonhada etapa.

Agradeço imensamente a dedicação, os ensinamentos, os estímulos e a amizade de todos os professores e em especial do meu orientador Professor Dr. José Almir Farias Filho e as duas professoras da banca examinadora Dra. Roselane Gomes Bezerra e Dra. Zilsa Maria Pinto Santiago.

A minha filha amada, Isis Maria, o presente mais importante que já recebi, pelo amor, paciência, incentivo, aprendizado, inspiração e por compreender minha ausência.

A meu pai, pelo total apoio incondicional.

A minha mãe, pelo amor, pelo carinho, por apoiar sempre minhas escolhas e incentivar meus estudos.

A meus irmãos, o apoio em todos os momentos foi fundamental para eu dar continuidade no Mestrado e concluí-lo.

Aos colegas de turma e profissão, pela parceria e companheirismo pelos diálogos e troca de conhecimentos.

Enfim, agradeço a UFC por tudo que aconteceu durante o Mestrado Profissional, as alegrias, as tristezas e os desafios. Todas as experiências foram importantes para eu me transformar em uma pessoa diferente daquela do início do curso e no homem mais humano que sou hoje.

“O homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível.”

(Max Weber)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo avaliar as repercussões da política pública de uso do espaço público pelos ambulantes da feira da Parangaba em Fortaleza, vislumbrando a ação do Estado no disciplinamento e fiscalização urbanísticos. Como se sabe, o espaço público reflete as tensões do processo de produção e reprodução do espaço urbano e os conflitos de interesse público-privados existentes. Dito de outro modo, as diferentes formas como o espaço público é apropriado resultam da maneira como a sociedade se organiza, o que perpassa pela distribuição de renda entre os indivíduos e por suas necessidades de produção e consumo. No Brasil, o número de trabalhadores informais urbanos tem aumentado vertiginosamente, acompanhando as últimas crises econômicas. A história recente mostra que os conflitos econômicos associados à expansão da informalidade só vêm demonstrar a permanência, e mesmo o acirramento, das desigualdades socioeconômicas. Especificamente, a pesquisa descreve a transformação e aplicação dos instrumentos de política urbana em relação ao comércio ambulante na cidade de Fortaleza, bem como revela a capacidade do comércio ambulante de resistir às ações públicas disciplinadoras e coercitivas. Adota-se uma metodologia de pesquisa centrada em um estudo de caso que se estrutura a partir da avaliação dos impactos da atuação do comércio ambulante no entorno da Lagoa da Parangaba, situada na cidade de Fortaleza-Ceará. Durante anos, duas feiras – a feira livre e a feira de carros – dominaram o espaço no entorno da lagoa, trazendo transtornos e prejuízos ao meio ambiente, aos pedestres e ao próprio bairro. Os resultados da avaliação apontam que, no que pese a repercussão negativa dos problemas sanitários, de segurança e de desrespeito às normas vigentes, não é possível negligenciar que a informalização dos ambulantes está associada ao desemprego tecnológico e conjuntural, bem como à exclusão social e a precarização do trabalho.

Palavras-chave: políticas públicas – avaliação; comércio ambulante; espaço público – apropriação; Feira da Parangaba.

ABSTRACT

This work aims to evaluate the repercussions of the public policy of use of public space by the street vendors of the Parangaba fair in Fortaleza, glimpsing the action of the State in the discipline and urban supervision. As is well known, public space reflects the tensions of the process of production and reproduction of urban space and the existing public-private interest conflicts. In other words, the different ways in which public space is appropriated result from the way society is organized, which involves the distribution of income among individuals and their production and consumption needs. In Brazil, the number of urban informal workers has increased dramatically, following the latest economic crises. Recent history shows that the economic conflicts associated with the expansion of informality only demonstrate the permanence, and even the worsening, of socioeconomic inequalities. Specifically, the research describes the transformation and application of urban policy instruments in relation to street commerce in the city of Fortaleza, as well as reveals the ability of street commerce to resist disciplinary and coercive public actions. A research methodology is adopted, centered on a case study that is structured from the evaluation of the impacts of the activity of street commerce in the surroundings of Lagoa da Parangaba, located in the city of Fortaleza, state of Ceará. For years, two fairs – the free fair and the car fair – dominated the space around the Lagoa, causing inconvenience and harm to the environment, pedestrians and the neighborhood itself. The results of the evaluation show that, despite the negative repercussion of health and safety problems, and of disrespect for current norms, it is not possible to neglect that the informalization of street vendors is associated with technological and conjunctural unemployment, as well as with social exclusion and precariousness of work.

Keywords: public policies – evaluation; street commerce; public space – appropriation; Parangaba Fair.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de Fortaleza com a distribuição dos bairros por secretarias regionais	57
Figura 2	Feira da Parangaba	70
Figura 3	Vista área do antigo espaço da Feira da Parangaba.....	70
Figura 4	Animais resgatados na Feira da Parangaba	71
Figura 5	Imagem aérea da Lagoa da Parangaba	73
Figura 6	Obras de revitalização da Lagoa da Parangaba	74
Figura 7	Simulação da vista 3D do projeto de reurbanização da Lagoa da Parangaba	75
Figura 8	Opções de Triangulação	76
Figura 9	Novo espaço da Feira de Parangaba.....	80
Figura 10	Sinais de abandono do entorno da lagoa da Parangaba.....	88
Figura 11	Abandono na Lagoa da Parangaba	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Elementos estruturais em disputa no Direito à Cidade.....	38
Quadro 2	Os espaços convidados e os espaços inventados.....	46
Quadro 3	Classificação do mercado ambulante	51
Quadro 4	Dimensões morfológicas relacionadas à centralidade urbana	54
Quadro 5	Diretrizes e estratégias para o ordenamento territorial do Município	63
Quadro 6	Áreas de atuação do IPLANFOR	66
Quadro 7	Proposta de reurbanização da Lagoa da Parangaba.....	74
Quadro 8	Qualidade ambiental.....	78
Quadro 9	Qualidade da higiene	79
Quadro 10	Condições de uso do comércio	79
Quadro 11	Forma de ocupação do espaço.....	80
Quadro 12	Síntese da identificação e perfil dos agentes públicos	81
Quadro 13	Síntese da identificação e perfil dos feirantes/ambulantes	82
Quadro 14	Política de apropriação do espaço público pelos ambulantes na cidade de Fortaleza	83
Quadro 15	Principais agentes responsáveis pela concepção e implementação da apropriação do espaço público pelos ambulantes na cidade de Fortaleza....	85
Quadro 16	Principais problemas que dificultam/restringem a política municipal de apropriação do espaço público pelos ambulantes em Fortaleza.....	87
Quadro 17	Principais estratégias/ações que vem sendo adotadas pelo Município para implementação da Política de apropriação do espaço público pelos ambulantes.....	88
Quadro 18	Principais ganhos/avanços alcançados na implementação das ações da política municipal de apropriação do espaço público pelos ambulantes em Fortaleza	89
Quadro 19	Avaliação do novo projeto de reurbanização da Feira da Parangaba.....	90
Quadro 20	Principais conflitos entre o poder público municipal e os feirantes e ambulantes da Feira da Parangaba	92
Quadro 21	Avaliação do novo projeto de reurbanização da Feira da Parangaba.....	92
Quadro 22	Avaliação da ação da fiscalização na Feira da Parangaba.....	94
Quadro 23	Pontos que verdadeiramente foram considerados na reurbanização da Feira da Parangaba	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEFIS	Agência de Fiscalização de Fortaleza
AMC	Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
APROVACE	Associação do Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes e Trabalhadores Autônomos do Estado do Ceará
ASFABEM	Associação dos Feirantes da Avenida Beira Mar
CNDSS	Comissão Sobre os Determinantes Sociais da Saúde
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAR	Equipamentos de Atividade Religiosa
GMF	Guarda Municipal de Fortaleza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza
PIB	Produto Interno Bruto
PLANDIRF	Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza
PREALC	Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
PRODSA	Programa de Disciplinamento e Saneamento das Praças e Passeios do Centro de Fortaleza
SECULTFOR	Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza
SEGER	Secretaria Municipal da Gestão Regional
SEUMA	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
SER	Secretarias Executivas Regionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Definição da Política Pública em Estudo	12
1.2	Justificativa e Relevância	13
1.3	Objetivos	16
1.4	Metodologia da Pesquisa	16
1.5	Estrutura da Dissertação	24
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	25
2.1	A Lógica de Produção e Consumo do Espaço Público na Cidade Capitalista	25
2.2	A Disputa pelo Direito à Cidade: Conflitos e Práticas Insurgentes	32
2.3	A economia na rua: o espaço do ambulante	47
3	COMÉRCIO AMBULANTE NA FEIRA DA PARANGADA NA CIDADE DE FORTALEZA	53
3.1	A Cidade de Fortaleza e o Uso Informal do Espaço Público	53
3.2	A Espacialidade do Comércio Ambulante	59
3.3	Políticas Urbanas que afetam o Comércio Ambulante	62
3.3.1	<i>Comércio Ambulante e os Órgãos de Gestão Pública de Fortaleza</i>	65
4	AVALIAÇÃO DA FEIRA DA PARANGABA	68
4.1	A Lagoa e a Feira	68
4.2	A Reurbanização da Lagoa e a Feira da Parangaba	72
4.3	Técnicas Avaliativas	76
4.5	Resultados e Discussão	78
5	CONCLUSÃO	97
	REFERÊNCIAS	100
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA: AGENTES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA	109
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: FEIRANTES E AMBULANTES DA FEIRA DA PARANGABA	113
	APÊNDICE C – CHECKLIST	116
	ANEXO A – PROJETO DE REURBANIZAÇÃO DA LAGOA DA PARANGABA	117
	ANEXO B – PLANTA BAIXA DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA LAGOA DA PARANGABA	118

1 INTRODUÇÃO

1.1 Definição da Política Pública em Estudo

Ao observar o panorama geral das ruas da cidade estas vem sendo cada vez mais ocupadas por trabalhadores formais e informais, gerando conflitos entre os comerciantes formais, que são as classes dominantes e os ambulantes, que são os comerciantes informais, que na atual modalidade se apropriam de espaços nas praças e ruas para comercializar seus produtos e assim prover seu sustento e de seus familiares. Esses nômades urbanos, como podem ser chamados, com os desafios impostos pelo desemprego, fazem o que está em seu alcance para vencer os obstáculos, deslocando pelas ruas das cidades, sendo que este movimento se converte em uma estratégia para não ficar subjugado aos padrões dos dominantes, pelo uso dos espaços para desenvolver as suas atividades ou de dispositivos de fiscalização e repressão (SCHVARBERG, 2012).

São nômades urbanos, trabalhadores informais (ambulantes) que se aglutinam nas ruas em diversos horários ou agindo por si só ou agrupando temporariamente com outros que se propõem a executar atividade semelhante. Segundo Deleuze e Guattari (2002) e Schvarsberg (2012), o trajeto nômade propõe uma distribuição dos homens em um espaço ao mesmo tempo aberto e indefinido.

A apropriação do espaço público pelos ambulantes, objeto de nosso estudo, apresenta-se, mesmo com as ações já desenvolvidas como Legislação Básica do Município de Fortaleza, pela Lei nº 5.122-a, elaborado em 13 de março de 1979, e o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano em 1979, quando foi criado o Plano Diretor Físico de Fortaleza, um problema, sendo necessário, portanto, tratar as atividades dos ambulantes nas políticas de urbanização, citando como exemplos, os Projetos Novo Centro e de Modernização do Centro de Fortaleza.

Há registro da presença do comércio ambulante em vias públicas e logradouros nas cidades desde os primórdios, fazendo parte e construindo o drama dessas com suas cores, fluxo, sons e formas características. A escassez de emprego no mercado de trabalho formal força as pessoas a buscarem alternativas para geração de renda. Dessa forma, muitas pessoas sobrevivem do comércio informal. O comércio ambulante, normalmente é composto por vendedores independentes, que são ao mesmo tempo os detentores de uma maior variedade de produtos e, também, maiores em vulnerabilidade social.

Analisando o cenário de forma geral, esse tipo de atividade gera um impacto mais significativo no contexto social e ambiental, isso devido ao descumprimento de normas de funcionamento, bem como a falta de controle do número de comerciantes explorando a mesma área. Nesse sentido, destaca-se o papel da administração Pública em buscar desenvolver ações para controlar e disciplinar a apropriação do espaço, sem, no entanto, privar esse comerciante de desenvolver suas atividades, já que este, no momento é seu meio de sustento e de sua família.

Assim, cabe investigar as seguintes questões norteadoras do estudo: como a Prefeitura de Fortaleza está fazendo o controle e disciplinamento da apropriação do espaço público utilizado pelos ambulantes que atuam na feira da Parangaba? Quais os problemas existentes com a ocupação desordenada do comércio ambulante da feira da Parangaba, de forma específica e regionalizada? Qual será a percepção dos ambulantes já alocados, sobre a reestruturação para apropriação do espaço público? Existe algum mapeamento das áreas de ocupação do comércio ambulante, listando os impactos negativos dessa ocupação?

Diante dessas indagações, ao final do estudo espera-se que este contribua no sentido de entender a política de ocupação do espaço público pelos ambulantes da Feira da Parangaba em Fortaleza, vislumbrando a ação do Estado para atender todos os envolvidos. Com base nessa proposta, pretendeu-se com esse estudo desenvolver reflexões iniciais, tendo como suporte pesquisas relacionadas ao tema. Nesse sentido, buscou-se compreender através de um estudo de caso, como ocorreram as relações socioespaciais resultantes do comércio ambulante da feira da Parangaba, e como as políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano dialogaram (e dialogam) com essa realidade. Assim, a discussão inicial terá como foco os seguintes eixos analíticos temáticos: conteúdo da política, análise de contexto e trajetória institucional.

1.2 Justificativa e Relevância

Como agente de Fiscalização de atividades urbanas e vigilância sanitária do município de Fortaleza, admitido através de concurso público em 2012, o presente estudo é de grande relevância para o exercício das atribuições concernentes a este cargo, por perceber a oportunidade de avaliar a política que está presente no nosso dia a dia de trabalho. Antes de sermos fiscais aplicadores de penalidades, precisamos ser agentes modificadores do meio e

criadores de oportunidades para essas mudanças. O direito de todos a um ambiente plural, ameno e acessível onde às atividades possam ser desenvolvidas sem que o direito de outros seja desrespeitado é premissa para uma convivência saudável.

O comércio de rua ou comércio ambulante é um fenômeno vigoroso, que resiste há séculos de mudanças econômicas e urbanas e, ao contrário do que se imaginava, não sucumbiu à modernidade capitalista, mas foi alimentado por ela, por suas iniquidades. Nas grandes cidades brasileiras, o comércio de rua envolve diretamente uma quantidade de pessoas – vendedores e clientes – grande demais para ser ignorada.

A pesquisa avaliativa é uma forma de analisar os mecanismos de transparência utilizada na Administração Pública para obter informações, opiniões e críticas a respeito de um determinado tema. Corroborando com essa temática, Silva (2009, p. 99) discorre o que venha ser avaliação sobre uma dada política pública:

[...] valoriza a análise crítica da política ou programa avaliado; busca os princípios e fundamentos teóricos-conceituais da política ou programa; considera os sujeitos e interesses envolvidos no processo; fundamenta-se em valores e concepções sobre a realidade social partilhada pelos sujeitos da avaliação: demandantes, avaliadores, beneficiários e informantes; e contrapõe-se à ideia de neutralidade, não percorrendo um caminho único.

Com base nesse entendimento, no caso em estudo, foi feita uma avaliação das repercussões da política pública de uso do espaço público pelos ambulantes da feira da Parangaba, bem como uma análise da percepção dos ambulantes sobre as ações desenvolvidas pela Prefeitura de Fortaleza. Diante do grande número de ambulantes, em Fortaleza¹, o processo de ocupação vem desde a década de 1970. Santos (1978, p. 34) sobre essa temática explica que “[...]diferentes tipos de comércio e da produção de bens manufaturados de capital não intensivo, constituída em grande parte de artesanato e, também, de uma gama de serviços não modernos”. Complementando essa temática, Dantas (2005, p. 1) explica como se dá o papel do comércio ambulante, indicando as necessidades de apreensão do seu significado, a saber:

1. Criar uma demanda solvável, quando fornece produtos por menores preços e, por conseguinte, tornando-os acessíveis a uma camada maior de

¹ Localizada no nordeste do Brasil e sendo atualmente a capital do Estado do Ceará, Fortaleza tem 2.643 milhões de habitantes, tendo como principais atividades econômicas o comércio, a indústria e o turismo. A cidade tem um PIB de R\$ 23.045,09, uma taxa de desemprego de 8,9%, rendimento médio de R\$ 564,00, índice de pobreza e 43,14% e 52 mil vendedores informais (IBGE, 2021).

consumidores - com maior intensidade os consumidores das classes menos abastadas e que não teriam condições de consumir esses produtos no comércio estabelecido - e insere aqueles que desenvolvem a atividade do comércio ambulante na sociedade de consumo;

2. Funcionar como fator de estabilização social, quando a inserção na atividade do comércio ambulante é reforçada pela ideologia da ascensão social pelo consumo e pela ideologia de ascensão social pelo trabalho autônomo.

No caso do comércio informal, este se tornou referência no centro da cidade, sendo cada vez mais uma opção para os trabalhadores desempregados para dispor de uma renda familiar. A atividade também é bastante desenvolvida em outras áreas, como Av. Beira Mar, Montese e Messejana. Ainda no centro, na praça da estação abriga aproximadamente 1.200 ambulantes cadastrados, que foram realocadas de outras praças, como a que fica em frente ao teatro José de Alencar.

O Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza, na Lei nº 5.530/1981, apesar de não trazer um capítulo destinado à definição de Ambulante, traz em seu art. 708² a caracterização de comércio ambulante. Para suprir algumas lacunas deixadas pela referida lei, desde o dia 31 de outubro 2019 passou a vigorar a Lei Complementar nº 270/2019 que vem com propostas de simplificação e desburocratização dos procedimentos em vigor desde 1981. A legislação é constituída de mais de mil artigos em que contempla uma série de inovações urbanas, sendo classificada em quatro temas: Ambiente Natural; Ambiente Construído; Posturas Municipais e Ética na Relação entre Poder Público e a Sociedade. De acordo com o Governo, o texto do Código está adequado às mudanças que Fortaleza passou ao longo dos anos, perante os desafios de uma cidade contemporânea.

Assim, no que se pensar sobre a cidade, as áreas de atuação onde se expressa à dimensão territorial do trabalho informal, torna-se um desafio, sobretudo, em função dos conflitos ocasionados com a presença desses indivíduos no espaço público e o conflito com a norma urbana. Partindo da hipótese de que muitos desses trabalhadores se inserem nos ditames do capitalismo de modo precário, nesse sentido, porém, desenvolvendo estratégias espaciais no embate de forças em defesa do seu local de trabalho, do seu território. Com

² [...] o exercício do comércio ambulante, caracterizado através da comercialização ou exposição de produtos como cigarros, livros, revistas, bombons, sorvetes, sanduíches, refrescos, pipocas e outros produtos congêneres, bem como a venda ou exposição de carnes de sorteio, loterias e ingressos, depende de licença prévia, a título precário, a ser concedida, de acordo com as normas vigentes, pelo órgão municipal competente (CÂMARA MUNIIPAL DE FORTALEZA, 1981).

efeito, também entendemos que a mobilidade se revela como uma condição necessária à atividade do comércio ambulante.

Em que pese sua relevância como fenômeno empírico, trata-se de um tema importante socialmente, que vai ajudar no levantamento para fundamentar em dados estatísticos recentes, que o examinem em longo prazo, considerando as relações entre as variações qualitativas e quantitativas da ocupação dos ambulantes, a dinâmica geral do mercado de trabalho da cidade, assim como as políticas públicas.

1.3 Objetivos

Objetivo Geral:

Avaliar as repercussões da política pública de uso do espaço público pelos ambulantes da feira da Parangaba em Fortaleza, vislumbrando a ação do Estado no disciplinamento e fiscalização urbanísticos.

Objetivos Específicos:

- a) Identificar os instrumentos da política urbana que normatiza o uso do comércio ambulante na cidade de Fortaleza-CE;
- b) Analisar, como estudo de caso, a repercussão da apropriação pelo comércio ambulante na Feira da Parangaba no município de Fortaleza;
- c) Avaliar o atual cenário de ocupação e percepção dos ambulantes e dos agentes de fiscalização relativo às políticas públicas em vigor, bem como os impactos decorrentes da sua apropriação do espaço público.

1.4 Metodologia da Pesquisa

Nos caminhos desta pesquisa, buscou-se avaliar as repercussões da política pública de uso do espaço público pelos ambulantes da Feira da Parangaba em Fortaleza, vislumbrando a ação do Estado no disciplinamento e fiscalização urbanísticos. Haja vista que, durante muitos anos duas feiras, a feira dos pássaros e a feira de carros dominaram o espaço no entorno da lagoa, com suas diversas particularidades.

Para isso, é importante compreender que o conhecimento científico adquirido a partir de um processo metodológico tem como propósito apresentar uma explicação e debater a respeito de um fenômeno no qual se fundamenta a verificação de uma ou mais hipóteses. Segundo Galliano (1986), para se alcançar o conhecimento científico, o caminho a ser percorrido deve estar fundamentado nos procedimentos técnicos e metodológicos de forma clara e bem definido, de modo a auxiliar no alcance do provável resultado ou, dependendo da situação, improvável para o problema da pesquisa. Corroborando com esse entendimento, destaca-se o entendimento de Minayo (1993, p. 23) sobre a definição de pesquisa:

[...] atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Destaca-se sobre esse contexto que a atividade de pesquisa tem um papel de suma relevância para o desenvolvimento da ciência, isso porque, novos conhecimentos são gerados e podem contribuir para melhor compreensão de um fenômeno ou para fundamentar novos estudos. Segundo Le Coadic (1996), o fluxo da informação é visto como sendo um ciclo contínuo que abrange os processos de comunicação, construção e, também, o emprego do conhecimento. Para diversos autores, dentre eles Galliano (1986) a comunicação tem um papel importante na pesquisa científica, isso porque são asseguradas as trocas de informações que são utilizadas na pesquisa que está sendo desenvolvida, assim como também no uso de novos conhecimentos gerados, ou seja, contribui para melhorar o conhecimento já adquirido até então, assim como também no aperfeiçoamento da produção de novos conhecimentos.

Ciribelli (2003) menciona que o método científico segue um conjunto de etapas, que envolve o sistema de comunicação na ciência, que é classificado como informal, que se refere à parte do processo invisível ao público, que tem como característica o contato realizado por uma conversa telefônica, contatos pessoais, dentre outras formas. Já o meio de comunicação formal, trata-se da parte visível ao público, ou seja, é representado conhecimento científico publicado, comunicação escrita em periódicos, livros e encontros científicos.

Quanto ao desenvolvimento da pesquisa, considerando sua natureza, ela pode ser classificada em pesquisa básica, que tem como propósito gerar conhecimentos novos que podem ser utilizados para a evolução da ciência e pesquisa aplicada, que nesse caso o

conhecimento gerado é usado para solucionar um problema específico, sendo este aplicado no estudo em questão.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa pode ser classificada em pesquisa qualitativa, que se leva em consideração a relação existente entre o sujeito e o mundo real e pesquisa quantitativa, que nesse caso, considera-se tudo que é quantificável, traduzindo em números os dados obtidos classificando-as e analisando-as, utilizando para isso, técnicas estatísticas.

Com relação aos objetivos propostos em uma pesquisa, esta pode ser classificada em pesquisa exploratória, envolvendo pesquisa bibliográfica e entrevistas, sendo de um modo geral, caracterizada como bibliográfica e estudo de caso. Na pesquisa descritiva, busca-se, como o próprio nome diz, descrever as características de um fenômeno, população ou mesmo de um estabelecimento de relações entre as variáveis. E a pesquisa explicativa objetiva explicar o “porquê” das coisas. Já em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa classifica-se em: bibliográfica, documental, levantamento, estudo de caso, experimental, pesquisa participante, pesquisa-ação.

Assim como todas as atividades, para o desenvolvimento de uma pesquisa, é preciso fazer um planejamento, que estará relacionado a três etapas: a primeira delas refere-se à decisória, ou seja, é nesse momento que o pesquisador, irá definir seu tema e delimitação do problema. A segunda etapa refere-se à parte construtiva, ou seja, como a pesquisa será construída e executada. Por fim, tem-se a etapa da redação, em que é feita a organização das ideias para o desenvolvimento final da pesquisa.

Etapas da pesquisa avaliativa:

Etapa 1 – Definição do arcabouço teórico, técnico e legal

Sobre o arcabouço teórico foi desenvolvida uma fundamentação teórica sobre o consumo do espaço público nas cidades pelos ambulantes, apresentando conceitos, e conflitos da prática insurgente em todo o país. Segundo Geertz (1989) trata-se de um estudo de natureza interpretativa, que visa disponibilizar instrumentos em que este possa ser usado para estabelecer um sentido sobre o papel da ação pesquisada.

Com relação ao arcabouço técnico ou procedimentos técnicos da pesquisa, esta foi caracterizada como bibliográfica documental através do estudo de caso. Bibliográfica, pois,

segundo Vergara (2013), é a pesquisa mais tradicional realizada por uma releitura de diferentes autores que tratam o assunto em materiais anteriormente publicados por outros autores. A pesquisa documental, segundo Oliveira (2007, p. 69) “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”.

Assim, para o desenvolvimento do referencial teórico foi feita uma leitura em artigos, livros, dissertações desenvolvidas com temas semelhantes. Destaca-se que esse tema especificamente dispõe de poucos estudos realizados em Fortaleza, sendo então relevante o seu desenvolvimento não somente para comunidade acadêmica, mas também para sociedade e profissionais da área, para dar uma visão geral das políticas públicas que estão e podem ser colocadas em prática para melhor atender a todos. Assim, serviram como base para o desenvolvimento do referencial teórico os ensinamentos de Santos (1978), Dantas (2005), Carvalho (2001), dentre outros.

No caso do levantamento documental, foi feita uma pesquisa, das ações desenvolvidas pela Prefeitura de Fortaleza nos últimos anos, para identificar os pontos positivos e de melhoria em relação ao controle e disciplinamento da apropriação do espaço público pelos ambulantes. Foi feita também uma avaliação da Lei municipal nº 5.530/1981 e do novo Código da Cidade LC 270, que passou a vigorar em 31 de outubro de 2019.

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa foi descritiva e exploratória. Descritiva, pois apresenta uma visão do panorama da Lagoa da Parangaba em relação à ocupação dos ambulantes e de como esse tipo de ocupação pode gerar conflitos com a administração do Estado. Sobre as pesquisas descritivas, Yin (2001, p. 125) destaca que:

- (1) Separação de um todo em seus elementos ou partes componentes;
- (2) Estudo pormenorizados de cada parte de um todo, para conhecer melhor sua natureza, suas funções, relações, causas etc.
- (3) Exame, método ou processo com que se descreve, caracteriza e compreende algo (um texto, uma obra de arte etc.), para proporcionar uma avaliação crítica do mesmo.

Também foi um estudo exploratório, pois, conforme Yin (2001, p. 25), objetiva “descontinuar o tema, reunir informações gerais a respeito do objeto”. Quanto à abordagem do problema, o estudo foi qualitativo, uma vez que “é a pesquisa que – predominantemente – pondera, sopesa, analisa e interpreta dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os

aspectos quantitativos sejam a sua preocupação precípua, a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a lógica de suas palavras” (YIN, 2001, p. 38-39).

Quanto ao arcabouço legal foi respeitado o anonimato dos participantes, sendo esclarecida a proposta do estudo, e sua importância para o meio acadêmico e social.

Etapa 2 – Coleta, análise e sistematização dos dados

Esta etapa levou em consideração as entrevistas com os responsáveis pelo planejamento e pela implementação de políticas urbanas para compreender a lógica das ações executadas ou não em Fortaleza e a terceira atendo-se aos dados coletados *in loco*, através da visita às calçadas que de alguma forma sofreram alterações com vistas à acessibilidade e através de entrevistas com diferentes atores da dinâmica social urbana.

- ***Análise do Marco Legal***

Nesta etapa buscou-se, através do estudo da experiência na Fiscalização de campo, apresentar como marco legal da política de fiscalização municipal (Lei municipal nº 5.530/1981 e Lei Complementar nº 270/2019), haja vista que muitos dos comércios ambulantes são realizados nos espaços públicos dos bairros, por isso é importante definir as formas de realizar as atividades, os direitos e deveres dos trabalhadores e o que é permitido ou proibido.

A Lei Municipal nº 5.530/1981 faz referência à execução de obras públicas ou particulares em Fortaleza, referindo-se a ordem pública, higiene, instalação e funcionamento de equipamentos e atividades. Especificamente o comércio ambulante e feiras livres, como no caso da Feira da Parangaba, este tema é tratado na Seção II, Capítulo XLVII da referida lei, *in verbis*:

Art. 708 – O exercício do comércio ambulante, caracterizado através da comercialização ou exposição de produtos como cigarros, livros, revistas, bombons, sorvetes, sanduíches, refrescos, pipocas e outros produtos congêneres, bem como a venda ou exposição de carnes de sorteio, loterias e ingressos, depende de licença prévia, a título precário, a ser concedida, de acordo com as normas vigentes, pelo órgão municipal competente.

§ 1º - A licença para o exercício do comércio ambulante não poderá ser concedida por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser renovada, a juízo do órgão competente da Prefeitura.

§ 2º - Para o exercício do comércio ambulante, o vendedor deverá ser portador de carteira de saúde devidamente atualizada.

Art. 709 – A localização do comércio ambulante, de que trata o artigo anterior, será determinada pela Prefeitura, sem prejuízo do tráfego, trânsito,

circulação e segurança dos pedestres e conservação e preservação paisagística dos logradouros públicos.

Ainda de acordo com art. 749, o vendedor ambulante terá a licença cassada quando sua atividade não atender as premissas estabelecidas na Legislação de Uso e Ocupação do Solo, obras, posturas e outros atos administrativos em vigor, como penalidade. Já a Lei complementar nº 270, vigente desde 31 de outubro de 2019 dispõe sobre o ordenamento da cidade de Fortaleza, estabelecendo também os limites para exercer o comércio informal, sendo um dos pontos destacados na referida lei em relação ao distanciamento de hospitais, escolar e equipamentos militares.

Para o desenvolvimento do estudo, foi feita uma contextualização no tempo e nos acontecimentos políticos e sociais que a influenciaram, assim como foi feito um trabalho de exploração dos instrumentos institucionais que constituem as políticas públicas urbanas. A importância desse levantamento se dá pela compreensão holística do pretense objeto de avaliação.

- ***Entrevistas semiestruturadas com gestores públicos***

Após a apresentação da análise de conteúdo da política, para a proposta de avaliação foram feitas entrevistas com perguntas abertas e fechadas, tanto para os gestores ora citados, assim como para os trabalhadores ambulantes. Segundo Carvalho (2001) é importante fazer um levantamento dos dados com base no momento político, considerando as condições socioeconômicas, com atenção para as esferas de âmbito local, regional, nacional e internacional. Segundo Silva (2012) na pesquisa avaliativa fundamenta-se na modalidade da pesquisa social aplicada, que é responsável por gerar conhecimento no campo das políticas e programas sociais.

Na situação atual, faz-se necessário considerar também a pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias. A estimativa de infectados e mortos concorre diretamente com o impacto sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos vulneráveis, a sustentação econômica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas em

tempos de confinamento e temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros.

Partindo-se da perspectiva teórica de que as enfermidades são fenômenos a uns só tempo biológicos e sociais, construídos historicamente mediante complexos processos de negociação, disputas e produção de consensos, objetivo das atividades deste eixo envolve compreender e responder parcialmente aos desafios colocados pela pandemia, organizando uma rede de pesquisadores do campo das ciências sociais e humanidades visando a investigação, resposta e capacitação como estratégias para o enfrentamento do Covid-19 no Brasil.

De acordo com Silva (2008) deve fazer uma avaliação de uma política pública em duas perspectivas que dialogam, a técnica e a política, não deixando de observar o contexto histórico envolvido na atual dinâmica social. Assim, é preciso visitar o local, fazer perguntas *in loco*, escutar opiniões para fazer uma reflexão crítica do lugar. Tal ação requer compreensões sobre os pressupostos filosóficos que dão sustentação aos paradigmas científicos. Entende-se assim que a pesquisa avaliativa como um movimento do processo das políticas públicas articulado à formulação e implementação das políticas públicas de corte social e como modalidade de pesquisa social aplicada.

Para isso foram entrevistados os gestores públicos responsáveis pelas políticas ora em estudo e através das informações coletadas durante as entrevistas, identificando além das ações já executadas ou em execução, os entraves ou possibilidades daquelas que foram e serão implementadas e a compreensão desses gestores quanto à complexidade da dinâmica urbana, buscando compreender melhor a lógica que norteia as ações públicas voltadas para esse campo e as variáveis consideradas pela administração pública.

De acordo com a proposta do estudo, foram entrevistados cinco agentes do setor público, sendo eles: superintendente da AGEFIS, gerente da fiscalização da AGEFIS, chefe da fiscalização da secretaria responsável pelo bairro da Parangaba (SER IV), fiscal de campo da AGEFIS e o responsável pelo projeto de reorganização da feira da Parangaba.

Etapa 3 -Avaliação do Comércio Ambulante na Feira da Parangaba (Estudo de caso)

Também foi realizado um estudo de caso, pois focou na pesquisa do processo de ocupação das vias públicas pelo comércio ambulante, mas precisamente da feira no entorno da lagoa da Parangaba, não abrangendo outros municípios, mas somente em um, a fim de facilitar sua análise e diagnóstico. Em complemento ao tema, Roesch (2010, p. 200) menciona que:

O estudo de caso pode ser único ou múltiplo e a unidade de análise pode ser um ou mais indivíduos, grupos, organizações, eventos, países ou regiões. Entretanto, [...] mesmo quando mais de um caso for pesquisado, a individualidade de cada um é retida e o número de casos em si não é considerado significativo.

Assim, com base nessa definição, o estudo de caso foi realizado na feira da lagoa da Parangaba, que acontece aos domingos, podendo inclusive ser considerado como um marco cultural, embora apresente uma estrutura desordenada.

Para o estudo de caso, primeiramente foi feito um estudo do contexto histórico da lagoa e da Feira da Parangaba, buscando resgatar a sua origem e imagens que retratam todo o seu surgimento. Foi buscado também ser feito uma explanação sobre o projeto de revitalização, fazendo inclusive uma observação de campo.

Para coleta de dados, foi feito um levantamento dos comerciantes ambulantes da Feira da Parangaba, assim como das propostas de reurbanização já colocadas em prática e do que pode ser feito para realizar o cadastro dos ambulantes e melhorar o espaço para desenvolver suas atividades naquele local sugerido. Foi também aplicado um questionário semiestruturado e com o mapeamento feito dos ambulantes, de modo que fosse traçado o perfil socioeconômico, o que vendem e os principais conflitos. Portanto, para complementação do estudo, foi feito Checklist, em que buscou-se definir elementos a serem analisados, dentre eles: qualidade ambiental, qualidade higiene, condições de uso do comércio, forma de ocupação do espaço, para que dessa forma, fossem identificados pontos de contravenção e pontos de melhoria.

1.5 Estrutura da Dissertação

Para alcançar os objetivos propostos, este trabalho foi estruturado em três capítulos além da introdução e da conclusão, sobre os quais destacamos sucintamente a seguir os respectivos conteúdos.

O capítulo 2 – *Fundamentação Teórico-Conceitual* – destacamos o referencial teórico e as principais categorias conceituais. O capítulo foi subdividido em três tópicos: “A lógica de produção e consumo do espaço público na cidade capitalista”; “A disputa pelo direito à cidade: conflitos e práticas insurgentes”; e “A economia na rua: o espaço do ambulante”.

No capítulo 3 – *Comércio Ambulante na Cidade de Fortaleza* – busca registrar um panorama da relação entre espaço público e comércio ambulante na capital cearense. Este capítulo foi subdividido em três tópicos: “A cidade de Fortaleza e o uso informal do espaço público”; “A espacialidade do comércio ambulante”; e “Políticas urbanas que afetam o comércio ambulante”.

O capítulo 4 – *Avaliação da Feira da Parangaba* – são apresentados os resultados da avaliação da política de apropriação do espaço público por ambulantes a partir do caso da Feira da Parangaba. Inicialmente é feita uma explanação histórica e normativa, seguida por uma análise do contexto e de conteúdo, seguido por uma análise da trajetória institucional e, por fim, a apresentação dos resultados alcançados com uma breve discussão.

Por fim, nas considerações finais, apresentam-se as principais conclusões dos resultados alcançados, limitações do estudo, assim como sugestões para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Pretendeu-se nesse capítulo fazer uma abordagem sobre o espaço público, como este vem sendo utilizado pelos ambulantes ao longo dos tempos, citando ações e situações vividas em outros estados do país, como em São Paulo, na região Sudeste. Busca-se apoio conceitual em Lefebvre (2001), Carlos (1994), Harvey (2014) e Mirafteb (2016), entre outros, que fazem referência à atual crise de legitimidade do planejamento urbano. Além disso, é feita uma explanação sobre as disputas pelo direito à cidade, que em alguns casos geram conflitos pelas práticas insurgentes.

2.1 A Lógica de Produção e Consumo do Espaço Público na Cidade Capitalista

O espaço público reflete as tensões do processo de produção e reprodução do espaço urbano e os conflitos de interesse público-privados existentes. Segundo Vargas (2018), para atender as necessidades de uma sociedade mais dinâmica e flexível, ao longo dos anos o conceito de consumo e compras vem se modificando, estando tais mudanças relacionadas a estratégia de negócio, marketing e localização. Nesse sentido, segundo a autora, novas formas de vivenciar o urbano, acabam se cruzando com as atividades de comércio e prestações de serviços.

O espaço, de acordo com Santos (1986), pode ser compreendido como uma instância da sociedade, um fator da evolução social que contém e é contido pelas demais instâncias. A essência do espaço é, portanto, social, onde ele constitui-se não somente pela paisagem (configuração geográfica), mas pela sua soma com a sociedade. As diferentes maneiras como este espaço é apropriado, por sua vez, são resultado da maneira como a sociedade se organiza, o que perpassa pela distribuição de renda entre os indivíduos e por suas necessidades de produção e consumo.

O espaço, portanto, não é um lugar passivo, como nos lembra Lefebvre (2001), pois nele são contrapostas as forças das relações sociais, onde a hegemonia de uma classe se superpõe sobre a sociedade como um todo. Para este autor, o espaço é antes de tudo um produto social, produzido e com características próprias oriundas de cada sociedade. Ele contém lugares apropriados pelas relações sociais de reprodução e pelas relações de produção que lhes engendram, organizadas de acordo com a divisão do trabalho.

O espaço público, por sua vez, reflete as tensões do processo de produção e reprodução do espaço urbano e os conflitos de interesse público-privados existentes. O espaço público é um conceito próprio do urbanismo, conforme Borja (2003), costuma ser erroneamente confundido com espaços verdes, equipamentos urbanos ou com o próprio sistema viário, mas também aparece no campo da filosofia política como lugar de representação coletiva da sociedade.

O autor relaciona a noção do espaço público com a cidade e com a noção de cidadania, entendida como um conceito do direito público. Ele trata da dialética existente entre esses três conceitos e afirma que quanto mais espaços públicos uma cidade possua, mais cidadania ela terá e, conseqüentemente, mais conflitos haverá sobre o uso deste espaço. Isto porque, para o autor, o espaço público é o local em que a representação da sociedade se torna visível. É um lugar de relação e de identificação entre as pessoas, de contato, de animação urbana e até mesmo de expressão comunitária.

O espaço público supõe, portanto, domínio público, uso social e coletivo e multifuncionalidade. Se caracteriza fisicamente por sua acessibilidade, o que o converte em um fator de centralidade. A qualidade do espaço público poderá ser avaliada, sobretudo, pela intensidade e qualidade das relações sociais que facilita, por sua capacidade para gerar misturas de grupos e comportamentos, por sua qualidade de estimular a identificação simbólica, a expressão e a integração cultural. Por isso, é necessário que o espaço público seja pensado como obra de qualificação do entorno, de intrínseca qualidade, assim como a continuidade no espaço urbano e sua capacidade de organização, a generosidade de suas formas, de seu desenho e materiais e a adaptabilidade a usos diversos através do tempo (BORJA, 2003, p. 122).

Para Borja e Muxí (2000), o espaço público não pode ser considerado como um espaço residual, pois é o local que permite o passeio e o encontro, além de ordenar cada zona da cidade, dando-lhes sentido. É um lugar ao mesmo tempo físico, simbólico e político. Para este autor, a história de uma cidade se confunde com a história do seu espaço público, pois é nele que se materializam as relações entre os habitantes e o poder público. Deve, portanto, garantir a apropriação por parte de diferentes coletivos sociais e culturais, de idade e de gênero, em termos de igualdade.

Considera-se, nesse sentido, que o papel da rua merece ser destacado tendo em vista que ela se constitui enquanto espaço público em essência, onde se observa a atividade pesquisada. A rua também pode ser entendida como lugar da socialização, da circulação, do comércio e das trocas. Pode-se considerar que a ocupação por parte dos comerciantes destes

espaços públicos acaba dinamizando seu uso, atribuindo a estes lugares características que não são percebidas com o mesmo olhar em outros espaços da cidade. As ruas talvez sejam o local da cidade onde mais claramente se evidencia o dissenso e as contradições contidas no processo de planejamento.

Jacobs (2011) observa que para uma rua mantenha sua dinâmica, ou seja, para que tenha vida, é preciso que se estabeleça uma diversidade. Para isso, é preciso quebrar a monotonia residencial, incluindo nessa área opções de comércios variados, bem como também disponibilizar atrativos culturais. Fazendo uma análise teórica, nas grandes metrópoles essa proposta é mais fácil de ser implantada, por serem também naturalmente fomentadoras de diversidades e geradoras de novos empreendimentos e ideias. No entanto, o autor explica ainda que “na prática se houver diversas e eficientes combinações de usos econômicos na cidade” (JACOBS, 2011, p. 211). Complementando esse entendimento, Borja e Muxí (2000, p. 341) mencionam que as diversidades são geradas a partir de algumas situações, sendo estas basicamente fundamentadas a partir de quatro condições essenciais, que são:

1) atender a mais de duas funções principais (lazer, moradia e trabalho, por exemplo), o que garante que haja pessoas saindo em diferentes horários e otimiza o uso da infraestrutura disponível; 2) as quadras devem ser curtas, o que possibilita aos usuários a oportunidade de virar esquinas, ou seja, diminui-se a possibilidade de existirem ruas isoladas, separadas e desassistidas pela população; 3) uma combinação de edifícios de idades e estados de conservação diversos, o que pode gerar rendimento econômico variado, pois prédios antigos podem ser alugados por comércios ou serviços que não tem recursos para investir em novos edifícios; 4) densidade alta de pessoas, sobretudo incluindo pessoas com o propósito de morar no lugar. Este último aspecto é importante por favorecer a concentração de pessoas no bairro, que habitualmente são as que mais consomem dos pequenos comércios, o que amplia mais a diversidade de usos.

De acordo com os autores supracitados, o uso dos espaços públicos, mais do que garantir seu uso, tem outras implicações que estão relacionadas pelas atividades desenvolvidas pelos mais diversos usuários. A apropriação dos espaços públicos, no entanto, pode acontecer de várias formas, como mencionam Santos e Vogel (1985, p. 199) ao afirmarem que:

[...] apropriar-se de um ponto, como por exemplo, em um determinado local para desenvolver uma certa atividade, sugere uma privatização desse espaço, ou seja, privatizá-lo, não apenas pela especialização dada por seu uso, mas

também pelo tipo de vinculação ao grupo de pessoas que passa a se utilizar desse lugar.

De acordo com os referidos autores, o “ponto”, assim como é denominado pelos seus usuários é indicado como o exercício regular de uma certa atividade desempenhada na rua, sendo estas atividades de domínio público, isso porque, caso não existissem não seria possível criá-las. No entanto, o ponto onde a atividade está sendo desenvolvida pode ser reconhecido ou não. No caso do não reconhecimento pelas autoridades, o reconhecimento é feito pela própria população que se beneficia da atividade.

Santos e Vogel (1985) buscaram desenvolver um estudo para melhor compreender os conceitos de apropriação, particularização e privatização assim como a relação entre os termos. No entanto, sabe-se que atualmente os conceitos são distintos, podendo citar, por exemplo, a apropriação, que nos dias atuais não necessariamente implica em uma privatização³. É importante que seja compreendido que no caso do termo apropriação, este está sendo aplicado como um ato de posse de algo que não pertence ao seu usuário, ou seja, como se trata de um espaço público, este não tem um único dono, sendo na verdade de todos. Seguindo esse entendimento, apresenta-se então o entendimento de Chartier (2001, p. 67) sobre o conceito de apropriação:

Existe a apropriação no sentido da hermenêutica, que consiste no que os indivíduos fazem com o que recebem, e que é uma forma de invenção, de criação e de produção desde o momento em que se apoderam dos textos ou dos objetos recebidos. Desta maneira, o conceito de apropriação pode misturar o controle e a invenção, pode articular a imposição de um sentido e a produção de novos sentidos (CHARTIER, 2001, p. 67).

Segundo o autor supracitado, considerando o entendimento no âmbito cultural, sempre existe a vontade de controlar o espaço público, sendo que tal ação gera como resultado uma tensão que se estabelece entre o monopólio, controle e a vontade de conquista. Esse entendimento se justifica, pois, de um lado está quem cria, ou seja, existe uma tentativa de estabelecer um único sentido para a obra e no caso da apropriação, esta é uma maneira de dar a obra um sentido que dificilmente pode ser controlada, podendo então dizer, com base no entendimento do autor que a apropriação se dá nesse conflito.

³ Privatizar aqui é entendido com o sentido de tornar particular, não público. Já apropriar tem o sentido de tornar algo próprio, apoderar-se de algo.

No que diz respeito especificamente ao espaço público há um conflito concentrado entre a forma como o espaço realmente é usado e pelo planejamento urbano feito pelos órgãos competentes. Diante desse conflito de interesse, tem como consequência o abandono dos espaços públicos, podendo citar, por exemplo, o abandono das praças. Complementando essa temática, Jacobs (2011, p. 199) menciona que:

Na medida em que a apropriação do espaço aqui analisada se dá por meio do trabalho que é exercido na rua, cabe destacar que este é convertido por essa prática em um novo espaço de consumo e a junção de atividades formais e informais, por sua vez, contribui para a convergência de fluxos que reafirmam a centralidade no lugar onde observa-se sua ocorrência. Diversos tipos de apropriação do espaço público são possíveis, porém chama atenção o fato de que no caso dos trabalhadores de rua, esta apropriação passe a ser reconhecida pelo Poder Público e passe a incorporar o quadro de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Em outras palavras, isto significa que a apropriação é incorporada pelo planejamento na medida em que ela passa a ser entendida como um direito.

A pouca importância dada aos espaços públicos, segundo o autor supracitado vem sendo alvo de bastantes críticas. Segundo Massey (2008, p. 81) os espaços públicos vêm sendo tratado como “o morto, o fixo, o não dialético, o imóvel”, o que vai de encontro com um entendimento que vem sendo empregado de que o espaço é “uma multiplicidade discreta, cujos elementos, porém, estão, eles próprios, impregnados de temporalidade”. Observa-se com o entendimento da autora que o espaço pode ser visto simultaneamente compreendido pela sua dinâmica e abandono, impregnado de tempo.

Santos (1986, p. 122) então define espaço como sendo “um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual”. Entende-se então que a evolução do espaço, assim como a sua configuração no ambiente em que está inserido acontece de forma distinta nos mais variados locais. Já Lefebvre (2001, p. 111) define o espaço como sendo “locus” da reprodução social, “não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos [...]. Ele resulta de uma sequência de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto”. Seguindo essa linha de entendimento, Botelho (2007) menciona a existência de uma mão dupla estabelecida entre o espaço urbano público e o modo capitalista de produção, sendo esta relação entre o capitalismo e o espaço bem complexa.

Lefebvre (2001) e Corrêa (2003) lembram que a criação do espaço público com base nas premissas do capitalismo acaba gerando a “miséria do habitat” assim como do seu habitante, pois a habitação passa não somente a ser vista, mas a ser tratada como uma

mercadoria, que como mercadoria tem valor de uso. Nesse contexto, destaca-se o entendimento de Sposito (1988, p. 99) em que afirma: “acesso à terra urbana é mediado, pela compra ou aluguel de terrenos com construções ou não”.

Soja (1993) desenvolveu um estudo que resultou em um debate sobre o planejamento urbano, que teve como base para o seu desenvolvimento a percepção da classe dominante sobre o espaço público. Outro apontamento sobre essa temática também foi realizado por Rolnik (2015, p. 128), em que buscou evidenciar a preferência no planejamento urbano, em que explicou: “[...] no capitalismo financeirizado, a extração de renda se sobrepõe ao capital produtivo, ao passo que as terras urbanas e rurais são tomadas como ativos altamente disputados”. Para melhor compreensão dessa temática e enriquecimento do estudo, destaca-se o entendimento de Carlos (1994, p. 198) que fala do espaço urbano sob a lógica do capitalismo:

[...] o espaço urbano é produzido de forma ‘hierarquizada, dinamizada e segregada’, o que favorece o não acesso da população de baixa renda às localidades indicadas para a instalação de habitação. Desta feita, esta população é direcionada a ocupar as áreas periféricas da cidade, não somente aquelas distantes do centro, mas aquelas onde há ausência de infraestrutura de toda ordem, ocorrendo o processo de segregação socioespacial.

Segundo Carlos (1994) é feito um planejamento tanto no âmbito social quanto político para segregação na cidade, isso porque são adotadas estratégias pelas classes dominadoras, as quais são detentoras de capital que tem como propósito alcançar a segregação. Lefebvre (2001) lembra que a divisão do espaço urbano visto entre as classes sociais não é um limitador deste processo, haja vista que são desenvolvidas ações para controlar o espaço a partir de restrições do acesso à terra e por meio de regulamentações. Maricato (2001, p. 209) faz então referência a questão que envolve a restrição do acesso à terra, mencionando que: “ela favorece, especialmente a ocupação, pela população de baixa renda, de áreas públicas ou rejeitadas pelo mercado imobiliário, situadas em localidades, onde se verifica diferentes graus de vulnerabilidade ambiental, como por exemplo, encostas, várzeas, mananciais”.

Ao analisar o modo de produção capitalista, as formas que são aplicadas e a forma como é feito a exploração da força de trabalho historicamente estiveram relacionadas como vem sendo usado e feita a ocupação do espaço. Segundo Maricato (2001), as forças de trabalho são submetidas às exigências para ampliação do capital, tanto no que se refere ao trabalho quanto ao acesso a terra, sendo destituídos do seu original sentido, assim como da

sua essência devido aos processos de expropriação, que são classificados como o alicerce deste modo de produção.

Polanyi (2012) então menciona que houve, no final do século XVIII, na estrutura da sociedade uma transformação significativa em relação a terra, dinheiro e trabalho que passaram a ser subordinados pelos mecanismos de mercado. Segundo o autor, tratou-se de um processo histórico de expropriação em resultado do início do sistema fabril implantado em um sistema comercial, ou seja:

Trabalho é apenas outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através dos mecanismos dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia (POLANYI, 2012, p. 78).

A partir dos ensinamentos de Marx (1996b, p. 828-831), entende-se que a expropriação é condição fundamental da acumulação do capital, ou seja:

Por meio dela, o conjunto da vida social é transformado em capital; as atividades humanas que asseguram a reprodução da existência social são reduzidas às necessidades mercantis; o trabalho é separado das condições sociais de sua produção; as relações sociais de classe se naturalizam; os seres sociais tornam-se coisas; o valor de uso da terra é submetido ao seu valor de troca; as necessidades primárias do homem, satisfeitas a priori por procedimentos tradicionais (agrários, extrativistas e pecuaristas), ficam submetidas à lógica do mercado; a liberdade perde sua dimensão cultural e social e passa a ser sinônimo de disponibilidade de força de trabalho para o capital.

Contudo, este processo, mesmo com a sua complexidade caracteriza a expropriação não colocado em prática pela vontade do próprio trabalhador, mas na verdade devido a sua dinâmica de acumulação capitalista, que conforme explicado por Polanyi (2012, p. 81), “expropria tanto os recursos sociais de produção, entre os quais está a terra urbana, quanto uma parcela sempre crescente da humanidade, produzindo-se e reproduzindo-se sob todas as dimensões da vida social para garantir a concentração dos recursos produtivos”. Marx (1996a) buscou desenvolver um estudo analítico da “lei geral da acumulação capitalista”, sendo ao final constatado que havia uma consequência lógica e ao mesmo tempo inevitável para

explicar esta forma de acumulação, que é justificada pela relação estabelecida entre a miséria e a riqueza. Tal constatação remete a uma reflexão sobre a necessidade de compreender melhor a forma de capital expropria o trabalho, assim como provoca uma desumanização da terra no seu processo de acumulação.

2.2 A Disputa pelo Direito à Cidade: Conflitos e Práticas Insurgentes

A cada ano, a quantidade de trabalhadores que passam a integrar o trabalho informal cresce expressivamente, principalmente no comércio em locais públicos (comércio ambulante). Tal fato acontece em virtude das últimas crises econômicas, juntamente com as mudanças estruturais que vêm acompanhadas de modernizações forçadas propostas pelo governo do Brasil, que busca seguir as determinações do capital financeiro internacional. Segundo Araújo (2008) essas determinações tiveram início durante o governo do então presidente Collor de Mello, na década de 1990, quando foi completamente modificado o parque industrial no Brasil, juntamente com as privatizações que aconteceram em diversas empresas públicas do país, que teve como consequência um desemprego em escala e flexibilizações dos direitos trabalhistas.

Sobre esses acontecimentos, Garcia e Maia (2011, p. 108) explica que “a abertura econômica, ocorrida mais evidentemente a partir da década de 1990, que tanto representou para a modernização da economia brasileira, com a intensa reestruturação do parque produtivo nacional”. Segundo o autor, tais mudanças no parque industrial geraram outros resultados, como uma relativa estabilidade nos preços, incorporação de tecnologias avançadas e uma retomada significativa de investimentos.

A industrialização tardia, que impulsionou o processo de modernização no Brasil, mesmo de forma peculiar, provocou ao mesmo tempo o não desenvolvimento da reforma estruturante, podendo citar nesse caso a reforma tributária, agrária, política e previdenciária, que poderia ajudar na redução da desigualdade social. Esse modelo proposto que tinha como foco atender aos interesses do capital contribui para fragilizar o diálogo social. Assim, mesmo com vários debates acerca da “nova” informalidade gerada com a flexibilidade das relações trabalhistas, é possível perceber que a “velha” informalidade é uma atividade que existe desde o início da história do Brasil.

Os fatos históricos mais recentes evidenciam os conflitos econômicos, bem como a ampliação da atividade informal que só vêm mostrar as conquistas que o país alcançou nesse

período, não alcançou a maioria da população brasileira, gerando na verdade um desemprego considerável pelo avanço tecnológico e estrutural, provocando também uma exclusão social devido à precarização do trabalho, de modo que muitos estão na informalidade. Sobre essa temática, Conserva e Araújo (2008, p. 76) explicam que “a crise dos modelos nacional e desenvolvimentista em geral legou enormes bolsões de informalidade e miséria metropolitana, avolumando estruturalmente o fenômeno da informalidade e da exclusão”. Com relação as mudanças que aconteceram no âmbito socioeconômico no período em questão, Antunes (2005, p. 165) menciona:

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

Conforme o exposto, as explicações positivas sobre o desenvolvimento econômico, em que eram destacados vários números, embora com explicações vazias sobre o real cenário e realidade da maior parte da população, deixavam de lado informações importantes e detalhadas de âmbito social, como explica Malaguti (2000, p. 33-34):

Variáveis econômicas tão genéricas pouco nos dizem sobre as condições concretas da vida da população brasileira. Por exemplo: o crescimento do PIB – ou do PIB per capita – nada nos diz sobre a geração de empregos ou a distribuição efetiva dos rendimentos (por ser uma média, um crescimento espantoso do PIB per capita pode coabitar, por exemplo, com salários decrescentes); um orçamento público deficitário nada nos informa sobre a aplicação da receita governamental (o déficit pode ter sido gerado tanto para sanear bancos quanto para a construção de hospitais e escolas); as altas taxas de juros tanto atraem o capital internacional (acréscimo de capitais voláteis) quanto oneram o Tesouro nacional (diminuição do estoque de divisas). Da mesma forma, a simples estabilidade dos preços pouco nos permite afirmar sobre as variações dos salários ou dos rendimentos das várias ocupações (podendo coexistir inflação zero com arrocho salarial).

Complementando esse entendimento, pode-se dizer que, mesmo com o crescimento do PIB justificando o aumento econômico nas últimas décadas, o número de trabalhadores com carteira assinada é usado com o intuito de validar as ações que criminalizam ou mesmo que excluem os trabalhadores informais urbanos. Segundo Garcia e Maia (2011) as novas formas de explorar os trabalhadores, sejam estes desenvolvendo suas atividades como, por exemplo:

subcontratados e autônomos, ainda persistem, principalmente com a contradição existente entre a manutenção da informalidade e o crescimento econômico brasileiro. Nos exemplos citados é possível identificar a base de sustentação histórica para o desenvolvimento do mercado de trabalho, que com o passar dos anos ganharam novas vertentes para reestruturação produtiva moderna.

De acordo com o levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realizado em 2015, a informalidade urbana é uma realidade para cerca de 48% da população brasileira que vive nas grandes metrópoles do país, sendo a maioria do sexo masculino, com mais de 40 anos de idade e com ensino fundamental incompleto. Outro ponto a ser destacado é que as várias ocupações desenvolvidas na informalidade compõem um importante grupo de atividades na economia do Brasil. Ainda com base nos dados do DIEESE (2015), a informalidade é composta por três conjuntos de atividades, são elas:

[...] o emprego subcontratado (terceirizados e autônomos que trabalham para uma empresa), o emprego ilegal (ausência de carteira de trabalho assinada) e o trabalho por conta própria (autônomos para mais de uma empresa, autônomos para o público ou donos de negócios familiares).

Pamplona (2014) explica que os ambulantes são classificados como trabalhadores autônomos, ou seja, que desenvolvem suas atividades por conta própria, sendo estes trabalhadores relacionados a uma atividade de venda direta e indireta, que mesmo sendo subordinados ao mercado, no exercício de sua atividade ainda assim, tem certa autonomia. Outro ponto a ser mencionado é que não existe uma relação de vínculo trabalhista ou exclusividade com uma empresa, comercializando seus produtos diretamente com o consumidor final. Complementado esse entendimento, Jackobsen, Martins e Dombrowski, (2000, p. 199) explicam que:

A informalidade acaba por representar uma espécie de “válvula de escape” para um grande número de trabalhadores que se veem, de uma hora para outra, desprovidos de seus empregos, e de uma seguridade social, ainda que já bastante debastada pelos incontáveis modelos de flexibilização adotados. Porém, os custos sociais desta solução apresentam consequências ainda mais funestas para toda a classe trabalhadora. E esta tendência de mudança do modelo ocupacional, no sentido da informalidade, atingiu um número tão significativo de trabalhadores, que mostra sinais de que vai se firmar e se agravar, já que, segundo estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (e os números oficiais tendem a não expressar tão fielmente a realidade), nas grandes cidades brasileiras, o número de

trabalhadores ocupados na informalidade corresponde à metade da população.

Jackobsen, Martins e Dombrowski, (2000) mencionam também que o direito à cidade, espaço público, vem frequentemente sendo diminuído, sendo este ocupado por trabalhadores ambulantes, oferecendo seus serviços, sendo esse novo cenário incorporado ao cotidiano da cidade, em que são ofertados objetos de consumo ao cidadão consumidor de serviços e de políticas públicas. Harvey (2014, p. 239), complementado esse entendimento menciona que: “considerando a vida cotidiana como um fato consumado, naturalizando-se o *status quo*, e corroborando, consciente ou inconscientemente, com a domesticação do potencial libertário contido na ideia-força do direito à cidade”.

Na maioria das vezes, as lentes coloridas do judiciário distorcem o real cenário, limitando o campo de visão, tendo como consequência, uma diminuição do direito do cidadão em relação à cidade, no que diz respeito às reformas, fazendo sumir o potencial emancipatório do direito (LEFEBVRE, 2011). Em contrapartida, Harvey (2014, p. 244) evidencia que “se trata de ‘um significativo vazio repleto de possibilidades imanentes, mas não transcendententes’, ação com o tema, a delimitação prévia sobre a que direito e a que direito à cidade está-se referindo”.

Lyra Filho (1982, p. 15), com base na sua pedagogia da divisão, expressa as várias concepções de direito, afirmando que “embora advertisse que muitos autores tradicionais não concordariam com ele, por extremo reducionismo - poderiam ser divididas, basicamente, em duas grandes linhas de abordagens: o jusnaturalismo e o positivismo”. Segundo o autor, a existência de determinados princípios inalterados e fixados por leis anteriores são consideradas pela abordagem jusnaturalista como impassíveis de modificação, o que almejaria à efetivação de uma ordem justa sem que houvesse de fato um consenso sobre o que de fato seria justo.

Quanto a abordagem metafísica do direito, Wolkmer (1989, p. 127) menciona que ““a invocação de direito natural foi sempre a forma através da qual as classes se revoltaram contra a ordem estabelecida (e) conferiram legitimidade à sua reivindicação de criar direito [...]”. Nesse caso, para o autor, trata-se na verdade de uma “representação ideológica que tenta resolver certas contradições de uma sociedade, por uma projeção no domínio da utopia [...]

que tem, pois, uma função prática, a de ser uma arma de combate” (WOLKMER, 1989, p. 127).

Com relação ao positivismo jurídico, que mais se aproxima do cenário real, considerando um contexto geral, os conflitos já estariam sintetizados na norma. O direito, no positivismo jurídico, seria na verdade a síntese da solução proposta e colocada como opção para sociedade, de modo que seria o conflito reduzido ao seu aspecto normativo. Santos (2009, p. 54) propõe alguns questionamentos tradicionais de direito e justiça, evidenciando a necessidade de levar em consideração o processo de libertação permanente como direito afirmando que:

Não é o idealismo iurisnaturalista que, ou se rende ao direito positivo (às normas de dominação), porque a este concede o poder de definir, em especial, o que a “Justiça” é, nas situações particulares e concretas; nem aquele outro iurisnaturalismo progressista, de combate, que continua, entretanto, pondo de um lado o “direito ideal” e de outro o “direito real”. A contradição entre a injustiça real das normas que apenas se dizem justas e a injustiça que nelas se encontra pertence ao processo, à dialética da realização do Direito, que é uma luta constante entre progressistas e reacionários, entre grupos e classes espoliados e oprimidos e grupos e classes espoliadores e opressores. Esta luta faz parte do Direito, porque o Direito não é uma “coisa” fixa, parada, definitiva e eterna, mas um processo de libertação permanente.

Considerando essa perspectiva, o direito, de acordo com o autor, faria menção à “positivação da liberdade conscientizada e conquistada nas lutas sociais”. Neste caso, não seria confundida com as normas que a fazem referência, nem “com nenhuma das séries contraditórias de normas que aparecem na dialética social” (SANTOS, 2009, p. 54). Segundo o autor, considerando a anatomia do direito, este seria fundamentado a partir de três elementos estruturais básicos, ou seja: (a) a retórica, (b) a burocracia e (c) a violência.

No caso do primeiro elemento, a retórica, este envolveria não apenas o conhecimento, abrangendo também uma forma de se comunicar, sendo utilizada como uma estratégia para auxiliar na tomada de decisões fundamentada na persuasão ou mesmo no convencimento, a partir de uma mobilização a respeito dos argumentos em relação aos recursos verbais e não verbais que são aceitos (SANTOS, 2009).

Quanto ao segundo e terceiro elementos, ou seja, a burocracia e a violência, estes seriam vistos como uma forma de comunicação e ao mesmo tempo de estratégia para tomada de decisão, sendo, no entanto, baseada em dois pontos: “(i) em imposições autoritárias,

através da mobilização do potencial demonstrativo dos procedimentos regularizados e dos padrões normativos e (ii) na ameaça de utilização da força física, respectivamente” (SANTOS, 2009, p. 54). O autor destaca ainda, nas ordens jurídicas, a existência de uma pluralidade, fundamentando a ideia de que o direito se aplica com base em três escalas: que são, local, nacional e global, juntamente com base em seis espaços tempo, que nesse caso, consideraria: doméstico, produção, comunidade, mercado, cidadania e mundial. Seguindo essa linha de raciocínio, Wolkmer (2001, p. 20), elabora as premissas do “Pluralismo comunitário-participativo” explicando que:

[...] a configuração do pluralismo presente nos procedimentos instituintes de um Direito Comunitário não prioriza mais as regras técnico-formais e as ordenações genérico-abstratas, mas inspira-se na práxis da vida cotidiana e na autoregulação comprometida com a dignidade do outro injustiçado. Uma cultura jurídica – pluralista, descentralizada e solidária – constrói-se, não a partir da razão metafísica ou do sujeito enquanto essência em si, mas de um ‘sujeito-histórico-em-relação’ e de uma outra forma de ver o mundo e os valores: parte-se de um espaço marcado não só pela exigência de direitos e pela justa satisfação de interesses desejados, como, sobretudo, pela superação dos conflitos de classes e grupos, pela erradicação das formas de opressão, espoliação, sofrimento e injustiça.

Para Wolkmer (2001), ao existir uma pluralidade de ‘pluralismo’, a proposta de um pluralismo comunitário passa a ser demarcado com mais precisão, diferentemente de como os pluralistas liberais são entendidos. Segundo o autor, percebe-se uma oposição ao entendimento do monismo jurídico estatal clássico, no entanto, sem corresponder a uma compreensão pluralista liberal-burguesa, haja vista que não há uma relação com a representação individualista do global social, existindo na verdade uma síntese de todos os interesses em comum tanto do coletivo como do individual. Segundo Wolkmer (2001, p. 24):

Trata-se de um novo modelo jurídico-político de legitimidade, caracterizado por “formas múltiplas de produção de juridicidade e por modalidades democráticas e emancipatórias de práticas sociais”, na qual se identifica o surgimento de novos sujeitos coletivos, titulares legitimados no paradigma pluralista comunitário, que vindicam a satisfação de carências e necessidades por direitos básicos.

Segundo Wolkmer (2001) as análises lógico-formais não podem ser restringidas pela abordagem jurídica do direito à cidade, principalmente se não for considerado os contextos, sociais, econômicos, políticos e culturais, pois tais práticas jurídicas devem ser tratadas

juntamente com as práticas sociais reais, de âmbito insurgente, possibilitando não somente compreender os mecanismos de produção de juridicidade, assim como também a luta de classe, mas levar em consideração também o resgate o conteúdo utópico ínsito ao direito à cidade, considerando: “exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização” (HARVEY, 2014, p. 28), com reconhecimento de que “qualquer ato de construção do espaço é um ato de poder” (HERRERA-FLORES, 2000, p.24) ou, com base em um “direito à vida urbana, transformada, renovada”, afinal, “temos nossos direitos roubados e continuamos empenhados em busca-los, iluminados pela retórica e a ideologia dos ladrões” (LEFEBVRE, 2011, p. 118).

Fazendo uma retrospectiva e uma relação dos três elementos estruturais básicos do direito com o direito à cidade, apresenta-se o Quadro 1 com a síntese de alguns campos de disputa.

Quadro 1. Elementos estruturais em disputa no Direito à Cidade

RETÓRICA	BUROCRACIA	VIOLÊNCIA
<ul style="list-style-type: none"> - Luta de classe X fatos consumados e naturalização do processo de exploração - Cidade como obra X Cidade como mercadoria - Cidadão X Consumidor - Apropriação X Propriedade - Valor de uso X Valor de troca - Individualismo, empreendedorismo, meritocracia X Solidariedade social, construção coletiva emancipação, autonomia e justiça socioterritorial - Estilos de vida X Condições de Existência - Utopia Experimental X Distopia paralisante 	<ul style="list-style-type: none"> - Radicalização da democracia participativa X endosso acrítico à democracia representativa, desdemocratização - Articulação transescalar das insurgências X Lutas isoladas - Planejamento insurgente X Planejamento Estratégico empresarial - Autogestão X pseudoparticipação - Articulação e organização horizontal X institucionalização vertical burocratizada - Produção legislativa popular - Tribunais populares 	<ul style="list-style-type: none"> - Práticas insurgentes criativas de “novos” direitos - Ocupação do e no território - Exercício do direito de resistência - Atuação “fora” da lei - “Guerrilha” jurídica - Desobediência civil - Manifestações artísticas e produções culturais autorizadas ou não X Direito posto e monopólio da violência estatal institucionalizada

Fonte: Santos (2009, p. 245)

No que se refere à seara do trabalho, e para compreensão da proposta do estudo, faz-se necessário destacar a flexibilização da legislação trabalhista, a terceirização de diversas atividades, o empreendedorismo e a reestruturação produtiva que são vistos pelos grandes empresários como uma reestruturação do processo de modernização do trabalho. Nesse

contexto, destaca-se que no caso específico da terceirização, nos últimos anos, a estratégia proposta visava, entre outras questões, a diminuição dos gastos referentes ao trabalhador. No entanto, o que vem mostrando na prática é a exploração do trabalho, assim como a violação dos direitos do trabalhador, o que torna mais difícil que este trabalho se organize financeiramente.

Ao olhar essa realidade, a “flexibilização” juntamente com a “modernização” na verdade apresenta-se como um forte apelo à sociedade, que vem disfarçando a informalização que é cada vez maior nas grandes cidades, além da precarização das condições de vida desses trabalhadores. É importante mencionar que o crescimento da economia informal é uma realidade em todo o mundo. De acordo com os dados apresentados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2015, aproximadamente três bilhões de pessoas em todo mundo com menos de 15 anos já trabalham para seu sustento próprio. No entanto, é importante destacar que:

Apesar de uma grande parcela de trabalhadores de todos os países não ganhar o suficiente para sobreviver, o trabalho informal não é sinônimo de pobreza. É possível encontrar na economia informal, em alguns casos, rendimentos superiores aos encontrados na formal. Entretanto, nos mais diferentes países do mundo, os trabalhadores informais estão em desvantagem profunda, quando comparados aos trabalhadores formais, sob vários pontos de vista. Eles se mantêm excluídos do sistema de seguridade social, dos canais de diálogo institucionalizados e de condições adequadas de saúde e segurança no trabalho (CDSS, 2014, p. 1).

Considerando o último aspecto descrito, as condições de trabalho, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), têm influenciado expressivamente na qualidade de vida e de saúde desses trabalhadores e seus familiares, isso porque, os dados apresentados evidenciam uma piora na saúde mental, como também evidencia uma maior mortalidade devido à precariedade do trabalho, seja pelo exercício da atividade informal, pelo contrato de trabalho temporário ou devido ao tempo de trabalho parcial.

Na economia brasileira, o trabalho informal tem uma importância significativa. Além disso, o número de trabalhadores na informalidade atinge quase a metade da população ativa do país. De acordo com o estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de trabalhadores formais, entre os anos de 2001 e 2011 passou de 45,3% para 56%. Mesmo com esse índice, os dados mostram que ainda é bastante significativo o

número de trabalhadores na informalidade, chegando quase ao número de 44 milhões de pessoas.

Por desenvolverem suas atividades nos espaços públicos da cidade, os ambulantes acabam sendo vítimas não somente dos fiscais, mas também da polícia, além de ficarem expostos ao assédio moral praticado por alguns comerciantes formais. Os trabalhadores ambulantes ainda sofrem outros tipos de problemas, como:

[...] hipertensão, dor de cabeça, problemas cardiológicos, dor de estômago, estresse físico relacionado à postura, incluindo dor nas costas e nas pernas devido ao longo período em que permanecem em pé. Foi identificado ainda que os trabalhadores sofrem problemas decorrentes da falta de acesso à higiene pessoal, incluindo falta de acesso aos banheiros públicos durante sua jornada de trabalho. Micrômetro aspecto que chama a atenção refere-se a um conjunto de diversos problemas de decoração-aluguéis do estresse e do medo de ter seus produtos apreendidos pela polícia ou fiscais (IBANHEZ, 2009, p. 23).

Segundo o autor supracitado, ao tratar do direito à cidade, este não se limita apenas ao acesso a cidade, mas sim ao direito de transformar a cidade. Refere-se a um direito comum no cenário brasileiro, sendo este difuso, e com abrangência que vai além do direito individual. No que diz respeito aos ambulantes que desenvolvem suas atividades em locais públicos, para que estes sejam vistos como agentes transformadores dos processos é preciso que sejam incluídos no processo de urbanização, haja vista que as mudanças também dependem deles como sujeitos coletivos que podem atuar em canais de políticas públicas, assim como também para o reconhecimento social.

Para complementar esse entendimento, cita-se como exemplo o caso que aconteceu na cidade de São Paulo, em 2012, quando o então prefeito Gilberto Kassab tentou extinguir o comércio de rua nos espaços público. A proposta do prefeito era desocupar o espaço para fazer uma urbanização e megaeventos, como a copa do Mundo em 2014. O comércio ambulante vive cercado pelo preconceito, pois seus produtos são associados a qualidade baixa e pirataria, assim como são apontados como trabalhadores que não pagam impostos e são responsabilizados pela desordem na ocupação do espaço público.

A desigualdade social é um marco na sociedade brasileira. E não somente os meios de comunicação, mas também o próprio Estado produz o preconceito, usando instrumentos para

criminalizar e deslegitimar o trabalhador ambulante. Sobre essa realidade, Alcântara (2013, p. 45) menciona:

O Estado deveria oferecer condições para que os trabalhadores acatassem as exigências legais, fornecendo-lhes suporte técnico, orientação, capacitação e assessoria. Existe um abismo entre o arcabouço de normas e a realidade socioeconômica de grande parcela dos trabalhadores na informalidade, que é justamente o gerador dos preconceitos apontados. A educação, enquanto dever do Estado e realidade social, não foge ao controle do Direito. A Constituição Federal a enuncia como direito de todos, dever do Estado e da família, com a tríplice função de garantir a realização plena do ser humano, inseri-lo no contexto do Estado Democrático e qualificá-lo para o mundo do trabalho. A um só tempo, a educação representa tanto um mecanismo de desenvolvimento pessoal do indivíduo, como da própria sociedade em que ele se insere.

Segundo o autor supracitado, o Estado, por meio de seus agentes públicos, não simplesmente por omitir-se, mas também devido as suas ações gera preconceito quando fazem uso de mecanismos que geram questionamentos e/ou submetem os trabalhadores a situações constrangedoras e desumanas. Faz-se necessário levar em consideração que o comércio ambulante está cumprindo, à sua maneira, o papel social na geração de renda familiar, sendo esta atividade desenvolvida, mesmo que de forma informal, o principal combustível para proporcionar não somente a subsistência, mas também a dignidade para o trabalhador e seus familiares. Outro papel social desenvolvido pelos ambulantes, refere-se a sua contribuição de ofertar um produto que pode ser adquirido por qualquer classe social, principalmente as populares.

O Estado precisa desenvolver ações para erradicar a visão de que todo trabalhador ambulante é responsável pelo caos social e urbano, de modo que o estigma preconceituoso e a criminalização da atividade sejam erradicados, haja vista a importância destes trabalhadores para o meio social. Segundo Alcântara (2013), os principais obstáculos que dificultam uma conscientização coletiva, para o desenvolvimento de políticas públicas, referem-se ao histórico da violação de direitos, a estigmatização que se tem em relação ao trabalho desenvolvido pelos ambulantes e pela precariedade das condições de vida.

Com base no que foi até então abordado, faz-se necessário mencionar o papel do planejamento insurgente, que é visto como sendo uma ferramenta estratégica que pode ser aplicada para desconstruir a retórica domesticadora do direito à cidade, como também para elucidar sobre o melhor caminho a ser construído para a realidade que envolve e faz parte do

direito à cidade (LEFEBVRE, 2011). No planejamento urbano, a crise de legitimidade ao ser confrontada com suas contradições e promessas não cumpridas, dentre outras questões importantes, faz com que a descrença em relação a aplicação deste planejamento seja desacreditada, aumentando também as descrenças em relação as possibilidades deste elemento estrutural do direito à cidade (MIRAFTAB, 2016). Sobre essa temática, Vilaça (2010, p. 7) explica que:

No Brasil, a ideologia do planejamento, que associa a agudização dos problemas urbanos à falta de planos, alimentando o ideário de que “fora do planejamento não há salvação”, quando defrontada com os resultados que os planos diretores aprovados após o início de vigência do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) produziram na redução das desigualdades socioespaciais, também contribui para reforçar a descrença no planejamento como instrumento de transformação social. Ocorre, entretanto, que a construção de utopias (concretas ou utópicas) não prescinde da utilização de instrumentos que permitam a elaboração compartilhada de um projeto coletivo de futuro. Neste sentido, o planejamento permanece sendo uma ferramenta relevante na construção de estratégias de tomada de decisão e consolidação da retórica e da burocracia do direito à cidade.

Complementando esse entendimento, Fainstein e Defilippis (2016) destacam o planejamento compreendido, *lato sensu*, considerando este como sendo uma intervenção com o propósito de mudar o rumo dos eventos existentes fazendo com que tomem forma na retórica e na burocracia do direito oficial. Tal fato acontece, pois se dá por meio da incorporação ao ordenamento jurídico positivado das decisões políticas aplicadas no processo não só de planejamento, mas também de materialização, em suas várias escalas, envolvendo as esferas das políticas públicas, projetos, programas, ações e planos. Ainda sobre essa temática, os autores mencionam que:

No ordenamento jurídico brasileiro, a retórica do direito posto torna obrigatória a atividade de planejamento para o setor público (art. 174, caput, da Constituição Federal), vinculando as políticas públicas à realização dos objetivos fundamentais da República, engendrando um dever fundamental e um correspondente direito público subjetivo à implementação de políticas públicas que devem tender à concretização dos direitos fundamentais sociais, o que, em tese, torna-os exigíveis em casos de ausência, insuficiência ou ineficácia de tais políticas (FAINSTEIN; DEFILIPPIS, 2016, p. 255).

A exigibilidade de planejamento, considerando no âmbito da hermenêutica constitucional é oriunda do princípio da vedação à inércia, assim como do princípio da eficiência, como previsto no art. 37, caput, existindo, na retórica do direito oficial, proibição à

insuficiência do planejamento, que precisa fazer uma projeção das ações para mitigação ou supressão do déficit social existente. A obrigatoriedade do planejamento que consta em vários tópicos dispostos na Constituição Federal, de acordo com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), “articula-se a gestão democrática da cidade que, na definição legal, atine à forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades, garantindo o acesso à informação, participação e controle social sobre os processos decisórios” (BRASIL, 2001, p. 1).

Embora seja possível identificar lacunas na incorporação ao direito positivado em relação a obrigatoriedade do planejamento, assim como também da gestão democrática para aplicação como uma opção alternativa do direito, a partir do exercício do positivismo jurídico de combate ou mesmo da hermenêutica judicial, este tem se apresentado insuficiente para que os contendores sejam municiados e possam lutar para que seja desconstruído o processo de planejamento tecnocrático e pseudoparticipativo. Em contrapartida, ao se amparar da ordem jurídica estabelecida, aqueles que precisam e reivindicam do direito à cidade, principalmente, quando fazem indagações sobre os processos envolvidos nas tomadas de decisões e a participação popular no planejamento enfrentam barreiras quanto à judicialização dos conflitos urbanos, que são evidenciados especialmente devido à falta de conhecimento e esclarecimento urbanístico que também classifica o meio jurídico brasileiro (MARICATO, 2000).

Segundo Sandercock (1998) a cidadania insurgente é responsável pelo produto e processo do planejamento insurgente, que além de fazer uso do direito, suas ações transgridem, transcendem e se contrapõe ao direito oposto. Segundo o autor, considera-se como insurgente por desenvolver ações que desafiam as relações de poder existente. Holston (2013, p. 222) menciona que a cidadania entrincheirada é desafiada pela cidadania insurgente. Segundo o autor, a cidadania entrincheirada tem alguns benefícios, por dispor: “de um regime de privilégios legalizados e desigualdades legitimadas, lastreado na retórica da igualdade formal, mas que produz a desigualdade substancial, amplificada e reproduzida com a aplicação arbitrária e seletiva da lei e do uso da violência institucional”. O’Brien (2014, p. 288), a respeito dessa temática, explica que:

[...] o estado de opressão a que são submetidos os membros da comunidade gera um senso de identificação entre seus membros produzindo uma “consciência coletiva”. Os sujeitos coletivos da cidadania insurgente, destinatários da violência institucionalizada, compartilham projetos existenciais em espaços de segregação, formando alianças com base no território, em consensos sobre o injusto e na vindicação de reconhecimento ou expansão de direitos.

Para O'Brien (2014) esses sujeitos, ao buscarem se apropriar, mesmo que minimamente da retórica do direito oposto, cobrando que a igualdade e o acesso aos seus direitos sejam respeitados, são confrontados com as barreiras impostas pela legalidade seletiva oficial, bem como pelos tramites burocráticos, que incluem em sua estrutura um vocabulário incompreensível, com seus processos formais e restrições que são quase intransponíveis para um cidadão leigo.

Segundo Jabareen (2017) direitos básicos de um coletivo social ou étnico são violados gerando o estado de necessidade. Tal fato já seria suficiente para legitimar o direito à produção do espaço pelo próprio coletivo, constituindo-se de uma fonte de leis e direitos informais. No entendimento do autor, dentro do direito oficial, a falta de uma perspectiva a respeito de soluções com base na legalidade, pode gerar um desafio na ordem estabelecida, por meio de práticas insurgentes. Seguindo esse raciocínio, García-Lamarca (2017, p. 37) apresenta a seguinte definição para práticas insurgentes:

[...] um nexos socioespacial e político coletivo de ações, composto por ações e discursos que promovem a igualdade e interrompem a produção dominante do espaço, criando possibilidades de gerar novos significados e relações urbanas contrárias às institucionalizadas e contra os interesses de poderes dominantes.

García-Lamarca (2017) menciona ainda que a relação que existe entre o planejamento e a cidadania insurgente pode ser vista amplamente da literatura acadêmica, apresentando como ponto em comum a necessidade em estabelecer uma (re)politização do planejamento, assim como também uma radicalização da democracia para que seja não somente estabelecido, mas mantida uma cidadania urbana substantiva. Holston (2013, p. 199), sobre o planejamento insurgente explica que este surgiu a partir de um radical planejamento que contrapõe a partir de questionamentos o papel tanto do Estado em relação ao planejamento, como também sobre a legitimidade do técnico planejador, de modo que seja definido com amparo legal os destinos da comunidade, tendo como base uma hierarquia de conhecimento e saberes.

Jabareen (2017) lembra que tal fato não pode ser confundido com o que está designado no planejamento transacional, haja vista que este pressupõe uma interação e estabelecimento de um processo que envolve a comunicação entre o planejador e "cliente-ator". Esse entendimento é defendido por Friedman (2011, p. 16) que afirma: "nos primórdios de sua

elaboração teórica sobre o planejamento radical”. O’Brien (2014, p. 15-16) fazendo uma leitura da produção acadêmica que trata sobre o tema planejamento insurgente, identificou e destacou elementos estruturais que foram considerados comuns nas práticas insurgentes, a saber:

- 1) a mobilização consciente de uma comunidade oprimida em torno de um conjunto de demandas; 2) a introdução de um plano ou política direcionado à comunidade com abertura de um espaço para sua participação; 3) o uso de “espaços inventados” em meio a um repertório de ações e estratégias; e 4) o engajamento na luta no nível local pelos residentes. (O’BRIEN, 2014, 15-16).

O artigo publicado por Sweet e Chakars (2010) foi criticado por Alexander (2011, p. 220), fazendo diversos questionamentos, com relação ao termo “planejamento insurgente”, se este poderia ser substituído pela palavra ação. Seu questionamento se deu da seguinte forma: “o que faz dessas atividades planejamento?”. Esse questionamento se deu a partir de um específico relato sobre o caso da comunidade indígena Buryat na Rússia e tem fundamento e relevância, isso porque, nem toda atividade que impõe desafios as relações de poder podem ser classificadas como planejamento insurgente, no entanto, Segundo MirafTAB (2016) é igualmente importante, pois há necessidade de superar a crise existencial do planejamento quando houve confronto com sua esquizofrenia profissional e for substituído pelo urbanismo de gestão estratégica empresarial.

MirafTAB (2016, p. 298) então destaca uma possível resposta ao questionamento de Alexander (2011) encontrado nos seus estudos, principalmente quando evidencia a necessidade de “descolonizar a imaginação e possibilidades para o futuro e de promover um giro ontológico e epistemológico na teorização do planejamento, centrado em uma inclusão autodeterminada”. Segundo MirafTAB (2016) uma ruptura ontológica é gerada pelas práticas insurgentes, não por desejarem uma fatia maior do bolo, mas sim por almejarem um outro tipo de “torta”, ou seja, ontologicamente distinta. Com isso, o autor entende que o planejamento insurgente, assim como as práticas insurgentes não procuram a inclusão por meio de uma representação melhor, seja ela proposta por políticos ou especialistas, mas na verdade estão buscando a inclusão autodeterminada, para que dessa forma os direitos sociais sejam de fato praticados e respeitados. Sobre esse entendimento, MirafTAB (2016, p. 31) afirma que:

A busca por um enquadramento das práticas insurgentes nos esquemas mentais do planejamento tecnocrático tradicional certamente resultará no aprofundamento de sua crise existencial, reduzindo o debate, quando muito, à questão da legitimidade (quem planeja), quando o ponto essencial se refere à descolonização de corpos, mentes e almas (que planejamento e para quem). É de se observar que nem todas as práticas que desafiam as relações de poder instituídas constituem práticas insurgentes, eis que podem servir a propósitos colonizadores, segregacionistas ou antidemocráticos.

Miraftab (2016), no que diz respeito ao planejamento insurgente, fundamenta a existência de dois espaços em relação dialética, que foram denominados de os espaços convidados e os espaços inventados, como explicado no Quadro 2.

Quadro 2. Os espaços convidados e os espaços inventados

Os espaços convidados	Seriam aqueles cuja participação é sancionada pelo poder constituído, espaços com limites de contenção da cidadania
Os espaços inventados	Seriam aqueles criados ou reapropriados pelos cidadãos segregados (ou pelos não cidadãos) “que confrontam diretamente as autoridades e desafiam o status quo”, sendo alvo frequente de criminalização

Fonte: Miraftab (2016, p. 39)

Miraftab (2016, p. 370) menciona também que no planejamento insurgente, os sujeitos que integram o coletivo entre os dois espaços descritos, veem as práticas insurgentes como um transformador em potencial levando em consideração três princípios:

- Transgressão no tempo, lugar e ação: elas transgridem falsas dicotomias entre espaços convidados e inventados do ativismo; elas transgridem fronteiras nacionais ao construir solidariedades transnacionais e movem-se além dos laços do tempo através de uma consciência historicizada.
- Contra e anti-hegemonia: as práticas de planejamento insurgente são anti e contra hegemônicas. Elas desestabilizam relações de dominação e são especificamente anticapitalistas.
- Imaginação: práticas de planejamento insurgente são imaginativas. Elas recuperam o idealismo por uma sociedade justa.

Com base no exposto por Miraftab (2016) e demais autores citados nessa seção entendem-se que o planejamento insurgente, assim como seus mecanismos de resistência e enfrentamento apresentam-se como uma essencial ferramenta estratégica lógica estrutural para o direito à cidade, assim como também para a autoconstrução dos modos de existência para fundamentar uma comunidade segregada.

2.3 A economia na rua: o espaço do ambulante

Ao tratar sobre o espaço do ambulante, faz-se necessário compreender e analisar a formalidade-informalidade presente no comércio varejista, que segundo o estudo realizado por Santos (1978), apresenta-se como primordial para elaborar uma referência básica da estrutura comercial desenvolvida nas cidades do Terceiro Mundo. Considerando esse entendimento apresentado pelo autor, a sua principal contribuição se dá em resultado das características da economia dos países periféricos classificados em dois circuitos: o “circuito superior”⁴ e o “circuito inferior”⁵. Segundo Santos (1978), o entendimento deste circuito originou-se no processo de modernização excludente criados pelos países centrais e ao mesmo tempo impostos aos países menos desenvolvidos. Para o autor, os dois circuitos estão relacionados entre si, no entanto, é possível identificar diferenças importantes entre suas atividades, que está principalmente identificada nas modalidades de capital, tecnologia e organização. Analisando sob essa perspectiva, é possível considerar que existe uma relação de dependência, do circuito inferior em relação ao circuito superior.

Segundo Santos e Rezende (2003), independentemente de ser visto como uma opção para a população desempregada ou ainda, por ser de certa aplicada como uma alternativa para pagar menos impostos, o que vem sendo visto é que, como crescimento da economia informal nas últimas décadas, em diversas cidades, principalmente na área central, essa temática, tem despertado interesse e fundamentado debates entre diversos estudiosos, assim como também entre os empresários e autoridades públicas. Sobre esse contexto, destaca-se o estudo desenvolvido por Melo e Telles (2000) que evidenciou:

[...] o avanço dessas atividades não se apresenta como um fenômeno transitório. No caso brasileiro, deve ser destacado o aumento expressivo do comércio ambulante no interior da atividade comercial. De acordo com os autores, 68% dos postos de trabalho no âmbito comercial são oriundos do comércio varejista e atacadista, mas 21% derivam-se da categoria ambulante, tendência que se manifestou mais fortemente nos anos 90 em todo o país.

Segundo Melo e Telles (2000), ao estudar o conceito de economia informal este apresenta um entendimento bastante amplo, no entanto, o comércio de ambulantes e camelôs é vista com maior representatividade deste setor. Singer e Pocchmam (2001, p. 13) citam o

⁴ Circuito superior - refere-se as atividades relacionadas ao setor terciário de serviços, que pode ser citado como exemplo, o comércio, bancos e indústria de exportação, dentre outros.

⁵ Circuito inferior – refere-se ao comércio varejista e pelo comércio de pequena escala.

Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), em que propõe uma explicação sobre a composição do setor informal:

[...] pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir as diferenças entre capital e trabalho. Essas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão de obra pouco qualificada, que proporcionam empregos instáveis de reduzida produtividade e baixa renda.

Na maioria das vezes, as palavras ambulantes e camelôs são empregados como se tivessem o mesmo significado, ou seja, fossem iguais. No entanto, de acordo com alguns autores, existem diferenças entre elas, como propõe Bertolucci (2003). Para o autor, os camelôs desenvolver as suas atividades em lugares pré-definidos, em barracas organizadas e normalmente dispõem de autorização oficial para exercer a atividade. Já os ambulantes, estes não têm um local fixo, sendo suas mercadorias ofertadas com menor valor em comparação aos preços dos produtos dos camelôs.

Bertolucci (2003) propõe ainda um terceiro termo, vendedores autônomos, que neste caso abrange os donos de bancas de jornal e revistas, ou ainda aqueles que comercializam alimentos em quiosques, com uma infraestrutura mais adequada. Para fundamentar esses conceitos, o autor levou em consideração a mobilidade espacial de cada atividade desenvolvida. Na cidade de São Paulo, em 23 de agosto de 1991 foi promulgada a Lei nº 11.039, que segundo Yáziği (2000, p. 287) inclui também nessa definição os serviços voltados para forma comercial e lazer, estabelecendo ainda que:

O termo marreteiro é usado para aqueles que não têm licença. Ainda para esse autor as formas de atividade ambulante podem ser de três tipos: efetivas, que podem carregar equipamentos; com ponto móvel, com automóveis ou equipamentos desmontáveis e as com ponto fixo que utilizam barracas não removíveis.

Para entender melhor a diferença entre esses termos, é necessário compreender a sua origem. Assim, com base na origem no latim, ambulante refere-se a alguém que anda, vaga ou se desloca de um local para outro, ou seja, não tem um local fixo, que é móvel (DICIONÁRIO PORTUGUÊS ONLINE, 2021). Quanto ao termo camelô, este, de acordo com os relatos históricos, surgiu na França, durante o século XXII, *camelot*, que se referia a “tecidos rústicos e felpudo” produzido com pelo de camelo. É importante mencionar que os

dois termos atualmente empregados para comercializar produtos, não foram empregados inicialmente para comercializar produtos em locais fixos, embora no caso dos comelôs, estes faziam uso de uma barraca nas feiras (MONTESSORO, 2006).

Já no entendimento de Cleps (2003) os termos não têm diferença, apresentando na verdade uma classificação do tipo de atividade desenvolvida, considerando assim três grupos distintos, que são: os de atividade em locais fixos, que buscam locais estratégicos, com uma movimentação mais expressiva; os periódicos, que estão dispostos principalmente em áreas de lazer, que na maioria das vezes, são instalados nos finais de semanas e feriados; e os ocasionais, que se organizam próximo aos comércios formais, ou próximos a eventos em que há um grande aglomerado de pessoas. As atividades desenvolvidas por estes têm como principal característica ser de rua, que tem uma relação direta com o espaço público, como praças e vias, podendo citar, principalmente três tipos de atividades predominantes:

- 1) ponto móvel (efetivo), com equipamentos (barracas e pequenas bancas) desmontáveis ou veículos automotores; 2) em circulação, com carrinhos de mão, tabuleiros e demais suportes de apoio que sirvam para expor suas mercadorias e 3) ponto fixo, ou seja, barracas não removíveis (CLEPS, 2003, p. 139).

Segundo Ribeiro Filho (2004), os espaços públicos mais utilizados para exercer esse tipo de atividades são: praças, calçadas e cruzamentos das ruas, isso porque, a maioria deles tem grande aglomeração, estão localizados em uma área central privilegiada, o que contribui para circulação de pessoas e comércio. Devido ao crescimento desse mercado informal, Montessoro (2006) destaca a necessidade em projetar e construir locais, como camelódromos ou shoppings populares, para que estes trabalhadores possam se organizar espacialmente, podendo ser chamado inclusive de centro comercial dos ambulantes.

Por estarem sempre organizados nas calçadas, ruas, próximo ao comércio formal, esses trabalhadores e seus estabelecimentos (barracas) sempre foram vistos não somente pelas autoridades, mas também por uma parcela da sociedade como uma anomalia sob a perspectiva de planejamentos (MONTESSORO, 2006). O que precisa ser considerado, de acordo com a percepção da autora, é que as condições de trabalho dessas pessoas, assim como alimentação e transporte são precárias. No entanto, ao fazer uma análise considerando a perspectiva do trabalho em si, eles não estão desestruturados, já que dispõem de um ponto para comercializar

seus produtos, mesmo que este não seja um local fixo. Yazigi (2000, p. 299), sobre essa temática, menciona que:

Os espaços públicos em questão passam a ter valor de mercadoria, pois os mercadores ambulantes dele se apropriam privadamente, por não terem nenhum custo de localização, não pagarem aluguel e nem impostos, utilizando-o assim, para comércio informal e obtenção de lucros. A rua, enquanto um espaço público assume papel multifuncional, pois de acordo com os diferentes períodos do dia, apresenta funções diferenciadas e públicos variados. Ao observar-se a dinâmica das cidades de médio porte e também das metrópoles, percebe-se que os camelódromos, construídos para oferecer um lugar legalizado aos ambulantes, localizam-se próximos aos terminais de transporte urbano. Essa localização é estratégica, uma vez que essa é uma área de grande circulação de pessoas de renda baixa, e que estarão sempre atraídas pelas mercadorias com preços populares, vendidas nos camelódromos.

Sobre essa temática, destaca-se que a apropriação feita tanto pelos camelôs como pelos ambulantes tem relação direta com diversos fatores, sendo o principal deles o desemprego, a falta de oportunidade no mercado formal. Segundo Montessoro (2006), este é um problema sério que afeta todo o país, que mostra o lado negativo da vida de seus cidadãos, que afeta diretamente a qualidade de vida destes.

O setor terciário/informal vem sendo influenciado pela crise econômica, que faz com que este setor tenha um crescimento expressivo nos últimos anos, pois é cada vez maior o número de trabalhadores que são desvinculados das empresas e sem uma boa qualificação profissional, ficam sem grandes opções, restando buscar sustento no mercado informal, apropriando-se dos espaços públicos das cidades. Segundo Ribeiro Filho (2004, p. 399) “as vias públicas tornam-se palco de uma realidade econômica em transformação e, ao mesmo tempo, revelam uma sociedade urbana que está firmada em valores consumistas e práticas exageradas no que diz respeito à aquisição de produtos”. O autor lembra ainda que grande parte da população tem seus produtos adquiridos a partir da oferta dos trabalhadores informais, uma vez que estes facilitam o poder aquisitivo da população de renda baixa.

Devido a diversidade dos produtos ofertados, foi proposta uma classificação das categorias ligadas as atividades desenvolvidas na economia informal, fundamentada nos estudos de Yazigi (2000) e Ribeiro Filho (2004), sendo agrupadas de acordo com categorização descrita no Quadro 3.

Quadro 3. Classificação do mercado ambulante

Comércio Varejista	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentação: refeições, lanche, comida regional e churrasco; • Bebidas: água mineral, refrigerante, cerveja e batidas; • Frutas, Legumes e verduras; • Produtos Alimentícios; • Produtos Naturais; • Cigarros; • Vestuário: masculino, feminino, infantil, roupa íntima; • Calçados: adulto e infantil; • Acessórios para Vestuário e Calçados: bijuteria, boné, carteira, cinto, bolsa, brincos, anéis, guarda-chuvas, fivela, cadarço, espelho; • Cama, mesa e banho; • Redes; • Relógios; • Presentes; • Cd's e Fitas; • Brinquedos; • Produtos Importados; • Cosméticos e Perfumes; • Artesanato; • Artigos para o Lar e Utilidades Domésticas; • Peças para Eletrodomésticos; • Ferramentas; • Material Elétrico e Hidráulico; • Material de Higiene: escova de dente, mamadeira, bico, papel higiênico, pasta dental; • Material Escolar: cadernos, canetas, lápis, borracha, dentre outros; • Cartão Telefônico e • Balas, chicletes e miudezas.
Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza: engraxates e lavadores de carro; • Reparadores: painelas, guarda-chuvas; facas, alicates, tesouras; • Conserto: confecções, calçados, relógios e semijóias; • Chaveiro; • Fotografia: “lambe-lambe” e foto instantânea; • Publicidade: distribuidores de folhetos e os “cavaletes humanos”; • Guardadores de Carro; • Banca de Bicho.

Fonte: Ribeiro Filho (2004, p. 245)

Complementando essa temática, Corrêa (2003) explica que essas categorias podem variar de cidade para cidade, ou mesmo de região para outra. No entanto, é possível perceber que elas podem ser identificadas na maioria das cidades do país, principalmente nas grandes metrópoles, onde há uma maior concentração de pessoas. Outro importante ponto destacado pelo autor e que influencia na economia do mercado informal e formal é que “em diversos tipos de produtos da economia informal, existe a interação com o circuito superior, por meio

de várias formas de comercialização, de acordo com a origem dos produtos, a ação dos intermediários e a localização dos consumidores” (CORRÊA, 2003, p. 288).

Com a pandemia do Covid-19 no Brasil, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, o número de vendedores ambulantes e trabalhadores informais aumentaram aproximadamente para 27,9 milhões, como maior exemplo, citam-se os vendedores de balas e doces. No entanto, o Decreto-Lei nº 2.041 de 1940 que regula essa profissão, proíbe a venda de produtos nos transportes públicos. Por outro lado, um outro Projeto de Lei - PL 5.381/2020 assegura o acesso destes vendedores nos transportes públicos urbano.

O ambulante também teve sua renda reduzida, ainda na pandemia do Covid-19, principalmente devido às medidas de isolamento social em que sem sombra de dúvidas esta foi à hora que todos precisaram se reinventar, desenvolver novas habilidades inclusive de adaptação para sobreviver. No caso das feiras livres, muitas delas, mesmo sendo localizadas nas ruas, praças dos bairros, provocam muita aglomeração. Uma das alternativas foi oferecer o produto através da internet e redes sociais. Alguns produtos são mais fáceis de comercializar pelas mídias sociais, como roupas, bijuterias, já outros é preciso usar de mais criatividade para continuar atendendo aos clientes. No entanto, é importante mencionar que nem todos vão usar o mesmo recurso, sendo esse uma hora facilitador outra hora dificultador.

3 COMÉRCIO AMBULANTE NA FEIRA DA PARANGADA NA CIDADE DE FORTALEZA

É bastante comum à presença do comércio ambulante nas vias públicas das cidades, como em praças, vias e calçadas de forma informal. A escassez de emprego no mercado de trabalho formal força as pessoas a buscarem alternativas para geração de renda. Dessa forma, muitas pessoas sobrevivem do comércio informal. Analisando o cenário de forma geral, esse tipo de atividade gera um impacto mais significativo no contexto social e ambiental, isso devido ao descumprimento de normas de funcionamento, bem como a falta de controle do número de comerciantes explorando a mesma área. Assim, pretendeu-se nessa seção, fazer uma abordagem sobre a espacialização do comércio ambulante na Feira da Parangaba em Fortaleza, assim como também uma explanação sobre o espaço público, a legislação incidente e por fim sobre as Políticas urbanas que afetam o comércio ambulante.

3.1 A Cidade de Fortaleza e o Uso Informal do Espaço Público

Desde a segunda metade do século XIX, é possível identificar nos bairros de Fortaleza a existência do comércio ambulante, ou seja, o desenvolvimento de atividades exercidas por trabalhadores no comércio informal utilizando o espaço público. Sobre esse contexto, Cavalcante (2019, p. 43) explica que:

O desenvolvimento desse tipo de comércio na área central da Capital está relacionado com o crescimento de seu contingente populacional em decorrência, principalmente, das imigrações motivadas pelas sucessivas secas e pela falta de uma assistência adequada às populações carentes em seus lugares de origem. À época, Fortaleza começava a consolidar sua hegemonia em relação a outros núcleos urbanos da província do Ceará, devido em grande parte à sua bem-sucedida inserção no mercado internacional do algodão, e por isso tornava-se destino de muitos daqueles que migravam em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Segundo Cavalcante (2019), fazendo uma retrospectiva do histórico do comércio informal no espaço público de Fortaleza, pode-se dizer que essa relação entre o comércio informal e o poder público foi marcada de conflitos, sendo inclusive, determinado pelo então prefeito Raimundo Girão, com base no Decreto nº 70, art. 433 “o pagamento do imposto do ambulante não dá direito a estacionar nos logradouros públicos, senão o tempo necessário para efetuar a venda” (CAVALCANTE, 2019, p. 43).

Sobre esse contexto, Jucá (2003) menciona que os anos compreendido entre 1945 e 1960 foi marcado por uma série de intervenções impostas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, por considerar uma apropriação indevido, que ia de encontro com a lei, dos espaços públicos pelo comércio ambulante. Outro ponto destacado pelo autor, refere-se a forma violenta como os ambulantes eram tratados pelos agentes públicos, que incluía desde apreensão da mercadoria, até mesmo a destruição total dos produtos, com agressões morais e físicas contra os trabalhadores informais. Para um melhor entendimento deste contexto, destaca-se:

Os guardas municipais de trânsito retinham todas as bancas e caixões usados pelos vendedores. Nem as cafeteiras escapavam da fiscalização na Praça da Sé, nas ruas Conde D’Eu, Barão do Rio Branco, Governador Sampaio, no Passeio Público e na zona da praia. [...] Os pontos mais fiscalizados eram a Praça da Sé e ruas centrais. [...] Os vendedores de quinquilharias e até de animais vivos e de vísceras tomavam conta do Centro de Fortaleza. [...] Na Praça do Ferreira, vendia-se de tudo nas calçadas (JUCÁ, 2003, p. 70, 71).

De acordo com o referido autor, a presença cada vez mais significativa não somente de mendigos, mas também de trabalhadores informais no centro de Fortaleza que buscavam um meio para melhorar a condição de vida agravou ainda mais as tensões sociais. A partir de 1970, quando passaram a surgir nova rede de serviço e comércio em outros bairros além do Centro de Fortaleza, como Montese e Aldeota, a monocentralidade passa a dar lugar a uma policentralidade, apresentado com o comércio nesses outros bairros uma redução da atratividade até então concentrada do centro. Contribuindo para compreensão dessa temática, tem-se as dimensões morfológicas relacionadas à centralização urbana proposta por Pereira et al. (2011, p. 12):

Quadro 4. Dimensões morfológicas relacionadas à centralidade urbana

Dimensão	Autores	Definições	Medidas
Distribuição desigual/ concentração	Tsai (2005, p. 143)	“O grau ao qual o desenvolvimento está concentrado em poucas partes de uma área metropolitana, independentemente de as subáreas de alta densidade estarem aglomeradas ou distribuídas espaçadamente.”	Coefficiente de Gini.
	Lee (2006, p. 11)	“O quanto os empregos estão desproporcionalmente aglomerados em algumas poucas	Coefficiente de Gini e índice Delta (ou de dissimilaridade)

		localizações.”	
	Galster et al. (2001, p. 700)	“O grau no qual habitações ou empregos estão localizados desproporcionalmente em relativamente poucas áreas ou distribuídos uniformemente por toda a área urbana.”	Índice Delta.
Centralidade	Galster et al. (2001, p. 701)	“O grau no qual observações de um dado uso do solo urbano estão localizadas próximas ao CBD de uma área urbana.”	Distância média a partir do CBD de um tipo de uso do solo (ponderada pelo número de observações) e índice de Centralização.
	Anas, Arnott e Small (1998, p. 1.431)	“Para o nível de toda a cidade, as atividades podem estar relativamente centralizadas ou descentralizadas dependendo de quão concentradas nas proximidades do CBD elas estiverem.”	Gradiente de densidade monocêntrico.
	Lee (2006, p. 11)	“Centralidade é a extensão na qual os empregos estão concentrados tomando como referência o CBD.”	Índice de Wheaton modificado. Índice de Centralização baseado na área. Razão da distância ao CBD ponderada pelo raio urbano.
Aglomeração (clustering)	Tsai (2005, p. 146)	“O grau em que subáreas de alta densidade estão aglomeradas, ou aleatoriamente distribuídas.”	Índice de Moran global.
	Galster et al. (2001, p. 701)	“O grau em que a urbanização circunscrita a qualquer quadrado de uma milha está aglomerada em um dos quatro quadrados de meia milha contidos dentro dele (em oposição à espalhada uniformemente).”	“A média dos desvios-padrão da densidade de um uso do solo particular (unidades de habitação ou trabalhadores empregados) de todos os quadrados de uma milha dentre os quatro quadrados de cada grelha de uma milha com terra urbanizável, padronizada pela densidade média de todas as grelhas de escala.”
	Anas, Arnott e Small (1998, p. 1.431)	“Para o nível mais local, as atividades podem estar aglomeradas em um padrão policêntrico ou dispersas em um padrão mais regular.”	Três abordagens: análise de padrão de pontos; fractais; e identificação de subcentros (função de densidade policêntrica, densidade mínima).

Fonte: Pereira et al. (2011, p. 12)

Segundo Pereira et al. (2011) a primeira dimensão tratada, distribuição desigual, refere-se ao nível de desigualdade em que as atividades estão distribuídas. No caso da centralização, apresenta aspectos semelhantes a distribuição, pois leva em consideração a distribuição espacial. Quanto a aglomeração faz referência aos empregos aglomerados em áreas e dispersões em um padrão mais homogêneo pelo espaço. No contexto do cenário de Fortaleza, com o comércio se expandido para outros bairros, inclusive bairros nobres, o

tradicional centro da cidade vai se transformando em centro da periferia. Segundo Forte (2004, p. 25) essa transformação resultou na seguinte estrutura:

[...] o Centro de Fortaleza passou a contar com os shoppings populares, com pequenas lojas comercializando produtos dentro dos padrões de consumo dos compradores da periferia, instalações sem ar-condicionado ou pequenos quiosques localizados nas praças. Surgiu também o camelódromo “Beco da Poeira”, com características das feiras livres, dos mercados públicos e dos shoppings de Fortaleza, constituído por pequenos boxes comercializando uma imensa variedade de serviços e produtos [...] Com o imenso fluxo de pessoas [...] agrega-se aos camelôs já atuantes [...] ex-assalariados e trabalhadores rurais [...]. Além dos desempregados [...] existem também aposentados e pequenos comerciantes que investem em boxes, carrinhos e banquetas para comercializar mercadorias nas ruas ou no camelódromo “Beco da Poeira”.

Segundo o autor supracitado, os conflitos gerados pela disputa do espaço público no centro da cidade são caracterizados por interesses distintos, que nesse caso podem ser citados o interesse por parte dos comerciantes estabelecidos, de outro do Estado e do outro o comércio ambulante. Passam a surgir então às políticas normativas de espaço público, que foi dividido em dois períodos: o primeiro entre os anos de 1975 e 1982, que de acordo com Dantas (2012, p. 81) teve como marco:

[...] modernizar o Centro, com construção de calçadas, reformas de praças e incentivo à reforma das fachadas das lojas existentes, segundo um design avançado. [...] um processo de incorporação das formas antigas existentes no Centro a um novo padrão de acumulação [...] remendo feito para ocultar traços do passado, como resultado da concorrência empreendida por áreas mais modernas, sendo o shopping center a expressão máxima.

Já a segunda onda, segundo o autor supracitado, foi do período de 1986 a 1995, em que houve uma tendência por parte dos gestores municipais em implementar políticas de urbanização, de modo que o Centro fosse então diferenciado de outras áreas de consumo. Para isso foi investido na reconstituição do seu passado, sendo reformadas as praças e formando parcerias com os lojistas para que estes valorizassem as suas fachadas. Em 1997, para um melhor acompanhamento a administração dos bairros, durante a gestão do então prefeito Juraci Vieira de Magalhães⁶, a cidade foi dividida nas chamadas de Secretarias Executivas Regionais (SER). Atualmente, Fortaleza tem um total de 121 bairros, os quais são geridos

⁶ Juraci Vieira de Magalhães, nascido em Senador Pompeu em 12 de fevereiro de 1931 e falecido em 21 de janeiro de 2009, em Fortaleza/Ceará, foi um médico e político que governou o município de Fortaleza no período de 1990 a 1993, quando era o vice de Ciro Gomes e este renunciou para candidatar-se a governador do Estado. O seu segundo mandato foi de 1997 a 2005.

Com essa redistribuição das Secretarias Regionais, buscou-se fazer uma reterritorialização da Capital, em que a partir de 12 conselhos de gestão foram reunidos 39 territórios, de modo que fosse colocado em prática o planejamento urbano, conseqüentemente priorizar nos bairros com maior concentração da população de baixa renda uma política pública mais eficiente e eficaz. Nesse sentido, vem sendo estudado a melhor forma de distribuir os gastos municipais, focando nos bens públicos e infraestrutura urbana, como por exemplo, iluminação pública, pavimentação e saneamento. Tal ação recai também em relação ao comércio ambulante em diversos bairros de Fortaleza, como aconteceu na urbanização e requalificação da lagoa da Parangaba (SER IV – Território 17). Com essa requalificação, os ambulantes que ficavam no entorno da lagoa foram remanejados para outro espaço, melhorando assim o espaço público com mais atrativos de lazer e convívio social.

Dantas (2012) lembra que a cidade de Fortaleza, desde a década de 1990 tem recebido intervenções não somente da gestão pública, mas também do setor privado com o intuito de propor mudanças dando uma imagem de modernização, construindo shoppings centers em diversos bairros, reformando o Aeroporto Pinto Martins, o Centro Dragão do Mar, ampliando as vias de acesso, principalmente nos bairros mais elitizados. Por outro lado, é possível perceber que ainda é grande o índice de desemprego, violência e déficit em relação aos serviços públicos, que convivem lado a lado com os ricos, de modo que Fortaleza, mesmo com as ações desenvolvidas, apresenta-se como sendo uma metrópole que convive com a desigualdade social e econômica, como destaca Forte (2004, p. 24):

Os grandes empreendimentos concentram-se em determinadas áreas da cidade, bem como as atividades com potencialidades para gerar emprego e renda. A pobreza é um dos principais motivos do crescimento desordenado, além de gerar favelas na cidade. Os serviços públicos incompletos e mal distribuídos impedem que uma significativa parcela da população se beneficie de equipamentos que poderiam ser mais socializados. Com um número de habitantes superior a dois milhões, grande parte da população economicamente ativa situa-se na condição de baixa renda. Da população ativa de Fortaleza, 70% têm renda inferior a três salários-mínimos. [...] À má distribuição de renda alia-se a crise estrutural do desemprego causando um forte impacto em Fortaleza e em sua região metropolitana.

Ainda de acordo com o referido autor, muitos dos ambulantes buscam esse meio de vida por estarem desempregados ou devido a insatisfação da baixa remuneração no trabalho formal, que veem, com a possibilidade de uma dedicação maior ao administrar o próprio negócio, mesmo nas feiras livres, uma possibilidade de aumentar a renda familiar. Segundo

Forte (2004), as atividades desenvolvidas nas feiras para algumas pessoas representam a principal fonte de renda ou para alguns a única. O comércio também realizado nas feiras em locais públicos, embora seja uma atividade informal, é uma opção para quem está desempregado e/ou para complementar os baixos salários.

3.2 A Espacialidade do Comércio Ambulante

Diante do grande número de ambulantes, principalmente no centro de Fortaleza, o processo de ocupação vem desde a década de 1970. Santos (1978, p. 34) sobre essa temática explica que “[...] diferentes tipos de comércio e da produção de bens manufaturados de capital não intensivo, constituída em grande parte de artesanato e, também, de uma gama de serviços não modernos”. Complementando essa temática, Dantas (2005, p. 1) explica como se dá o papel do comércio ambulante, indicando as necessidades de apreensão do seu significado, a saber:

1. Criar uma demanda solvável, quando fornece produtos por menores preços e, por conseguinte, tornando-os acessíveis a uma camada maior de consumidores - com maior intensidade os consumidores das classes menos abastadas e que não teriam condições de consumir esses produtos no comércio estabelecido - e insere aqueles que desenvolvem a atividade do comércio ambulante na sociedade de consumo;
2. Funcionar como fator de estabilização social, quando a inserção na atividade do comércio ambulante é reforçada pela ideologia da ascensão social pelo consumo e pela ideologia de ascensão social pelo trabalho autônomo.

O comércio informal, este se tornou referência no Centro de Fortaleza, sendo cada vez mais uma opção para os trabalhadores desempregados para dispor de uma renda familiar. A atividade também é bastante desenvolvida em outras áreas, como Av. Beira Mar, Montese e Messejana. Ainda no centro, na praça da estação abriga aproximadamente 1.200 ambulantes cadastrados, que foram realocadas de outras praças, como a que fica em frente ao teatro José de Alencar. No entanto, esses ambulantes encontram-se em situação de desvantagem, já que as linhas de ônibus que por ali circundavam e tinham ponto final, foram transferidas para outras ruas do centro.

A associação do Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes e Trabalhadores Autônomos do Estado do Ceará (APROVACE) concentram suas ações a

atender as necessidades dos ambulantes que ficam no Centro da cidade, embora a representação seja para todo o Estado. Atualmente a APROVACE conta com 13.000 associados, sendo aproximadamente 40% homens e 60% mulheres. A questão do comércio ambulante vem sendo tratada com mais ênfase após os anos de 1970. No entanto, é importante destacar ações pioneiras que aconteceu em 1959, devido a reclamações dos empresários pelo crescimento desse tipo de comércio, como explica Jucá (2003, p. 88):

[...] os comerciantes ambulantes encontravam-se mesmo ao lado de luxuosos magazines. Na rua Floriano Peixoto, no trecho entre Castro Silva e rua Pará, os locais de venda de miudezas se multiplicavam, dificultando o tráfego na Guilherme Rocha. Até as ruas São Paulo e General Sampaio eram ocupadas. Na praça da Estação [...] havia pequenos restaurantes considerados imundos.

Tal cenário fez com que o então Prefeito Cordeiro Neto⁸, tomasse algumas medidas de política de deslocamento do comércio ambulante, uma providência bastante comemorada nos jornais. O comércio continuou crescendo fazendo com que medidas fossem tomadas ao longo dos anos, sendo propostos diversos projetos. Assim, entre os anos de 1982 e 1986 ficou conhecido como período de transição, com desenvolvimento de projetos de urbanização voltados para a normatização do uso do espaço público pelo comércio ambulante.

Em 1983 foi criado no Estado do Ceará, a Associação do Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes e Trabalhadores Autônomos do Estado do Ceará (Aprovace), sendo a partir de então formalizada parceria com a Prefeitura, estabelecendo uma agenda propositiva com o poder público, com o intuito de atender as necessidades dos ambulantes e reordenar o centro da cidade. Entre os anos de 1986 e 1995, foram concebidas intervenções relevantes. A diferença deste com o primeiro período refere-se à tentativa de normatização do centro, em que se buscou criar possibilidades para seu consumo enquanto imagem. Corroborando com essa temática, Dantas (2005, p. 371) destaca que:

[...] tenta-se passar não só a ideia do conforto para as compras, mas, a partir da reconstituição do conjunto arquitetônico do Centro, o desenvolvimento da ideia do Centro Histórico como elemento de diferenciação desta área em relação a outras áreas de consumo. Esta tentativa de transformação do Centro em locus de consumo que também passa a ser consumido como imagem, pôs em voga uma série de intervenções por parte das gestões municipais no que tange à apropriação privada do espaço público pelo

⁸ Manuel Cordeiro Neto, nascido em Russas em 31 de dezembro de 1901, e falecido em Fortaleza em 22 de outubro de 1992, foi chefe de Polícia e Segurança Pública do Ceará. Governou o município de Fortaleza no período de 1959 a 1963.

comércio ambulante. Trata-se do Programa de Disciplinamento e Saneamento das Praças e Passeios do Centro de Fortaleza (PRODSA), executado na gestão Maria Luiza e do Projeto de Ordenação do Comércio Ambulante - zona central, pensado e iniciado na gestão Ciro Gomes e continuado nas gestões Juraci Magalhães e Antônio Cambraia.

Na então gestão de Juraci Magalhães (1990-1992), o **Projeto de ordenamento Espacial do Comércio Ambulante – zona central** ganhou mais força, restringindo a permanência no Centro aos comerciantes ambulantes cadastrados. Dantas (2005) lembra que consideravam a existência de 8.000 comerciantes, sendo que na administração de Maria Luiza (1986-1989), esse número foi reduzido para 3.380 e no comando de Juraci Magalhães, considerou-se somente 2.483 comerciantes ambulantes cadastrados. Apresenta-se o Projeto de ordenamento Espacial do Comércio Ambulante (zona central) elaborado na gestão de Ciro Gomes (1989-1990).

Ao longo dos anos, medidas para alocar melhor esses trabalhadores vêm sendo propostas e implementadas. Como exemplo, tem-se o antigo Beco da Poeira, inaugurado em 1989, quando foi construído pelos próprios ambulantes 869 boxes e em 1992 uma ampliação do local, sendo construídos mais 142 boxes e 20 lanchonetes (SILVA, 2007).

Em 2010, foi comunicado a APROVACE, sobre a transferência para o novo **Beco da Poeira – a Central de Pequenos Negócios**, que seria realizada em março do mesmo ano. No entanto, essa mudança acabou não agradando a todos alegando o descumprimento do acordo por parte da Prefeitura, já que não foram reembolsados pelas perdas na construção do primeiro local. Assim, diante disso, muitos acabaram abandonando a atividade ou o local ou se mudaram para outro local e estão insatisfeitos (SALGADO, 2011).

Além da APROVACE, há também a Associação dos Feirantes Autônomos do Galpão do Pequeno Empreendedor, que dispõe de 700 espaços e abrigam aproximadamente 1.400 pessoas, já no caso dos feirantes que atuam na Beira Mar, eles recebem suporte da Associação dos Feirantes da Avenida Beira Mar (ASFABEM) que foi fundada em 1982 e conta com 636 membros, sendo todos eles cadastrados pela prefeitura. A **Feirinha da Beira Mar**, em 1998 foi tombada pelo patrimônio histórico do município. Tal fato aconteceu pela contribuição para o desenvolvimento turístico, assim como também pela geração de empregos e por mostrar a cultura de um povo, a partir das suas comidas típicas, artesanatos e pelo próprio modo de ser. É importante mencionar que, mesmo com essas associações, ainda existem muitos ambulantes

que atuam livremente sem nenhum tipo de cadastro, inclusive dentro dos locais demarcados pela prefeitura, sendo necessário fazer periodicamente levantamento para um melhor controle destes.

3.3 Políticas Urbanas que afetam o Comércio Ambulante

Ao tratar das políticas urbanas que afetam o comércio ambulante, faz-se necessário compreender as políticas públicas municipais, fazendo uma leitura geográfica da ocupação urbana na cidade de Fortaleza, em que pode ser percebido que as ruas comerciais vêm sendo ocupadas tanto por comerciantes formais, varejistas e atacadistas, como também pelo comércio informal. Com essa ocupação, acontece uma coexistência de dois vetores econômicos: o inferior e superior.

Nesse sentido, é perceptível a disputa pelo espaço por parte dos vendedores ambulantes em várias ruas, vias de grande circulação de pessoas e veículos, e até mesmo em áreas que deveria ser de lazer, utilizado como vitrines abertas para expor suas mercadorias ou até mesmo portando elas junto ao corpo. Analisando a questão considerando o processo de uso e ocupação do solo urbano, há uma obstrução das vias de acesso, que atrapalha tanto o pedestre como veículos de transitarem nessas vias, dificultando o direito de livre acesso e circulação. Em Fortaleza, os critérios para o exercício do comércio ambulante são regidos pela Lei Complementar nº 90 de 20 de julho de 2011.

Algumas soluções vêm sendo propostas e colocadas em prática para resolver esses tipos de conflitos, sendo necessário entender a dinâmica das políticas públicas e sua aplicabilidade. Para um melhor entendimento desse contexto, Boneti (2007, p. 74) afirma que: “políticas públicas são ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública na realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa”. O autor explica ainda que:

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos (BONETI, 2007, p. 74-75).

As políticas públicas, de acordo com o autor supracitado, apresentam-se como caminhos que o Estado, tendo o papel de agente organizador e regulamentador do espaço, a partir das suas ações para sanar conflitos, interfere na dinâmica social, assim como na dinâmica espacial. Analisando sob essas perspectivas, a atividade exercida pelos comerciantes ambulantes vai de encontro a uma série de normas e políticas públicas as quais estão relacionadas ao uso e ordenamento do território urbano.

Para um planejamento urbano, usa-se como base o Zoneamento, considerado um tradicional instrumento difundido durante o século XX, tendo como principal característica a aplicação de um sistema legislativo, que visa regular o uso e ocupação do solo.

No caso do município de Fortaleza, destaca-se o art. 1º da Lei Complementar nº 236, de 11/08/2017, que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Fortaleza, e adota outras providências, a saber: “Art. 1. Esta Lei Complementar regulamenta o parcelamento, uso e ocupação do solo, em conformidade com o zoneamento, os parâmetros urbanos e as disposições contidas na **Lei Complementar nº 062/2009 (Plano Diretor Participativo de Fortaleza - PDPFOR)**”. Faz-se necessário mencionar que em 12/12/2019 foi sancionada a Lei nº 262 onde altera a Lei nº 236/2017 em relação ao art. 1º sobre o uso de Equipamentos de Atividade Religiosa (EAR). Complementando esse contexto, apresenta-se o Quadro 5, com as diretrizes e estratégias para o ordenamento territorial do município de Fortaleza.

Quadro 5. Diretrizes e estratégias para o ordenamento territorial do Município

<p>I - planejamento, ordenamento e controle do uso do solo e do desenvolvimento do Município, da distribuição espacial da população e das atividades sociais e econômicas, de modo a evitar:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; b) a proximidade e conflitos entre usos e atividades incompatíveis; c) o uso inadequado dos imóveis urbanos em relação à infraestrutura, à zona urbana, ao meio ambiente e à função social; d) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; e) a deterioração das áreas urbanizadas e dotadas de infraestrutura; f) o uso inadequado dos espaços públicos; g) a poluição e a degradação ambiental; h) o abandono de bens imóveis em qualquer das zonas da cidade, que resulte em prejuízos para a população com comprometimento da saúde, segurança e meio ambiente, a serem apurados pelos órgãos competentes, na forma disciplinada na legislação que regula a matéria.
<p>II. incentivo à multiplicidade e interação entre diferentes grupos sociais, bem como entre os usos nas diversas localidades e bairros do território municipal;</p>
<p>III. - indução e promoção de intervenções para o desenvolvimento urbano, ambiental e socioeconômico de todo o Município, com prioridade nas áreas com precárias condições de habitabilidade, ocupadas por população de baixa renda;</p>

IV. indução à intensificação do uso e ocupação do solo e a ampliação dos níveis de adensamento construtivo nas áreas com disponibilidade de infraestrutura e serviços urbanos e com significativa presença de imóveis não utilizados e subutilizados;
V. reconhecimento das áreas de ocupação irregular, precária e em situação de risco, para efeito do planejamento urbano, prevendo a articulação de políticas, programas, projetos, ações e instrumentos de requalificação urbano-ambiental e de regularização urbanística e fundiária, visando à adequação das condições de habitabilidade;
VI. a compatibilidade do uso do solo à função da via garantindo a segurança, a fluidez, a circulação, o conforto e as restrições físico-operacionais;
VII. o atendimento à função social da propriedade imobiliária urbana, preconizado na Constituição Federal;
VIII. o incentivo para as áreas com concentração e com tendência à concentração de atividades, possibilitando o desenvolvimento de núcleos alternativos aos existentes, através da aplicação dos instrumentos urbanísticos e fiscais.

Fonte: Prefeitura de Fortaleza (2021, p. 79-80)

É importante destacar que o planejamento do zoneamento tem como foco controlar o uso do solo e fazer uma boa definição das atividades nela permitida. O Estado busca legalmente um desenvolvimento integrado para que tenha também uma proteção ambiental.

Na cidade de Fortaleza, que vem acompanhando as mudanças culturais e políticas, está passando por um processo de transformação e atualização de seus instrumentos legais. Nesse sentido, tem-se o **Código de Obra e Posturas, Lei nº 5.530/81**, a qual está sendo atualizada por meio do Código da Cidade, **Lei complementar 270/2019**, que visa ter como foco, as questões relacionadas à sustentabilidade, tecnologia e urbanismo contemporâneo.

Em 1990 foi apresentado o Projeto de Ordenamento Espacial do Comércio Ambulante, em que era proposto um macrozoneamento, estabelecendo assim a quantidade máxima de trabalhadores por cada área definida. O número excedente era deslocado para mercados e feiras públicas nos bairros adjacentes (DANTAS, 2005).

A regulamentação do comércio ambulante é datada de 1994. O comércio ambulante de Fortaleza é regido pelo Decreto nº 9.300 de 17 de janeiro de 1994, sendo considerados nessa categoria aqueles que comercializam: cigarros, bombons, confecções em geral, miudezas, bijuterias, discos e fitas videocassetes usadas, fichas telefônicas, carnê de sorteio etc. O referido decreto estabelece ainda dois tipos de áreas: a pequena e a de grande concentração de pessoas, sendo de acordo com a premissa renovada a licença semestralmente.

Por ser de 1994, algumas atividades enquadradas nesse decreto já não existem mais, como as fitas-cassetes e fichas telefônicas, por exemplo. Assim, frente a essa desatualização, em outubro de 2011 a Câmara dos Vereadores de Fortaleza voltou a debater sobre essa

temática, sendo a pressão intensificada principalmente devido à ocupação no centro da Cidade.

A **Lei nº 7.987 (Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza - LUOS)** foi aprovada em 23 de dezembro de 1996, que seguia como premissa as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (PDDU), aprovado em 16 de janeiro de 1992, sendo então ordenado em zonas de uso o espaço da cidade.

3.3.1 Comércio Ambulante e os Órgãos de Gestão Pública de Fortaleza

Para que as leis sejam seguidas existem órgãos fiscalizadores, não sendo diferente em relação aos espaços públicos. No caso em estudo, apresenta-se uma breve explanação dos órgãos que de alguma forma estão ligados à fiscalização da ocupação do espaço público e das feiras.

A Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS) representa uma conquista para os servidores públicos municipais e para a cidade, uma vez que, seguindo a tendência de descentralização do gerencialismo para melhor controle da fiscalização, propondo um novo modelo de integração e padronização da fiscalização. Inaugurada em 2017, vem desenvolvendo diversas ações de fiscalização proporcionando grandes avanços na conquista de calçadas sem obstrução e mais seguras. A proposta é estabelecer um sistema de gestão integrado, com o objetivo de garantir que o ciclo completo da fiscalização, que abrange o planejamento, gerenciamento, execução, processamento e monitoramento, seja realizado de forma organizada e coerente. Complementando esse entendimento, tem-se as principais atividades desenvolvidas por esse órgão:

[...] fiscalização urbana, incluindo obras e posturas urbanas; uso e conservação das vias públicas, passeios e logradouros; funcionamento de atividades; verificação de licenças, alvarás, concessões, autorizações e permissões; eventos; ocupação de propriedades e espaços públicos; meio ambiente; limpeza pública; vigilância sanitária; defesa do consumidor; transporte e patrimônio histórico-cultural (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2021a, p. 1).

Outro órgão que tem por competência elaborar estudos especiais é a Secretaria Municipal da Gestão Regional (SEGER) com propósito de implantar a Política de Acolhimento ao cidadão. Para isso, a equipe busca desenvolver ações intersetoriais com

outras entidades e órgãos ligados a Administração Municipal, para que juntos possam colocar em prática as intervenções e serviços que dizem respeito ao cuidado com os espaços e equipamentos públicos. Para alcançar esse propósito, a SEGER tem a seguinte função:

Promover o acolhimento ao cidadão, gerir as regiões administrativas do Município de Fortaleza, planejar e articular as ações setoriais e intersetoriais no âmbito de cada região administrativa que dependam das integrações específicas com as secretarias temáticas, participar da formulação das políticas intersetoriais e do planejamento municipal. Também é função da secretaria: planejar, coordenar, disciplinar e executar a coleta de lixo especial, bem como a varrição e a capinação das vias, espaços e demais logradouros públicos, como também executar a conservação da arborização e do paisagismo dos equipamentos públicos, praças, passeios, canteiros centrais e demais logradouros não abrangidos por parcerias privadas, inclusive poda de árvores e roço (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2021b, p. 1).

Além dessas atribuições, a SEGER também tem a função de conceder as autorizações, permissões e licença ao comércio público para uso dos espaços público, como por exemplo, as feiras. Já o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), tem como propósito atuar nas seguintes áreas, como descrito no Quadro 6.

Quadro 6. Áreas de atuação do IPLANFOR

Geração do Conhecimento	Realização e difusão de estudos e pesquisas sobre Fortaleza e Região Metropolitana, promover estudos e pesquisas, compor diagnósticos, sistematizar e divulgar informações sociais, econômicas, estatísticas, geográficas, cartográficas, infraestruturais para apoiar o planejamento integrado do município, onde se inclui a integração com os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	Monitorar a execução e avaliar resultados dos planos, programas, serviços prestados à comunidade e projetos realizados pelo executivo municipal, bem como das políticas públicas estabelecidas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida urbana, da prestação de serviço público, visando a efetividade das ações do Município de Fortaleza.
Articulação do Planejamento Estratégico e Participativo	Promover a integração de diversos planos setoriais, programas e projetos estratégicos propostos pelos diversos órgãos e entidades do executivo municipal e devido alinhamento aos objetivos estratégicos e políticas públicas de desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental para a cidade de Fortaleza.

Fonte: Prefeitura de Fortaleza (2021c).

As Secretarias Executivas Regionais (SER) de Fortaleza compõem a SEGER, sendo as principais responsáveis em desenvolver ações para manter os bairros em bom estado para que

a população possa transitar em locais seguros e limpos. Além disso, tem a função de desenvolver ações preventivas para manter em boas condições os equipamentos públicos.

No caso específico das feiras dos ambulantes, cita-se também a Associação dos Ambulantes, que participam informando suas demandas, necessidades e sugestões de melhoria. Tendo a mesma atuação a sociedade civil organizada.

4. AVALIAÇÃO DA FEIRA DA PARANGABA

De acordo com o objetivo do estudo, pretendeu-se fazer uma avaliação das repercussões da política pública de uso do espaço público pelos ambulantes da Feira da Parangaba. Apresenta-se nesse capítulo uma visão geral da Lagoa e da Feira da Parangaba, bem como os resultados e discussão das entrevistas realizadas com os principais agentes públicos envolvidos na política de fiscalização da Prefeitura Municipal de Fortaleza e com os ambulantes da Feira da Parangaba.

4.1 A Lagoa e a Feira

O bairro da Parangaba é um bairro central onde acontece uma feira no entorno da lagoa que hoje é considerada como um patrimônio cultural, que se refere a tudo aquilo que tem uma importância histórica e cultural para um determinado local. A lagoa foi tombada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza devido a sua importância natural para cidade a partir da Resolução de Tombamento Lei nº 6.201/1987, sendo atribuído o nome de Espelho de Água da Lagoa da Parangaba.

A feira está situada no distrito ligado a Secretaria Executiva Regional IV. Durante muito tempo, o entorno da lagoa serviu para o funcionamento da conhecida “Feira da Parangaba” também conhecida como “Feira dos Pássaros”, que segundo pessoas que já frequentaram e frequentam a feira, pode ser encontrado de tudo. A fiscalização da feira é de responsabilidade da Secretaria Regional - SER 4, no entanto, com o cenário apresentado, percebe-se que esta apresenta várias falhas. Existe um representante pela feira, o qual é o presidente de Associação dos feirantes da feira-livre da Parangaba, embora este não seja oficialmente reconhecido pela regional responsável pelo bairro (SOARES, 2011).

Até início de 2019 a feira da lagoa da Parangaba localizava-se na Avenida José Bastos, tendo como ponto de referência de um lado o terminal de ônibus da lagoa e do outro, a própria lagoa da Parangaba. A feira acontece normalmente aos domingos, sendo esta considerada, entre as feiras realizadas em Fortaleza, a maior delas, tanto no que se refere ao número de feirantes, onde se tem cadastrado aproximadamente 1.100 (mil e cem) feirantes, assim como também na variedade de produtos comercializados e frequentadores. No entanto, segundo o presidente da associação, Antônio Oliveira, que é mais conhecido pelo codinome

Hulk, o número de feirantes que trabalham na feira aos domingos é bem maior e atrai em média cerca de duas mil pessoas.

De acordo com a associação dos feirantes, o espaço destinado na lagoa para realização da feira, é composto de duas feiras distintas: uma delas realizada aos domingos, que oferece a população uma enorme diversidade de produtos, tais como: cereais, verduras, comida pronta, confecção, inclusive animais, dentre outros, e a segunda realizada de segunda-feira a sexta-feira em que são comercializados veículos usados, tendo em médias 800 (oitocentos) feirantes. No caso da feira de carros usados, está surgiu na revendedora de carros autorizados Crasa, sendo transferida de vários lugares, sendo em 1992, na gestão do então Prefeito Juraci Magalhães transferida “provisoriamente’ para o entorno da lagoa, local em que se encontra até a data do início da reforma”. Menezes (2005, p. 52), complementando essa temática menciona que:

Essa feira-livre de carros é denominada oficialmente de “feira-livre de veículos usados”, e já faz doze anos que está localizada na lagoa da Parangaba. Possui uma associação (Associação dos Feirantes de Veículos Usados) regulamentada, com C.N.P.J., com endereço a Av. Américo Barreira, 6807. Conta com cerca de oitocentos associados regulares, que para terem direito a todos os benéficos que a associação oferece têm que se cadastrarem, e para isso eles tem que entregarem folha corrida, comprovante de endereço fixo, cópia da identidade e CPF e pagarem uma taxa mensal de dez reais (R\$ 10,00).

Segundo o autor supracitado, o presidente da associação da feira de carros usados, o seu Doca, como é mais conhecido, concorda que o local é impróprio para realizar esse tipo de atividade, por estar cientes dos problemas gerados ao meio ambiente, haja vista que se encontra em uma área de proteção ambiental, além de não dispor de instalações básicas necessárias, como banheiros, para os feirantes e clientes. No entanto, é destacado que a atividade é desenvolvida por quem necessita sobreviver, abrigando feirantes como: mecânicos, borracheiros, limpadores de carros, assim como, padres que deixaram a batina, tenentes do exército ou da polícia reformados. Na feira de domingo, existe uma multiplicidade de serviços ofertados, assim como de produtos oferecidos pelos feirantes, que podem ser encontrados em outras feiras da cidade, como: “frutas, cereais, verduras, produtos industrializados, confecções e etc., é também um espaço onde ocorre a venda de produtos e oferta de serviços legais e ilegais, como venda de armas de fogo e documentos falsos” (MENEZES, 2005, p. 53). Nas figuras 2 e 3 é possível ter uma visão da Feira da Parangaba antes da mudança para o novo local.

Figura 2. Feira da Parangaba



Fonte: G1 (2019)

Figura 3. Vista área do antigo espaço da Feira da Parangaba



Fonte: Prefeitura de Fortaleza (2019).

Sobre a história da Feira da Parangaba é destacado ainda que, os aspectos das relações humanas com o urbanismo, já que estão cheias de aspectos que ligam diretamente esse cotidiano, cheio de contradições e polissemias. Como mencionado, são oferecidos aos clientes diversos produtos e mercadorias lícitos, no entanto, também são comercializados animais silvestres, armas de fogo e branca, pontos com vendas de drogas e prostituição são oferecidos lado a lado com as tias, como são chamadas, da panelada, baião de dois, dentre outros feirantes. Na reportagem feita pelo G1 em 24 de outubro de 2021, tem a informação de que foram resgatados na Feira da Parangaba, 210 animais silvestres, dentre eles: jabutis, tartaruga-tigre e várias espécies de pássaros.

Figura 4. Animais resgatados na Feira da Parangaba



Fonte: G1CE (2021)

Segundo os dados levantados pelo G1 (2021), foi feita uma operação rotineira na feira pelo Batalhão de Polícia Meio Ambiente, sendo além de resgatados os animais, cinco pessoas foram capturadas, sendo quatro delas liberadas após a abertura de um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) contra elas e um ficou preso, pois foi identificado um mandado em aberto por tráfico de drogas. Segundo Menezes (2005), em algumas feiras é possível identificar serviços ilícitos, venda de produtos de procedência duvidosa, falsificação de documentos, assim como vendas de animais silvestres. O autor menciona ainda que, a feira livre tem vários corredores que parece um labirinto, que pode ter setores usados como área de lazer, trabalho e até mesmo para diversão. No entendimento de Menezes (2005, p. 54):

É preciso ter um espírito despojado, e até certo ponto aventureiro para flunar entre as passagens que conduzem e desconduzem todo aquele que deseja fazer parte do domingo da feira-livre parangabense. Polifonias e polissemias percorrem as vielas da feira e se apossam daquele espaço tornando-se a linguagem usual, o grito do vendedor, a dissonância musical vinda dos equipamentos eletrônicos ligados a toda altura, o sussurro daqueles que negociam um preço melhor, se confundem com os cheiros das comidas que são ali mesmo preparadas e expostas à venda em sua tão famosa praça da alimentação.

Assim, analisando o contexto histórico da feira da Parangaba, pode-se dizer que é um mundo dentro de outro, em que a marginalidade é um lugar comum, em que o sim calado significa a permissão que eventualmente, em casos raros pode ser um não. Trata-se de um jogo de sobrevivência. Nesse contexto, destaca-se a diversidade de tipos sociais, mendigos e até mesmo bêbados e “loucos” que são abrigados na feira livre da Parangaba.

4.2 A Reurbanização da Lagoa e a Feira da Parangaba

Sobre a realização da feira no entorno da lagoa da Parangaba, considerada a maior lagoa da cidade de Fortaleza a atenção com a reurbanização se volta para o ecossistema. Nesse sentido é importante mencionar os prejuízos em relação à apropriação do espaço, assim como na paisagem urbana, em que as bancas dos ambulantes invadem os cruzamentos das ruas, canteiros centrais das avenidas, calçadas, além de provocar lentidão no trânsito e obstrução do livre caminhar dos pedestres. Sobre essa problemática, Lopes (2006, p. 78) explica que:

A cidade como produto social se apresenta como um conjunto de formas de apropriação do espaço. A diversidade de formas é a manifestação espacial da divisão técnica e social do trabalho num determinado momento da história. A lógica econômica é dominante na produção do espaço, visto como condição à realização da mercadoria. As localizações das áreas industriais, comércio, serviços e residências são orientadas por essa lógica. As indústrias se localizam onde possam diminuir os custos da produção, o comércio e os serviços em locais de fácil acesso que possam dar agilidade a troca e as áreas residenciais materializam o lugar dos indivíduos na distribuição da riqueza gerada no processo da produção geral.

Analisando a questão da ocupação do espaço público com as feiras, é possível perceber que é cada vez maior o número de feiras de ambulantes em várias cidades do país, sendo inclusive alguns espaços vendidos, alugados ou mesmo transferidos indevidamente para outras pessoas. Sobre esse tipo de comercialização dos pontos das feiras nos espaços públicos,

Essa grande procura acaba gerando um comércio paralelo, que não é de bens materiais, mas sim do espaço público. Os pontos nas feiras da Messejana e Parangaba são comercializados a preços que variam de R\$ 400,00 a R\$ 2 mil. Há até quem esteja pedindo R\$ 3 mil para transferir a barraca para um novo dono. Depois do espaço demarcado, montar a barraca é a coisa mais fácil, pois há pessoas que trabalham somente com o aluguel de bancas de madeira e toldos de plástico (DIÁRIO DO NORDESTE, 2009, p. 1).

Além desse problema, outro que afeta diretamente o meio ambiente, refere-se ao acúmulo de lixo tanto no entorno, como na própria lagoa onde é jogado tanto pelos ambulantes como pelas pessoas que ali transitam, elevando ainda mais o nível de poluição da água, além de estar contribuindo negativamente com a imagem do ambiente de trabalho e do bairro.

Devido à aglomeração, a extensão da feira e tendo como intuito revitalizar o entorno da Lagoa, Francisco Sales, o secretário da Regional - SER 4 informou que a partir do dia 27 de janeiro de 2019, a conhecida feira dos pássaros passará permanentemente a ser realizada na Rua Pedro Muniz, que fica no lado leste da lagoa, local oposto onde tradicionalmente acontecia. O projeto de revitalização da obra propõe:

[...] construção de novas calçadas, ciclo faixa, brinquedo/praças, pista de cooper e skate, paisagismo com o plantio de árvores e criação de jardins, campo de futebol, quadras de vôlei de praia, pracinhas e quiosques de alimentação (quatro), convivência (cinco) e banheiros (quatro), e uma mini areninha com grama sintética (G1, 2019, p. 1).

Com a revitalização da lagoa, a proposta de instalar uma nova iluminação na área, assim como também fazer ciclo faixas, instalação de brinquedos, pista de cooper e skate, paisagismo com o plantio de mais árvores e criação de jardins, a substituição de todo o piso, além de serviços de pavimentação melhorando assim, a segurança e lazer para a comunidade. Na Figura 5 é possível ver a dimensão da lagoa, assim como a localização inicial da Feira da Parangaba e a nova, que fica do lado oposto.

Figura 5. Imagem aérea da lagoa da Parangaba



Fonte: Prefeitura de Fortaleza (2019).

Na Figura 6 observa-se o Prefeito Roberto Claudio acompanhando o processo de revitalização e demarcação do local.

Figura 6. Obras de revitalização da Lagoa da Parangaba



Fonte: Prefeitura de Fortaleza (2019).

A proposta da obra de reurbanização é dividir a lagoa em quatro partes, como pode ser visto no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7. Proposta de reurbanização da Lagoa da Parangaba

Área Norte	Início da ciclovia, um píer para visualização da lagoa e para pesca deve ser construído. Áreas verdes terão plantações de mais árvores e novas calçadas com pisos intertravados serão instaladas.
Área Sul	Práticas de esportes serão o foco, com areninha e quadras de vôlei.
Área Oeste	Ganhará uma pista de skate e a quadra poliesportiva receberá reforma. Uma pista de cooper também será instalada nesta área.
Área Leste	Ficará a nova Feira da Parangaba

Fonte: OPOVO (2018, 18 de agosto)

Complementando esse contexto, apresenta-se a simulação da vista 3D do projeto com a proposta de reurbanização.

Figura 7. Simulação da vista 3D do projeto de reurbanização da Lagoa da Parangaba



Fonte: Prefeitura de Fortaleza (2019)

Com a proposta de reurbanização do entorno da lagoa, muitos feirantes ficaram receosos de serem retirados do local definitivamente. No entanto, segundo Francisco Sales, o então secretário da Regional IV, o novo espaço deve contemplar 1.500 feirantes, ou seja, quase que a totalidade dos que atuavam no antigo espaço. De acordo com o novo layout do espaço para os feirantes, as barracas serão ordenadas em filas uma do lado da outra formando 04 (quatro) corredores para que os consumidores possam transitar, sendo disponibilizados também quiosques de alimentação e banheiros para os comerciantes. No caso da feira dos carros realizada durante a semana, estes foram transferidos para outro local, que fica na 2ª Etapa do Bairro Conjunto Ceará.

A obra de revitalização foi concluída e entregue a população no dia 30 de dezembro de 2019. No entanto, após quase 02 (dois) anos, o cenário que se vê é de abandono por parte da gestão do município e pela própria população. Isso porque, estão acumulando lixo e fezes nos quiosques desocupados e os equipamentos estão todos pichados.

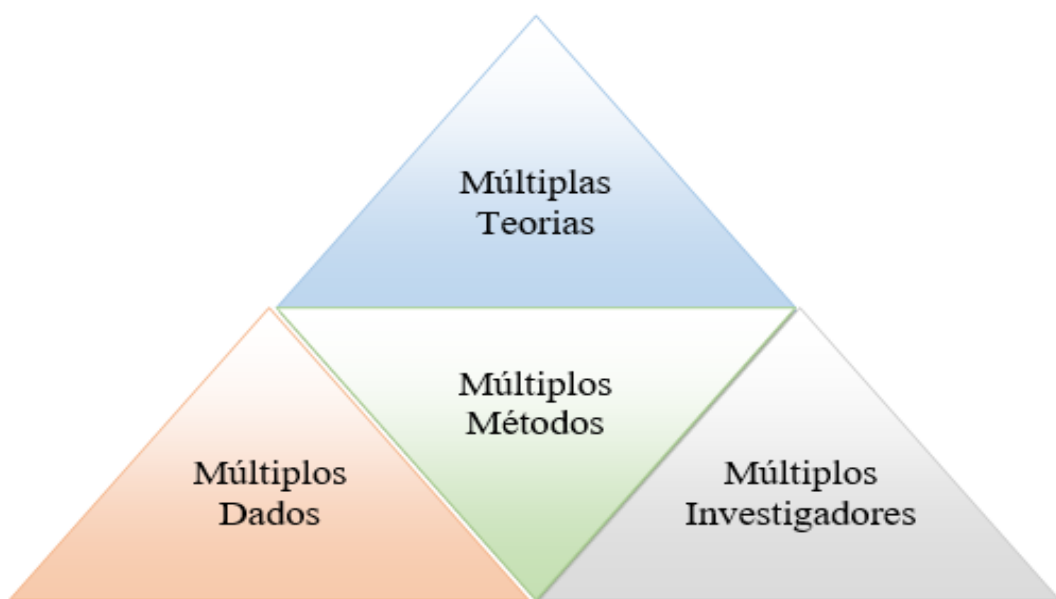
4.3 Técnicas Avaliativas

Ao privilegiar a interpretação das categorias de entendimento presentes nas políticas, por meio de métodos e técnicas da pesquisa qualitativa, tem-se a possibilidade de contemplar as múltiplas dimensões da política pública e isso para além do discurso hegemônico.

Pretendeu-se na triangulação de técnicas avaliativas, combinar métodos de coleta de dados, tais como: pegar distintas populações (ou através de amostragem), diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos no tempo, para consolidar as conclusões a respeito da apropriação do espaço público pelo comercio ambulante na feira da lagoa da Parangaba. Para melhor entender o conceito de triangulação, tem-se o entendimento de Triviños (1987, p. 138) que afirma: “tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo”.

Em uma pesquisa, a triangulação pode apresentar diversas definições, que precisam ser analisadas com base na perspectiva teórica, bem como também no próprio delineamento de estudos, pesquisas, em que está sendo aplicada. Segundo Flick (2009) ao aplicar a triangulação em uma pesquisa é possível que um fenômeno seja abordado de formas distintas, ou utilizando múltiplos métodos. Na figura 8 apresenta-se as opções de triangulação em uma pesquisa.

Figura 8. Opções de Triangulação



Fonte: Denzin e Lincoln (2011)

Segundo os autores supracitados, o pesquisador ao utilizar a metodologia da triangulação em uma única pesquisa, pode fazer uso de diversos métodos, técnicas de produção de dados ou ainda estratégia para elaborar e fundamentar a sua investigação. No caso em estudo, foi utilizada a triangulação de múltiplos dados, que consiste em “usar diferentes fontes de dados, sem usar métodos distintos” (FLICK, 2009, p. 199).

Assim, de acordo com a triangulação de múltiplos dados, foram aplicados três instrumentos de coleta de dados. O roteiro de entrevista destinado aos agentes públicos da prefeitura de Fortaleza (APÊNDICE A) foi dividido em três etapas: I - Perfil e identidade; II - Análise da Política municipal de apropriação do espaço público pelos ambulantes; e III - Análise dos feirantes e ambulantes da Feira da Parangaba. A amostra foi composta por cinco (5) agentes, sendo eles: 1 superintendente, 1 diretor, 1 gerente, 1 Fiscal de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária e 1 engenheiro do setor de infraestrutura. Já o roteiro de entrevista direcionado aos ambulantes da feira da Parangaba (APÊNDICE B) foi dividido em duas etapas: I - Perfil e identidade; II - Análise dos feirantes e ambulantes da Feira da Parangaba. Quanto à amostra, esta foi composta por oito (8) ambulantes. Ainda, para complementar o estudo de caso, foi feita uma visita in loco para análise crítica do local a partir da percepção do pesquisador do estudo. Para isso, foi elaborado um *checklist* (APÊNDICE C). A proposta desse instrumento de análise é avaliar, pela visão do autor da pesquisa quatro variáveis principais que foram assim definidas: primeira variável - Qualidade ambiental; segunda variável - Qualidade higiene; terceira variável - Condição de uso do comércio e quarta variável - Forma de ocupação do espaço. Nessa etapa também foram retiradas algumas fotos para melhor fundamentar os resultados encontrados.

No caso da coleta de dados cuja amostra foi composta pelos agentes públicos da prefeitura de Fortaleza, este foi enviado um e-mail explicando a proposta e importância do estudo, que ocorreu entre os dias 15 a 30 de novembro. Quanto à aplicação do instrumento de coleta entre os ambulantes, este ocorreu em dois finais de semana, que foram nos dias 24 e 31 de outubro. Nesse mesmo período, foi feita a visita no local, em que foi analisada toda a infraestrutura, conversado informalmente com os ambulantes, para poder responder o *checklist*.

Para complementar o estudo de caso, foi feita uma leitura e alguns estudos com temas semelhantes, assim como também a partir dos documentos, como a Lei nº 5.530/1981 e do novo Código da Cidade LC 270, que passou a vigorar em 31 de outubro de 2019. As respostas

obtidas com o roteiro de entrevista foram complementadas com a percepção de alguns autores que já estudaram sobre o tema, dentre eles: Kowarick, Brandt e Camargo (1975), Oliveira (1977), Dantas (2005), Santos (2008), Tavares (2002), dentre outros.

4.4 Resultados e Discussão

Para alcançar a proposta do estudo, a construção desse capítulo foi fundamentada com base no *checklist* feita pelo próprio pesquisador e nas entrevistas realizadas pelos agentes público da prefeitura municipal de Fortaleza e com os feirantes/ambulantes. Assim, apresenta-se inicialmente os resultados da avaliação feita in loco, com base no *checklist* onde na primeira variável analisada a Qualidade Ambiental, foram avaliados três fatores, como pode ser visto no Quadro 8.

Quadro 8. Qualidade Ambiental

Ponto Avaliado	Conforme	Não conforme
Para quem comercializa alimentos, existe um local para produtos não mais comercializados?		X
Existe uma sensibilização e a conscientização ambiental por parte dos comerciantes?		X
Existe uma fiscalização periódica?		X

Fonte: Elaboração própria (2021)

Em relação aos pontos avaliados na qualidade ambiental não estão conforme, pois ao final da feira os alimentos que não servem mais ficam jogados no chão por toda a feira, para que ao final do dia a limpeza pública se encarregue de recolher, e como sempre foi assim, permaneceu, ou seja, os comerciantes não têm consciência nem sensibilidade ambiental de recolher ou ao menos armazenar para facilitar o recolhimento. A fiscalização no local não é periódica, devido à quantidade de fiscais e demandas para atender toda a cidade, ou seja, são realizadas operações, ou devido algum fator solicitante são encaminhados fiscais ao local.

A outra variável analisada foi a Qualidade da Higiene, considerando quatro fatores, como pode ser visto no Quadro 9.

Quadro 9. Qualidade da Higiene

Ponto Avaliado	Conforme	Não conforme
Banheiros		X
Condições higiênico-sanitárias para obtenção dos produtos		X
Condições de trabalho	X	
Existe sistema de abastecimento regular de água tratada		X

Fonte: Elaboração própria (2021)

Em relação aos pontos avaliados na qualidade de higiene, não foi constatado banheiros por toda sua extensão. Por se tratar de uma feira livre, com centenas de milhares de pessoas, as condições higiênico-sanitárias para obtenção dos produtos são todos expostos em bancas de madeiras que são montadas na noite anterior e todo o manuseio é realizado normalmente por uma única pessoa que tanto manipula o produto como o dinheiro sem qualquer proteção de pelo menos uma luva. Em relação às condições de trabalho melhoraram muito em relação ao espaço anterior, pois a praça foi revitalizada, bem como a rua que é realizada atualmente a feira, foi asfaltada e demarcada para a colocação das barracas/bancas, trazendo a eles uma melhor qualidade organizacional. Não existe sistema de abastecimento regular de água tratada, pois o espaço é aberto e cada um trata de levar a sua, ou comprá-la com quem leva para também comercializar.

Na sequência analisou-se as condições de uso do comércio, em que foram considerados dois critérios para avaliação, como pode ser visto no Quadro 10.

Quadro 10. Condições de Uso do Comércio

Ponto Avaliado	Conforme	Não conforme
Existe uma padronização das barracas?		X
O local está dividido por produtos comercializado (setor)?	X	

Fonte: Elaboração própria (2021)

Apesar de ser em outra área da cidade que é o centro, já ter padronizado as suas barracas, na Feira da Parangaba ainda não existe uma padronização, já com relação a divisão dos produtos por setor, desde 2019 com a mudança de local da feira, os produtos foram setorizados.

Por fim, a última variável avaliada no *checklist*, referiu-se a forma de ocupação do espaço, como pode ser visto no Quadro 11.

Quadro 11. Forma de Ocupação do Espaço

Ponto Avaliado	Conforme	Não conforme
Distribuição do espaço está adequada?	X	
Existe um respeito do distanciamento?		X

Fonte: Elaboração própria (2021)

Dos pontos avaliados, acredito que a distribuição do espaço esteja adequada, mesmo que eles não concordem. Porém quando se fala de feira aberta ao público, torna-se muito difícil chegar a um denominador comum, uma vez que a cada domingo surgem novos feirantes/ambulantes para comercializar seus produtos no local. Impossível se falar em respeito ao distanciamento, pois eles mesmos gostam desse apertado, que tanto facilita para vender como dificulta para evitar os furtos que sempre acontecem.

Complementando essa análise dos pontos avaliados no *checklist*, têm-se na sequência, algumas fotos tiradas in loco durante essa etapa da pesquisa.

Figura 9. Novo Espaço da Feira de Parangaba

Fonte: Elaboração própria (2022)

Continuando com a pesquisa, têm-se os resultados das entrevistas realizadas com os agentes da prefeitura e com os ambulantes da Feira de Parangaba. Em relação a esse instrumento de coleta, enquanto técnica de pesquisa social é tida como sendo uma comunicação verbal em que os propósitos são bem definidos pelo pesquisador, em que se buscou coletar fatos pelos atores sociais, os quais são conhecidos como sujeito-objeto da

pesquisa que estão vivenciando uma determinada realidade que está sendo o ponto focal da pesquisa (DALANDES, et al. 1994).

Com os resultados das entrevistas, a organização das falas dos participantes, possibilitou a fundamentação desse capítulo a partir da discussão teórico-metodológico, de modo que fosse feita uma análise qualitativa da avaliação das repercussões da política pública de uso do espaço público pelos ambulantes da feira da Parangaba em Fortaleza.

Para apresentação dos resultados da pesquisa, inicialmente apresenta-se a etapa que corresponde à identidade e perfil dos agentes público da prefeitura municipal de Fortaleza e dos feirantes que participaram da pesquisa. Assim, apresenta-se o Quadro 12, com a síntese feita dos agentes públicos.

Quadro 12. Síntese da identificação e perfil dos Agentes Públicos

	A1	A2	A3	A4	A5
Idade	37 anos	36 anos	39 anos	40 anos	47 anos
Sexo	M	M	F	F	M
Nível de instrução	Pós-Graduação	Pós-Graduação	Pós-Graduação	Pós-Graduação	Superior Completo
Órgão que se vincula o agente público	AGEFIS	AGEFIS	AGEFIS	AGEFIS	IPLANFOR
Função atual	Superintendente	Diretor	Gerente	Fiscal de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária	Engenheiro
Quanto tempo atua como servidor público	11 anos	13 anos	11 anos	11 anos	10 anos

Fonte: Elaboração própria (2021)

A escolha dos agentes públicos, embora tenha sido feita de forma aleatória, buscou-se ter entre os participantes, profissionais de setores específicos para ter uma visão geral do entendimento sobre a fiscalização e da política pública de uso e ocupação do espaço público pelos ambulantes da feira da Parangaba. Observa-se que são profissionais bem qualificados e com mais de 10 anos atuando como servidores públicos.

Na sequência apresenta-se a síntese da identificação e perfil dos feirantes e ambulantes da feira da Parangaba, como pode ser visto no Quadro 13.

Quadro 13. Síntese da identificação e perfil dos Feirantes/Ambulantes.

	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8
Idade	42 anos	25 anos	37 anos	53 anos	44 anos	47 anos	35 anos	38 anos
Sexo	F	M	M	M	F	M	F	M
Nível de instrução	Superior completo	Superior completo	Ensino médio ou superior incompleto	Ensino médio ou superior incompleto	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Ensino médio ou superior incompleto	Ensino médio ou superior incompleto	Fundamental Incompleto
Quanto tempo atua na Feira da Parangaba	05 anos	08 anos	06 anos	13 anos	15 anos	20 anos	09 anos	07 anos
Tipo de mercadoria que comercializa na Feira da Parangaba	Confecção infantil	Confecção adulto	Jogos de videogame	Gaiolas e pássaros	Lanches	Ferragens	Acessórios para celular	Peças de bicicletas

Fonte: Elaboração própria (2021)

Como pode ser visto na síntese do Quadro 13, a Feira da Parangaba é um local de trabalho para pessoas de várias idades, assim como formação escolar, indo desde o fundamental incompleto até o nível superior. Sob esse ponto da análise, pode-se destacar que para alguns feirantes e ambulantes da feira da Parangaba, o trabalho desenvolvido aos domingos é a única renda da família, já para outros é uma forma de complementar a renda do trabalho formal. Sobre esse contexto, Kowarick, Brant e Camargo (1975) e Oliveira (1977) destacam a lei do desenvolvimento combinado e desigual, que faz referência a atividade autônoma que é realizada como meio para complementar a renda familiar. Nesse caso, os autores ainda mencionam que, nos países subdesenvolvidos, incluindo nesse grupo o Brasil, o comércio informal tem relação direta com a necessidade de estabelecer uma estabilização econômica e social.

Dantas (2005) complementa esse entendimento mencionando que essa relação pode ser justificada por dois fatores: o primeiro deles refere-se à capacidade que os feirantes e ambulantes têm em atrair consumidores com menor poder aquisitivo, contribuindo com essa captação, que estes consumidores sejam inseridos também na sociedade de consumo. O outro fator, refere-se à falta de oportunidade no mercado de trabalho, que cada vez mais exige profissionais qualificados e jovens.

No entendimento de Santos (2008, p. 40) a atividade desenvolvida pelos feirantes e ambulantes, no contexto geral da economia é vista como circuito inferior, ou seja: “formas de fabricação não ‘capital intensivo’, serviços não modernos fornecidos ‘a varejo’ pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão”. O autor explica que ao classificar a atividade desenvolvida por esses trabalhadores como sendo o circuito inferior, este se refere ao último degrau entre os fabricantes e consumidor, atacadistas e importadores. Ainda sobre a questão do circuito inferior, Santos (2008, p. 45-46) afirma que:

O emprego [...] raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital. O contrato frequentemente assume a forma de um acordo pessoal entre patrão e empregado, mas a importância do trabalho familiar [...] e do trabalho autônomo ou *self employment* é grande. A média de ocupados por unidade de produção é baixa; mas, em compensação, o número global de pessoas ocupadas é considerável. Esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. [...] a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação [...]. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna.

Conforme o exposto pelo autor supracitado, entende-se que em relação à atividade informal realizada pelos feirantes e ambulantes, além de possibilitar a população de menor poder aquisitivo ser inserida na sociedade de consumo, devido a oferta dos produtos serem menores que o preço praticado no mercado, cria-se assim também a chamada demanda solvável.

Concluindo essa primeira etapa do estudo, tem-se a fase que trata sobre a análise da política municipal de apropriação do espaço público pelos ambulantes. Essa etapa foi direcionada apenas aos agentes públicos participantes da pesquisa. De acordo com essa proposta, inicialmente buscou-se analisar quanto à política de apropriação do espaço público pelos ambulantes de Fortaleza, sendo apresentada uma síntese no Quadro 14.

Quadro 14. Política de apropriação do espaço público pelos Ambulantes na cidade de Fortaleza

Pergunta	A1	A2	A3	A4	A5
O Sr(a) tem conhecimento da política de apropriação do espaço público pelos ambulantes na	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

cidade de Fortaleza?					
O Sr. considera que a implementação da política de apropriação do espaço público pelos ambulantes na cidade de Fortaleza ocorre de forma articulada às demais ações do Município?	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Sim	Parcialmente

Fonte: Elaboração própria (2021)

Ao tratar sobre a política de apropriação do espaço público, é importante compreender que o território não é constituído somente pelo poder político que é exercido pelo Estado, mas sendo na verdade composto por grupos, indivíduos e instituições que em uma determinada área geográfica definem relações de apropriação e dominação cuja relação é indicada como um dos principais indutores de conflito no local (COSTA; FORLIN, 2010). O autor então destaca a necessidade de diferenciar os territórios com base na sua construção, ou seja, com base na concepção daqueles que o construíram, sejam eles grupos sociais, culturais ou individuais. Assim, entender o território da feira, é preciso conhecer quem são seus atores sociais que geraram a relação de apropriação e de dominação, para então entender seus impactos e conflitos. Por isso é importante que exista uma política de apropriação do espaço público pelos ambulantes na cidade de Fortaleza e saber se esta ocorre de forma articulada às demais ações do Município. Sobre essa questão, destaca-se a percepção dos participantes quanto à implementação de uma política de apropriação do espaço público pelos ambulantes:

Embora esteja sendo unificado e padronizado o ordenamento dos ambulantes por meio de uma única secretária, no caso a SEGER (Secretaria Municipal da Gestão Regional), ainda falta uma política voltada e direcionada para essa temática (A1)

Ocorre que o comércio ambulante tem a característica de ser atrelado as condições econômicas da cidade, estado e país (A2)

Ocorre de forma articulada em outros espaços públicos, mas são os turísticos (A3)

As ações ocorrem de forma articulada, bem como conta com o efetivo de fiscais da AGEFIS, guardas municipais, AMC e das associações (A4)

Pois ainda não existe o planejamento específico para as feiras, ambulantes, como as demais ações de governo que consideram mais importantes (A5)

Observa-se com as justificativas, que ainda não existe definido uma política para tratar da apropriação do espaço público utilizado pelos feirantes e ambulantes, o que contribui para que o conflito não seja solucionado por total. Nesse sentido, é importante compreender que a

feira em si apresenta, mesmo sendo ao ar livre características internas e externas, que abrangem dimensões, simbólicas, econômicas e sociais, como explica Dantas (2005, p. 39):

[...] aparecem, então, como espaço apropriado por uma grande diversidade de atores e grupos que as frequentam e delas se apropriam por diversos objetivos. No nosso entendimento, esta apropriação se dá a partir de quatro dimensões: física, social, simbólica e econômica.

Segundo o autor supracitado, tendo como base a apropriação do espaço feito pelo grupo ou indivíduo, a feira pode ser entendida com significados distintos. Nesse caso pode citar como exemplo, a atividade realizada pelo fiscal da AGEFIS, que entenderá a atividade realizada pelo feirante ou ambulante com base diretamente na função por ela desempenhada, atuando com ações disciplinadoras e coercivas. Mesmo sendo vista como uma economia que compõe o circuito inferior, não se pode negar a criação de postos de trabalho gerada pela feira, que vai desde os trabalhadores que produzem as mercadorias, até os mototaxistas que ficam estacionados próximos a feira. Por isso é importante à implementação da política de apropriação do espaço público pelos ambulantes na cidade de Fortaleza que ocorre de forma articulada às demais ações do Município.

No entendimento de Tavares (2002) o trabalho informal, desenvolvido pelos feirantes e ambulantes gera heterogeneidades e singularidades em suas atividades. Já Malaguti (2000) acredita que a informalidade é uma dimensão do capitalismo, cujos seus resultados e importância para o meio econômico são percebidos não somente nos países subdesenvolvidos, mas também pelos países desenvolvidos.

Para complementar esse entendimento, foi solicitado aos participantes para enumerarem os principais agentes responsáveis pela concepção e implementação da apropriação do espaço público pelos ambulantes na cidade de Fortaleza, sendo as respostas tabuladas e apresentadas no Quadro 15.

Quadro 15. Principais agentes responsáveis pela concepção e implementação da apropriação do espaço público pelos Ambulantes na cidade de Fortaleza

Variáveis	A1	A2	A3	A4	A5
Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR)	1	1	2	1	1
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio	8	8	1	2	3

Ambiente (SEUMA)					
Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS)	4	2	4	3	5
Secretarias Executivas Regionais	3	3	3	7	4
Associações dos Ambulantes	7	4	6	6	7
Guarda Municipal	5	5	5	4	6
Sociedade civil organizada	6	6	7	8	8
Outros:	2 - SEGER - Secretaria Municipal da Gestão Regional	7 - SEGER - Secretaria Municipal da Gestão Regional		5 - AMC – Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania	2 - SEGER - Secretaria Municipal da Gestão Regional

Fonte: Elaboração própria (2021)

Com base nas respostas apresentadas e considerando os mais citados, os três agentes considerados os principais responsáveis pela concepção e implementação da apropriação do espaço público pelos ambulantes na cidade de Fortaleza são: Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) e o SEGER - Secretaria Municipal da Gestão Regional. É importante mencionar que no caso do IPLANFOR, é a partir desse órgão que parte todo o planejamento em relação à organização do uso do solo. Já os considerados menos responsáveis foram: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), Sociedade civil organizada e Associações dos Ambulantes.

Observa- que no caso da SEUMA que tem como missão: “planejar e controlar o ambiente natural e o ambiente construído da Capital” (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2021), foi citado como um dos principais agentes, assim como o menos importante para concepção e implementação da apropriação do espaço público pelos ambulantes na cidade de Fortaleza. Embora, todos os que foram listados tenha sua importância e um papel estratégico nesse processo. A atuação de cada um vai estar relacionada aos problemas a serem resolvidos e seus principais atores. Em resumo, pode-se dizer que IPLANFOR, SEUMA e SEGER são de planejamento e viabilidade. Já no caso da execução ficam sob a responsabilidade da AGEFIS, regionais e guarda municipal.

Frente a esse contexto, complementando essa temática, foi solicitado aos agentes para indicarem os principais problemas que dificultam/restringem a política municipal de

apropriação do espaço público pelos ambulantes em Fortaleza, sendo as respostas tabuladas e apresentadas no Quadro 16.

Quadro 16. Principais problemas que dificultam/restringem a política municipal de apropriação do espaço público pelos Ambulantes em Fortaleza

Variáveis	A1	A2	A3	A4	A5
Recursos financeiros para a fiscalização	X	X	X		
Campanhas educativas junto aos ambulantes				X	X
Suporte técnico aos ambulantes		X		X	X
Gestão interna municipal			X		
Fragilidades legais	X			X	X
Outros	Busca de um ordenamento do espaço público e interferência política contrária ao ordenamento em determinados espaços				

Fonte: Elaboração própria (2021)

Na percepção dos agentes os principais problemas que dificultam/restringem a política municipal de apropriação do espaço público pelos ambulantes em Fortaleza são: recursos financeiros para a fiscalização, suporte técnico aos ambulantes e fragilidades legais. Sobre essa temática é importante mencionar que além da fiscalização é preciso dar suporte aos ambulantes para que estes possam desenvolver as suas atividades, haja vista que para muitos, essa é a única renda familiar.

A falta de recurso para que os agentes possam fazer uma fiscalização adequada não atrapalho somente as ações do estado, mas também dos próprios feirantes, que convivem na incerteza de uma legalização para que possam desenvolver suas atividades em um local apropriado e com segurança. Segundo Telles (2010) a oficialização de um espaço, de certa forma representa a oficialização da ocupação para que os feirantes possam desenvolver as

suas atividades. Sobre essa questão, destaca-se a falta de recursos para fiscalização, não somente das feiras, mas também para a manutenção da reurbanização feita do antigo espaço, como já mencionado, que em menos de dois anos de inaugurada, já existe um claro sinal de abandono, como pode ser visto nas imagens a seguir:

Figura 10. Sinais de abandono do entorno da lagoa da Parangaba



Fonte: Aguiar (2021)

Corroborando com essa temática, foi solicitado aos participantes para listarem as principais estratégias/ações que vem sendo adotadas pelo Município para implementação da Política de apropriação do espaço público pelos ambulantes, sendo as respostas transcritas para o Quadro 17.

Quadro 17. Principais estratégias/ações que vem sendo adotadas pelo Município para implementação da Política de apropriação do espaço público pelos Ambulantes

Participantes	Estratégias
A1	A padronização e coordenação por uma só secretaria que engloba todas as secretarias executivas regionais.
A2	Ordenamento dos espaços públicos com a delimitação, diálogo com os feirantes/ambulantes e associações. Além da fiscalização para a manutenção deste ordenamento.
A3	Orientação, autuação e apreensão dos não permissionários.
A4	Campanhas educativas, padronização dos espaços e equipamentos

	seguindo alguns modelos já existentes.
A5	O ordenamento através da padronização do espaço público, bem como dos equipamentos utilizados pelos feirantes/ambulantes.

Fonte: Elaboração própria (2021)

Observa-se que existem diversas estratégias que podem ser colocadas em práticas para implementação da Política de apropriação do espaço público pelos ambulantes. É importante mencionar que com a reurbanização do espaço público, os benefícios inerentes abrangem toda a sociedade do entorno do local. Certeau (2014), em relação às estratégias, explica que, sua principal característica é, portanto, a existência de um lugar de poder, ou seja, a existência de um próprio, estabelecendo uma relação com o intuito de combater e ao mesmo tempo controlar as ameaças externas. O autor menciona ainda que, o espaço público onde era realizada a feira da Parangaba faz parte da circunscrição de poder exercido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, que a partir de uma ação estratégica realizada pelos seus órgãos, são desenvolvidas ações que visa o controle, fiscalização, regulamentação e medidas disciplinar quanto ao uso do espaço público.

Complementando essa temática e finalizando essa etapa da pesquisa, foi solicitado aos participantes para citarem os principais ganhos/avanços alcançados na implementação das ações da política municipal de apropriação do espaço público pelos ambulantes em Fortaleza, sendo as respostas tabuladas e apresentadas no Quadro 18.

Quadro 18. Principais ganhos/avanços alcançados na implementação das ações da política municipal de apropriação do espaço público pelos Ambulantes em Fortaleza

Participantes	Estratégias
A1	Organização do espaço público, autofiscalização pelos próprios ambulantes/permissionários e a manutenção e preservação do espaço por eles.
A2	Com os espaços ordenados, ocorre melhora no trânsito de veículos e pedestres, além da limpeza do local.
A3	Boa e ampla visibilidade das ações para a sociedade.
A4	Reordenamento do espaço público, requalificação de áreas degradadas com a mudança do local da feira da Parangaba.
A5	Revitalização e organização do espaço público no entorno da lagoa, setorização para os feirantes e melhoria no trânsito local.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Como já mencionado, os benefícios alcançados com ganhos na efetivação das ações da política municipal de apropriação do espaço público pelos ambulantes em Fortaleza atingem a toda a sociedade que mora no entorno da lagoa, assim como para transeuntes e feirantes. No entanto, é preciso que haja uma fiscalização criteriosa e um suporte aos feirantes para que estes de fato se sintam seguros e amparados por lei e não sejam vistos como causadores de conflito.

Na última etapa da pesquisa apresenta-se uma análise da percepção tanto dos feirantes e ambulantes quanto dos agentes públicos sobre a Feira da Parangaba. Assim, inicialmente foi perguntado como avaliam o novo projeto de reurbanização da Feira da Parangaba. Na percepção dos agentes, 04 deles avaliaram como bom e um como regular. Já entre os feirantes e ambulantes, todos consideram uma boa ação. No quadro 19 são descritas as justificativas apresentadas pelos participantes sobre essa avaliação.

Quadro 19. Avaliação do novo projeto de reurbanização da Feira da Parangaba

Participantes	Avaliação
A1	Deixa a desejar pela dificuldade e complexidade do tamanho da feira, que por ser uma feira antiga e tradicional, há dificuldades de se adaptarem as normas da vigilância sanitária.
A2	O espaço é amplo, o ordenamento foi bem recebido e a fiscalização é constante. Falta melhorar no quesito padronização dos equipamentos (ex: barracas)
A3	Mudaram a feira de local, mas os impactos se mantiveram no aspecto da poluição ambiental da lagoa
A4	A mudança é para por em prática o projeto de requalificação da área com a construção de quiosques, novas calçadas, campo de futebol e outros equipamentos públicos.
A5	Toda mudança tem suas implicações, porém, o novo projeto teve um grande avanço em relação à antiga feira, mas é insuficiente sim, ainda em muitos aspectos
F1	Pois, precisa melhorar a questão organizacional. O espaço é bom, porém o acesso é ruim e muito limitado
F2	Pois, abriu mais oportunidades aos feirantes/ambulantes
F3	Acredito que a prefeitura deveria fazer uma sondagem e averiguar a quantidade de ambulantes, para assim investir em estruturas como quiosques em espaço seguros e organizados ajudando no fluxo de pessoas que transitam pela feira.
F4	O espaço é extenso, melhorou o piso pra transitar, porém por ser a rua estreita dificulta a circulação.
F5	Na outra feira eu não tinha local certo para trabalhar e agora novo local eu tenho um local certo.
F6	A mudança da feira para um novo local abriu mais oportunidade para todos nós.

F7	Porque revitalizou, iluminou o local, servindo também como uma opção de lazer.
F8	Para quem conseguiu se cadastrar tem um local garantido para colocar suas mercadorias.

Fonte: Elaboração própria (2021)

Observa-se que tiveram alguns pontos positivos, como o recadastramento, o que facilitou na definição de um local para desenvolver as atividades, dando oportunidades para todos. No entanto, a feira, como mencionado pelos agentes e os próprios feirantes e ambulantes é muito extensa e alguns impactos ambientais se mantiveram, como por exemplo, continua a comercialização de vários animais silvestres. Com quase dois anos de reurbanização, é possível identificar novamente plantas aquáticas que está associada à poluição, como pode ser visto na Figura 11.

Figura 11. Abandono na Lagoa da Parangaba



Fonte: Aguiar (2021)

Na sequência perguntou-se quanto aos principais conflitos entre o poder público municipal e os feirantes e ambulantes da Feira da Parangaba, sendo apresentadas as seguintes respostas:

Quadro 20. Principais conflitos entre o poder público municipal e os Feirantes/Ambulantes da Feira da Parangaba

Participantes	Avaliação
A1	Falta de um ordenamento contínuo e a compreensão por parte dos feirantes/ambulantes no quesito à saúde pública no que toca a vigilância sanitária
A2	O poder público precisa ordenar e fiscalizar, porém ocorre discórdia no ordenamento já estabelecido
A3	O espaço é restrito e já delimitado e não comporta o grande número de ambulantes
A4	Ordenamento do perímetro acordado, conflitos com relação as permissões concedidas pela prefeitura, aumento das irregularidades dos feirantes/ambulantes
A5	A falta de manutenção e controle do ordenamento, a falta de diálogo por parte dos feirantes/ambulantes com a gestão municipal, referente às permissões bem como os direitos e deveres envolvidos

Fonte: Elaboração própria (2021).

No caso dos ambulantes, estes foram unânimes em responder que o maior conflito se refere à falta da permissão para desenvolver as suas atividades, haja vista que com a autorização para que os feirantes possam atuar na determinada feira, este se sente mais seguro, sem correr o risco de perder o espaço e o seu sustento familiar. É importante mencionar que o espaço destinado à barraca no novo local se restringe a um retângulo de 2,5mx1m. No entanto, são muitas as pessoas que desejam atuar na feira, porém como já explicado, alguns estão ali para complementar à renda familiar, já que para outros, o sustento é exclusivamente do apurado na feira e o que se observa é que alguns querem aumentar o espaço para melhor apresentar seus produtos, e fazendo isso, está tirando o lugar de outras pessoas. Nesse contexto, destaca-se também a importância dos feirantes e ambulantes se adaptarem as normas, o que não é nada fácil.

Complementando essa análise, foi solicitado aos participantes para avaliarem quais os principais problemas para os feirantes/ambulantes na Feira da Parangaba, sendo as respostas tabuladas e apresentadas no Quadro 21.

Quadro 21. Avaliação do novo projeto de reurbanização da Feira da Parangaba

Participantes	Avaliação
A1	Devido ser uma feira heterogênea, que vende desde frutas, passando por vestuário, ferragens, animais e eletrônicos, fica mais complexo controlar e fiscalizar a mesma
A2	Lixo, falta de treinamento sobre as práticas sanitárias no comércio de alimentos e interferência no trânsito do entorno

A3	Poluição ambiental da lagoa e arredores e o comércio ilegal
A4	Desorganização, falta de controle dos ambulantes que ultrapassam o perímetro acordado, aumento da marginalidade com furtos e assaltos, aumento da produção de resíduos, transtorno no trânsito, número excedente de feirantes/ambulantes
A5	Por ser uma feira extensa, diversificada demais, fica muito difícil de controlar, fiscalizar e cobrar os mais de 1.100 ambulantes cadastrados e outros não cadastrados;
F1	Os estacionamentos, o acesso à feira, pois só há apenas 01 (uma) entrada e 01 (uma) saída de acesso e a feira é muito extensa. Não existe banheiros químicos, e os próprios feirantes fecham a entrada e saída com mercadorias, complicando ainda mais o trânsito das pessoas
F2	A falta de atenção e respeito por parte da prefeitura
F3	A estrutura das barracas ou quiosques, e a desorganização do fluxo de pessoas
F4	Não tem estacionamentos, não tem banheiros, muitos furtos
F5	A falta de banheiros
F6	A falta de banheiros
F7	Concorrência por causa do número de ambulantes que só aumentam fora da feira, como na entrada, saída e nas esquinas para vender antes dos clientes entrarem na feira.
F8	Roubos, furtos, falta de banheiros.

Fonte: Elaboração própria (2021)

Como mencionado anteriormente, foi estruturado um novo local, mas devido à complexidade da feira, o controle não é tão fácil de ser realizado. Além disso, no local não ficam exclusivamente os feirantes e ambulantes cadastrados, no entorno da feira e nas ruas próximas a entrada é possível perceber muitos feirantes/ambulantes não cadastrados que continuam a comercializar seus produtos, inclusive os ilícitos. Analisando sob essa perspectiva, tem-se uma concorrência desleal, na medida em que oferecem seus produtos antes do consumidor chegar de fato à feira, e oferecendo preços mais sugestivos, sendo necessária uma maior fiscalização para impedir esses casos.

Outro grande problema destacado pelos feirantes e observado no *checklist* refere-se a falta de banheiro para os próprios feirantes. A falta de estacionamento é outro problema que gera grandes transtornos. Nesse ponto tem-se o problema para o lado dos feirantes, que não tem um local fixo para deixar o transporte utilizado para levar as mercadorias. Por outro, tem os dos consumidores que vão de carro, que acabam tendo que pagar os “flanelinhas” para assegurar um local para estacionar o carro, o que acaba gerando congestionamento nas ruas próximas ao local da feira.

Existem também os trabalhos ilegais que continuam sendo realizados, que são praticados por pessoas que comercializam produtos de origem duvidosa ou totalmente ilícitos. É bem verdade que estes não dispõem de um espaço cadastrado na feira livre, na maioria das vezes estão entre a multidão, de modo que dificulte a fiscalização, diminuindo assim as chances de serem pegos. Sobre essa questão é importante mencionar que não é uma regra, embora exista.

Na sequência foi solicitado para avaliarem de 1 a 5 da ação de fiscalização da Feira da Parangaba. Na percepção dos agentes, quatro deles avaliaram com nota 3, e um com nota 4. Já entre os feirantes e ambulantes, houve uma variação maior, em que três avaliaram com nota 2 e outros três com nota 3. Teve ainda um que avaliou com nota 4 e outro com nota 5. Para um melhor entendimento dessa avaliação, apresenta-se o Quadro 22 com as justificativas.

Quadro 22. Avaliação da ação da Fiscalização na Feira da Parangaba

Participantes	Avaliação
A1	Falta de ordenamento e estrutura da fiscalização
A2	Há fiscalização prévia, evitando feirantes em locais não permitidos e durante todo o horário de funcionamento da feira.
A3	Falta de estrutura (capatazia e equipamentos) e apoio da segurança pública
A4	A fiscalização ainda não é suficiente em relação às demandas de ambulantes irregulares.
A5	A quantidade de fiscais não é suficiente, nem a estrutura de apoio para os agentes públicos trabalharem.
F1	Raramente se ver fiscalização na feira
F2	Porque são poucos fiscais para a feira toda
F3	Existe espaços na feira que exigem uma atenção maior
F4	São poucos fiscais, e o que estão não organizam nada.
F5	Eles conseguiram organizar e separar o setor de lanche das outras mercadorias
F6	A fiscalização trouxe para nós um pouco de tranquilidade para que ninguém tomasse nosso local de trabalho
F7	Ainda acho que tem poucos fiscais devido a extensão da feira
F8	Não vejo muito eles

Fonte: Elaboração própria (2021)

A fiscalização é um ponto importante a ser considerado, no entanto, estes, muitas vezes precisam de um suporte a mais, como de segurança, haja vista que, ao questionar se um feirante tem ou não autorização para desenvolver sua atividade, este, caso não tenha, pode tornar-se agressivo por lhe retirarem do local. Outro problema citado, refere-se à organização

da feira, não houve uma sequência lógica para colocar as barracas por setor, ficando roupas pertos de lanches, seção infantil com venda de legumes e verduras, dentre outros.

Para atender a proposta do estudo, foi solicitado aos participantes, tanto agentes como feirantes e ambulantes para indicarem os pontos que verdadeiramente foram considerados na reurbanização da feira da Parangaba, sendo as respostas tabuladas e apresentadas no Quadro 23.

Quadro 23. Pontos que verdadeiramente foram considerados na reurbanização da Feira da Parangaba

Pontos que foram considerados na reurbanização da feira da Parangaba	Agentes	Feirantes
Soluções de higiene e saúde pública	1	1
Soluções de conforto e salubridade dos feirantes e ambulantes		
Controle do comércio ilegal	2	6
Melhoria das instalações sanitárias		
Padronização do mobiliário	4	5
Ações de educação ambiental	2	2

Fonte: Elaboração própria (2021)

Observa-se com as respostas que a questão das instalações de higiene e sanitário, salubridade foram pontos que não foram atendidos. Outro ponto observado é com relação ao controle do comércio ilegal, embora estejam afirmando que foi controlado, na prática, ainda é possível ver a comercialização de produtos ilegais, assim como de animais silvestres. Mas uma vez, destaca a questão da extensão da feira, o controle na fiscalização, assim como a necessidades dos próprios feirantes e ambulantes em manter o seu sustento e de sua família.

Por fim, para concluir a pesquisa, os participantes foram indagados se eles têm conhecimento se a Prefeitura Municipal de Fortaleza está prevendo alguma ação para o pós-pandemia para a Feira da Parangaba, sendo respondido por todos que não, pelo menos até o momento desconhecem, e que a única ação feita por conta própria dos feirantes/ambulantes era o uso de máscara e álcool em gel.

As questões de higienização deve ser uma prioridade por parte da Prefeitura de Fortaleza, o que foi ainda mais evidenciado com a pandemia que afetou não somente o Brasil, mas todo o mundo. É um ponto primordial, não somente para saúde dos feirantes e ambulantes mais também de todos que frequentam a feira. Manter o local higienizado oferecer condições adequadas para realização da feira deve ser prioridade. No entanto, é

preciso lembrar que esse papel também deve ser desempenhado pelos feirantes e ambulantes, buscando manter o local limpo.

5 CONCLUSÃO

Para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se avaliar a política municipal de ocupação do espaço público pelos ambulantes da Feira da Parangaba, de modo buscar conhecer melhor a realidade dessa população e assim, possa ser proposto e aplicado medidas mais favoráveis para atender todos os envolvidos, sendo feito um estudo bibliográfico do tema, complementado com um estudo de caso.

A feira da lagoa da Parangaba, antes de ser realocada, funcionava durante a semana, com a feira dos carros usados e aos domingos a feira-livre, com o comércio bem diversificado em que se comercializavam os mais diversos produtos e mercadorias, sendo possível encontrar produtos lícitos como também ilícitos. De um modo geral a feira-livre é um espaço que tem de tudo, podendo dizer que se trata de um espaço-oficina, espaço-lazer, espaço-mercado, um espaço usado para gerar subsídio. No entanto, é importante mencionar que mesmo localizado na periferia, isto não exclui os que ali se encontram dentro da economia global, haja vista que ao passar pelos diversos corredores, é possível determinar a sua identidade, assim como as dificuldades e barreiras do mundo vivido.

Como evidenciado em outras pesquisas e com o resultado do estudo de caso realizado, há uma série de questões que não estão conforme em relação a higiene sanitária, tanto por parte dos feirantes, como por parte da prefeitura. Com o *checklist* feito no local de estudo, foi possível perceber que os donos de barracas que comercializam produtos perecíveis, ou seja, frango, peixes, carnes, além de não terem nenhuma refrigeração, sendo necessária uma fiscalização mais apurada para avaliar essas questões, principalmente agora que foram para outro local criado para melhor atender aos feirantes/ambulantes e consumidores. Outro ponto observado refere-se ao correto descarte dos restos dos alimentos, que ficam jogados no chão atraindo mosquitos e insetos, podendo ocasionar uma contaminação cruzada dos alimentos. Além dos pontos citados existe ainda a questão da falta de banheiros físicos ou químicos para que os feirantes possam usar durante a feira.

Como destacado pelos próprios participantes da pesquisa, não há uma fiscalização de fato na feira, faltando uma estrutura para a fiscalização com apoio da segurança pública, principalmente para os casos de impedir que feirantes não cadastrados fiquem no local, já que

nesses casos eles são retirados e alguns, mesmo sabendo que não estão devidamente cadastrados, não aceitam bem essa retirada ou a apreensão da sua mercadoria.

Também como visto na pesquisa, os feirantes têm características diversas, podendo ser identificados adultos, jovens, outros com mais idade, com ensino médio incompleto até profissionais graduados, com 05 ou 20 anos de feira. Alguns feirantes estão ali para complementar a renda familiar, diante das dificuldades econômicas, precisam de um complemento extra que dependendo da situação, passa a ser o rendimento principal para a família. Analisando por essa perspectiva, observa-se que a lei do desenvolvimento anda lado a lado com a desigualdade social, que nos países subdesenvolvidos, como no caso do Brasil, o comércio informal está sendo um meio para o sustento de muitas famílias e tem uma relação direta com a estabilização social e econômica do país.

Com a crise econômica e desigualdade social, as feiras-livres, assim como a feira da lagoa da Parangaba, onde é possível encontrar de tudo, os feirantes, com seus produtos e preços mais atrativos conseguem atrair consumidores com menor poder aquisitivo, o que faz com que a moeda circule contribuindo de certa forma para inserir a todos na sociedade de consumo. É bem verdade que existem aqueles que agem de má-fé, fazendo com que a feira seja vista sob o aspecto de marginalidade. Esses casos existem sim, não se pode negar, que existe um comércio clandestino de animais silvestres, serviços ilícitos, produtos com procedência duvidosa, no entanto, estes não são cadastrados, sendo de certa forma injusto generalizar passando uma má impressão dos feirantes e ambulantes. A Prática de vender produtos imitando grife, CD's e DVD's piratas é uma realidade que acontece em todo o país, resultado de uma ampla concentração de renda que implica diretamente na desigualdade social que cresce no país.

São várias as questões sociais, no entanto, o capitalismo, que tem o caráter predatório que é concretizado na forma de usar e explorar faz com que o trabalhador, frente as dificuldades e necessidades dos meios necessários para suprir as suas necessidades básicas, como moradia, alimentação, por exemplo, se veem forçados a vender a sua capacidade de trabalho para prover a sua subsistência. Ao trabalho no mercado informal, este está fazendo com que a moeda sempre gire. A feira cria uma teia de relações econômicas, que é materializada, não somente no local onde a atividade está sendo desenvolvida, mas também no seu entorno.

A feira da lagoa da Parangaba, em linhas gerais, desempenha um importante papel social e econômico, pois absorve no mercado de trabalho informal mão de obra de pessoas em idade produtiva, assim como jovens com baixa escolaridade e sem experiência profissional, bem como pessoas com mais idade que estão deslocadas do assalariamento pela crise econômica, devido à grande exigência do mercado ou ainda devido a problemas de saúde, mas que mesmo assim precisam manter-se ativos e com renda. É bem verdade que a falta de oportunidade gerada no mercado formal de trabalho que vem sendo agravada por diversos fatores, tem gerado uma diminuição nos postos de trabalho.

Conclui-se que a relação dos feirantes e ambulantes com as diferentes gestões da Prefeitura Municipal de Fortaleza, historicamente, tem gerado grandes conflitos que tem como características a violência e a intolerância. Apesar de todas as críticas e desacordos, a feira tem gerado trabalho e renda e com a revitalização da Lagoa foi possível oferecer um local mais adequado para assegurar a subsistência desses trabalhadores.

REFERÊNCIAS

A FISCALIZAÇÃO impede as vendas nas calçadas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 set. 2009. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/>. Acesso em: 23 out. 2020.

ALCÂNTARA, André. **Ambulantes e Direito à Cidade**: trajetórias de vida, organização e políticas públicas. Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013.

ALEXANDER, E. R. Letter to the Editors: Insurgent Planning in the Republic of Buryatia, Russia. **Journal of Planning Education and Research**, v. 31, n. 2, p. 220-234, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

AGUIAR, Levi. Um ano e meio após revitalização, entorno da Lagoa da Parangaba apresenta sinais de abandono. **O Povo**. 16 jun. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/06/16/um-ano-e-meio-apos-revitalizacao--entorno-da-lagoa-da-parangaba-apresenta-sinais-de-abandono.html>. Acesso em: 24 out. 2021.

BERTOLUCCI, Fábio Luiz. A área central de Uberlândia: espaço preferencial das atividades informais os camelôs e os ambulantes. *In*: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 2., 2003, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: UFU, 2003. Disponível em: <http://www1.ig.ufu.br>. Acesso em: 21 out. 2020.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, S.A., 2003.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2000.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, 2007.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Publicado no **DOU de 11.7.2001** e retificado em 17.7.2001.

CÂMARA MUNIIPAL DE FORTALEZA. **Lei nº 5.530** de 17 de dezembro de 1981. Dispõe sobre o código de obras e posturas do município de Fortaleza e das outras providências. Disponível em: <https://cm-fortaleza.jusbrasil.com.br/legislacao/243787/lei-5530-81>. Acesso em: 12 out. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Repensando a Geografia Urbana: uma nova perspectiva se abre. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 157-198.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

CAVALCANTE, T. A. M. **Fênix José Avelino**: comércio ambulante e apropriação do espaço na antiga zona centro-portuária de Fortaleza. 2019. 143f. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

CDSS, COMISSÃO SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. **Redução das desigualdades no período de uma geração**: igualdade na saúde através da ação sobre os seus determinantes sociais. Relatório Final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde. Portugal: OMS, 2014. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789248563706_por.pdf. Acesso 24 set. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artimed, 2001.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. O comércio informal e a cidade. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFA, 2., 2003, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: UFU, 2003. Disponível em: <http://www1.ig.ufu.br>. Acesso em: 21 out. 2020.

CONSERVA, Marinalva de Sousa; ARAÚJO, Anísio José da Silva. Informalidade e Precarização nos Mundos do Trabalho. **Teoria Política e Social**, [S.L], v. 1. n. 1, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tps/article/view/2950>. Acesso em: 31 mar. 2021.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

COSTA, Sandra Maria Fonseca; FORLIN, Luiz Gustavo. **Urbanização e segregação sócio-espacial na cidade de São José dos Campos-SP**: o caso Pinheirinho. Geosul, Florianópolis, v. 25, n. 49, p.123, jan./jun. 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975 A 1995). **Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales**, Espanha, v. 9, n. 202, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. São Paulo: Editora 34, 2002, v. 5.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The SAGE handbook of qualitative research**. California: Sage Publications, 2011.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CRUZ NETO, Otávio. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS ONLINE. **Ambulante**. Disponível em: <https://www.lexico.pt/ambulante/>. Acesso em: 26 fev. 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Informalidade na economia solidária**. São Paulo: DIEESE, 2015. (Caderno de Debates do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, 1).

ESPAÇOS públicos são vendidos nas feiras livres. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 01 set. 2008. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/espacos-publicos-saovendidos-nas-feiras-livres-1.329839>. Acesso em: 5 jan. 2021

FAINSTEN, Susan S.; DEFILIPPIS, James. **Leituras na teoria do planejamento**. Fourth edition. Oxford: Wiley Blackwell, 2016.

FEIRA da Parangaba vai mudar de lugar a partir deste domingo, em Fortaleza. **G1 CE**, 22 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/01/22/feira-daparangaba-vai-mudar-de-lugar-a-partir-deste-domingo-em-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 2 jan. 2021.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FORTE, Joannes Paulus S. **A construção do METROFOR e suas consequências sobre o mercado informal no centro de Fortaleza**. Monografia. Universidade Federal do Ceará. (UFC). Fortaleza, 2004.

FRIEDMANN, John. **Insurgências: Ensaios de Teoria do Planejamento**. London: Routledge, 2011.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.

GARCIA, L.; MAIA, R. A Informalidade no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Roberto V. de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (org.). **Marchas e Contramarchas da Informalidade do Trabalho**. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

GARCÍA-LAMARCA, Melissa. Da ocupação de praças à recuperação de moradias: práticas insurgentes na Espanha. **International Journal of Urban and Regional Research**, Espanha, v.41, n. 1, p. 35-53, January, 2017.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Anna Blume, 2003.

HARVEY, David. Cidades rebeldes. **Do direito à cidade à revolução urbana**. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERRERA-FLORES, Joaquin. **Hacia una visión compleja de los derechos humanos**. En El vuelo de Anteo. Derechos humanos y crítica de la razón liberal. Bilbao: Desclée de Brouwer, S.A., 2000.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBANHEZ, L. **O setor informal urbano**: a organização e as condições de saúde de um grupo de vendedores ambulantes. 200. 199f. Tese (Doutorado). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Fortaleza**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>. Acesso em: 14 fev. 2021.

IPATRIMÔNIO – Patrimônio Cultural Brasileiro (Beta). **Fortaleza** – Espelho de Água da Lagoa de Parangaba. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/fortaleza-espelho-de-agua-da-lagoa-de-parangaba/#!/map=38329&loc=-3.7399027749746314,-38.57505798339844,12>. Acesso em: 01 mar. 2022.

JABAREEN, Yosef. O direito à produção espacial e o direito à necessidade: insurgentes versus direitos legais dos palestinos em Jerusalém. **Planning Theory**, v. 16, n. 1, p. 6–31, 2017.

JAKOBSEN, Kjeld, MARTINS, Renato e DOMBROWSKI, Osmir (orgs). **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. Coleção Brasil Urgente.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JUCÁ, G. N. M. **Verso e Reverso do Perfil Urbano do Recife e de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Doutorado em História, USP/FFLCH, 2003.

KOWARICK, Lúcio; BRANT, Vinícius Caldeira; CAMARGO, Cândido Procópio de (orgs.). **São Paulo 1975**: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1975.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.

LOPES, Francisco Clébio Rodrigues. **A centralidade da Parangaba como produto da fragmentação de Fortaleza (CE)**. 2006, 154f. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito?** 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 2. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2001.
- MARX, K. **O capital**: a crítica da economia política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, liv. 1. v. I, 1996a.
- MARX, K. **O capital**: a crítica da economia política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, liv. 1. v. II, 1996b.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: Uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MELO, Hildete P.; TELES, Jorge Luiz. **Serviços de Informalidade**: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. Texto para Discussão Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 773, 2000.
- MENEZES, Vicente de Paulo Lima. **As feiras-livres em Fortaleza**: retrato da polissemia urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2005, 130f. Centro de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MIRAFETAB, Faranak. Planejamento insurgente: situando o planejamento radical no sul global. **Planning Theory**. São Paulo, v. 8, n. 1, p: 32-50, 2009.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **RBEUR – Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, v.18, n.3, p.363-377, set.-dez. 2016
- MONTESSORO, Claudia. **Centralidade Urbana e Comércio Informal**: Os Novos Espaços de Consumo no Centro de Anápolis. Presidente Prudente, 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- O'BRIEN, Padraic. **Planejamento insurgente e transformação rural**: uma comparação dos movimentos sociais na Venezuela e no Brasil. Tese (Mestrado) Universidade de Guelph, Ontario, Canada, 2014.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, v.23, 2007
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para Uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste - Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PAMPLONA, J. B. **Pesquisa O Comércio de Rua na Cidade de São Paulo**: Evolução Recente, Perfil e Política de Regulação. Relatório produzido através de convênio ANPEC-BNDES. São Paulo: BNDES, 2014.
- PEREIRA, R. H. M.; NADALIN, V.; MONASTERIO, L.; ALBUQUERQUE, P. H. M. **Quantificando a centralidade urbana**: uma proposta de índice simples e comparação internacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens a nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Lei nº 5.530 de 17 de dezembro de 1981**. Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza. Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/legislacao-municipal/lei_5530_1981_codigo_de_obras_e_posturas_de_fortaleza.pdf. Acesso em: 23 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Decreto lei nº 7.061/1992**. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra. Disponível em: <http://www.seinf.fortaleza.ce.gov.br/legfor/default.htm>. Acesso em: 23 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Decreto lei nº 9.300 de 17 de janeiro de 1994**. Lei de regulamentação do comércio ambulante de Fortaleza. 1994. (Mimeografado, cópia dos arquivos da PMF).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Lei nº 7.987 de 23 de dezembro de 1996**. Lei de Uso e Ocupação do Solo. Disponível em: https://legislacao.pgm.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Lei_de_Uso_e_Ocupa%C3%A7%C3%A3o_do_Solo. Acesso em: 23 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Lei Complementar nº 236 de 11 de agosto de 2017**. Parcelamento, uso e a ocupação do solo no Município de Fortaleza. Disponível em: <https://portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/legislacao.jsf#:~:text=Lei%20Complementar%20n%C2%BA%20262%2C%20de,solo%20no%20Munic%C3%ADpio%20de%20Fortaleza&text=Lei%20Complementar%20n%C2%BA%20287%2C%20de,2017%2C%20na%20forma%20que%20indica>. Acesso em: 23 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Lei Complementar nº 262, de 12 de dezembro de 2019**. Lei de Uso e Ocupação do Solo. Disponível em: https://portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/servletrepositoriolegislacao?arquivo=LEI_COMPLEMENTAR_N_262.2019_LUOS.pdf&pasta=legislacaoGeral. Acesso em: 23 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Prefeitura inicia urbanização e requalificação da Lagoa da Parangaba**. 07 jan. 2019. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/central-multimedia/videos/prefeitura-inicia-urbanizacao-e-requalificacao-da-lagoa-da-parangaba>. Acesso em: 8 out. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Entenda a nova territorialização administrativa de Fortaleza**. 07 jan. 2021. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/entenda-a-nova-territorializacao-administrativa-de-fortaleza>. Acesso em: 8 jan. 2021.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Agefis - Agência de Fiscalização de Fortaleza**. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-344>. Acesso em: 24 nov. 2021a.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Seger - Secretaria Municipal da Gestão Regional.**

Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-359>. Acesso em: 24 nov. 2021b.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Iplanfor - Instituto de Planejamento de Fortaleza.**

Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-343>. Acesso em: 24 nov. 2021c.

RIBEIRO FILHO, Vitor. **A Configuração da Área Central de Manaus e sua Dinâmica Recente.** Rio de Janeiro. 2004, 128f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ. 2004

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** 3. ed. 5. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares.** A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SALGADO, J. R. A. **A Crônica Reporteira de João do Rio.** 1. ed. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Oralidade e Expressão Gráfica, 2006. v. 1000. 192 p

SANDERCOCK, Leoni. Framing Insurgent Historiographies for Planning, *In: L. Sandercock (ed.) Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History.* University of California Press, Berkeley, p. 1–33, 1998.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica de geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Sociología jurídica crítica.** Para um nuevo sentido común em el derecho. Bogotá: Trotta, 2009.

SANTOS, Rosselvelt José; RESENDE, Luiza de. **A Economia Informal, a Cidade e os Ambulantes: Lugares e Estratégias em Uberlândia - MG.** Uberlândia: Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia. Inédito (com permissão dos autores para citação), 2003.

SANTOS, Carlos Nelson F.; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa.** 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SCHVARSBURG, Gabriel. Sujeitos ambulantes: pistas para uma nomadologia urbana. **Revista Rua,** Campinas. n. 18, v. 1, p: 149-168, Junho 2012.

SILVA, Ana Glória Lopes. **À Fina Força: narrativas de trabalhadores de rua na Barra do Ceará.** Fortaleza: Coleção Mundos do Trabalho, 2007. 190 p.

SILVA, M. O. da S. e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico-metodológico da pesquisa avaliativa. *In*: SILVA, M. O. da S. e.. (org.). **Pesquisa avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras; São Luís: GAEPP, 2008. p. 89-177.

SILVA, M. O. da S. e. Construindo uma proposta metodológica participativa para desenvolvimento da pesquisa avaliativa: uma contribuição da teoria crítica para a prática do Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 222 - 233, ago./dez. 2012.

SINGER, Paul; POCHMANN, Márcio. **Mapa do trabalho informal**: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001

SOARES, Romênia de Oliveira Medina. **Feira da Parangaba**: proposta de requalificação do espaço público. 2011, 61f. Monografia. Universidade Federal do Ceará. Centro De Tecnologia Curso de Arquitetura e Urbanismo. Fortaleza, 2011.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988. Coleção repensando a geografia.

SWEET, Elizabeth L.; CHAKARS, Melissa. Identity, Culture, Land, and Language: Stories of Insurgent Planning in the Republic of Buryatia, Russia. **Journal of Planning Education and Research** v. 30, n. 2, p: 198 –209, 2010.

TARTARUGA-TIGRE, jabutis e pássaros silvestres estão entre 210 animais resgatados na Feira da Parangaba, em Fortaleza. **G1 CE**, 24 out. 2021. Disponível em:<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/24/tartaruga-tigre-jabutis-e-passaros-silvestrestao-entre-210-animais-resgatados-na-feira-da-parangaba-em-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 24 nov. 2021

TAVARES, M. A. Trabalho informal: os fios(in)visíveis da produção capitalista. *In*: **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**: São Paulo, outubro, n.7, 2002.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. 2. ed. São Paulo: Manole, 2018.

VEGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VEJA como deve ficar Lagoa da Parangaba após requalificação. **O Povo**. 18 jul. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/07/veja-como-deve-ficar-a-lagoa-da-parangaba-apos-requalificacao.html>. Acesso em: 24 out. 2021.

VILAÇA, Flávio. **Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje**. 2010.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2080299/mod_resource/content/1/Villaça%20planejamento%20urbano.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, estado e direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**. Fundamentos de uma nova cultura no direito. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

YÁZIGI, E. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA: AGENTES PÚBLICOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisa

**TERRITÓRIOS NÔMADES: UMA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE APROPRIAÇÃO
DO ESPAÇO PÚBLICO PELOS AMBULANTES DA FEIRA DA PARANGABA EM
FORTALEZA**

Pesquisador: Paulo Elson Fernandes Gadelha

Orientador: Prof. Dr. José Almir Farias

**APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA
APLICADO AOS AGENTES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
FORTALEZA**

Sou Paulo Elson Fernandes Gadelha, aluno do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP/UFC. Buscamos, nesta pesquisa, avaliar a política municipal para o uso do espaço público pelo comércio ambulante, tomando como referência dois campos de análise o técnico e político.

O presente questionário visa, dessa forma, conhecer a posição dos **feirantes e ambulantes da Feira da Parangaba**.

Orientações:

As respostas serão livres e serão gravadas, se autorizado.

Dados da realização:

Dia: _____ Hora: _____

Autoriza a gravação das respostas subjetivas? () Sim () Não

Perfil do Respondente:

Respondente nº: _____

Idade: _____ Sexo: () M () F

Nível de instrução:

() Fundamental Incompleto () Fundamental Completo e Médio Incompleto () Ensino Médio Completo ou superior incompleto () Superior Completo () Pós-Graduação.

I. Identificação do entrevistado:

Nome: _____

Órgão que se vincula o agente público: _____

Função atual: _____

Quanto tempo atua como servidor público: _____

II Análise da Política municipal de apropriação do espaço público pelos ambulantes

1. O Sr(a) tem conhecimento da política de apropriação do espaço público pelos ambulantes na cidade de Fortaleza?

2. O Sr(a) considera que a implementação da política de apropriação do espaço público pelos ambulantes na cidade de Fortaleza ocorre de forma articulada às demais ações do Município?

() Sim () Não () Parcialmente

Justifique:

3 Enumere, por ordem de importância, os principais agentes responsáveis pela concepção e implementação da apropriação do espaço público pelos ambulantes na cidade de Fortaleza. (sendo 1 para mais importante, sequenciado pelo 2 como segundo mais importante e assim sucessivamente).

() Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR)

() Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA)

() Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS)

() Secretarias Executivas Regionais

Associações dos Ambulantes

Guarda Municipal

Sociedade civil organizada

Outros: _____

4. Quais os principais problemas que dificultam/restringem a política municipal de apropriação do espaço público pelos ambulantes em Fortaleza (poderá ser marcado mais de um item)

Recursos financeiros para a fiscalização

Campanhas educativas junto aos ambulantes

Suporte técnico aos ambulantes

Gestão interna municipal

Fragilidades legais

Outros: _____

5. Na sua perspectiva, quais as principais estratégias/ações que vem sendo adotadas pelo Município para implementação da Política de apropriação do espaço público pelos ambulantes?

6. Na sua opinião, quais os principais ganhos/avanços alcançados na implementação das ações da política municipal de apropriação do espaço público pelos ambulantes em Fortaleza?

III. Análise dos feirantes e ambulantes da Feira da Parangaba

7. Como o Sr(a) avalia o novo projeto de reurbanização da Feira da Parangaba?

Muito bom Bom Regular Ruim

Justifique:

8. Na sua opinião quais os principais conflitos entre o poder público municipal e os feirantes e ambulantes da Feira da Parangaba?

9. Na sua avaliação, quais os principais problemas para feirantes e ambulantes na Feira da Parangaba?

10 Em uma avaliação de 1 a 5 da ação de fiscalização da Feira da Parangaba qual nota o Sr.(a) atribui:

1 2 3 4 5

Justifique:

11. Marque as opções que considere verdadeiras. No projeto de reurbanização da Feira da Parangaba foram consideradas:

- soluções de higiene e saúde pública
- soluções de conforto e salubridade dos feirantes e ambulantes
- controle do comércio ilegal
- melhoria das instalações sanitárias
- padronização do mobiliário
- ações de educação ambiental.

12. O Sr(a) tem conhecimento se a PMF está prevendo alguma ação para o pós-pandemia para a Feira da Parangaba?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: FEIRANTES E AMBULANTES DA FEIRA DA PARANGABA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisa

TERRITÓRIOS NÔMADES: UMA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PELOS AMBULANTES DA FEIRA DA PARANGABA EM FORTALEZA

Pesquisador: Paulo Elson Fernandes Gadelha

Orientador: Prof. Dr. José Almir Farias

APÊNDICE B ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO A FEIRANTES E AMBULANTES DA FEIRA DA PARANGABA

Sou Paulo Elson Fernandes Gadelha, aluno do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP/UFC. Buscamos, nesta pesquisa, avaliar a política municipal para o uso do espaço público pelo comércio ambulante, tomando como referência dois campos de análise o técnico e político.

O presente questionário visa, dessa forma, conhecer a posição dos **feirantes e ambulantes da Feira da Parangaba**.

Orientações:

As respostas serão livres e serão gravadas, se autorizado.

Dados da realização:

Dia: _____ Hora: _____

Autoriza a gravação das respostas subjetivas? () Sim () Não

Perfil do Respondente:

Respondente nº: _____

Idade: _____ Sexo: () M () F

Nível de instrução:

() Fundamental Incompleto () Fundamental Completo e Médio Incompleto () Ensino Médio Completo ou superior incompleto () Superior Completo () Pós-Graduação.

I. Identificação do entrevistado:

Nome: _____

Quanto tempo atua na Feira da Parangaba: _____

Tipo de mercadoria que comercializa na Feira da Parangaba: _____

II. Análise dos feirantes e ambulantes da Feira da Parangaba

1. Como o Sr(a) avalia o novo projeto de reurbanização da Feira da Parangaba?

() Muito bom () Bom () Regular () Ruim

Justifique:

2. Na sua opinião quais os principais conflitos entre o poder público municipal e os feirantes e ambulantes da Feira da Parangaba?

3. Na sua avaliação, quais os principais problemas para feirantes e ambulantes na Feira da Parangaba?

4. Em uma avaliação de 1 a 5 da ação de fiscalização da Feira da Parangaba qual nota o Sr.(a) atribui:

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

Justifique:

5. Marque as opções que considere verdadeiras. No projeto de reurbanização da Feira da Parangaba foram consideradas:

- () soluções de higiene e saúde pública
- () soluções de conforto e salubridade dos feirantes e ambulantes
- () controle do comércio ilegal
- () melhoria das instalações sanitárias
- () padronização do mobiliário
- () ações de educação ambiental.

6. O Sr(a) tem conhecimento se a PMF está prevendo alguma ação para o pós-pandemia para a Feira da Parangaba?

APÊNDICE C – CHECKLIST

A) Qualidade Ambiental

Ponto Avaliado	Conforme	Não conforme
Para quem comercializa alimentos, existe um local para produtos não comercializados?		
Existe uma sensibilização e a conscientização ambiental por parte dos comerciantes?		
Existe uma fiscalização periódica?		

B) Qualidade Higiene

Ponto Avaliado	Conforme	Não conforme
Banheiros		
Condições higiênico-sanitárias para obtenção dos produtos		
Condições de trabalho		
Existe um sistema de abastecimento regular de água tratada		

C) Condições de uso do comércio

Ponto Avaliado	Conforme	Não conforme
Existe uma padronização das barracas?		
O local está dividido por produtos comercializado (setor)?		

D) Forma de ocupação do espaço

Ponto Avaliado	Conforme	Não conforme
Distribuição do espaço está adequada?		
Existe um respeito do distanciamento?		

ANEXO A – PROJETO DE REURBANIZAÇÃO DA LAGOA DA PARANGABA



